

MARINE LUIZA DE OLIVEIRA MATTOS

**BENS PATRIMONIAIS E MORFOLOGIA URBANA NA ZONA DE
PRESERVAÇÃO HISTÓRICA DE MURIAÉ - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS- BRASIL
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

M444b
2018

Mattos, Marine Luiza de Oliveira, 1989-
Bens patrimoniais e morfologia urbana na zona de
preservação histórica de Muriaé - MG / Marine Luiza de Oliveira
Mattos. – Viçosa, MG, 2018.
xiii, 116 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f.111-116.

1. Arquitetura. 2. Cidade e vilas. 3. Patrimônio cultural.
4. Muriaé (MG) - Legislação. 5. Antropologia urbana.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura
e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo. II. Título.

CDD 22. ed. 720


MARINE LUIZA DE OLIVEIRA MATTOS


**BENS PATRIMONIAIS E MORFOLOGIA URBANA NA ZONA DE
PRESERVAÇÃO HISTÓRICA DE MURIAÉ - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 02 de maio de 2018.


Túlio Márcio de Salles Tibúrcio


Aline Werneck Barbosa de Carvalho


Ítalo Itamar Caixeiro Stephan
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que colaboraram direta e indiretamente no desenvolvimento deste trabalho, em especial aos meus pais e ao meu irmão, que sempre me apoiam em minhas decisões. Aos meus amigos e colegas, que compartilharam tantos momentos de aprendizagem e troca de conhecimento. Agradeço a oportunidade de usufruto da bolsa de estudos concedida pela CAPES, e ao acolhimento da cidade de Viçosa e Universidade Federal de Viçosa por terem me proporcionado momentos inesquecíveis durante todos esses anos de estudo e amadurecimento pessoal e profissional. Aos mestres e funcionários do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa que colaboraram de forma ímpar em minha formação, compartilhando e multiplicando o conhecimento, dentro e fora do departamento. Igualmente a todos os funcionários da Prefeitura Municipal de Muriaé, os funcionários do Acervo Público Municipal, arquitetas, secretários, que sempre estiveram de prontidão para colaborar com o desenvolvimento desta dissertação. Agradeço as pessoas que amo, ao Ebenézer grande incentivador, meus amigos do mestrado, por compartilharem comigo conhecimento e reciprocidade, assim como os familiares sempre presentes em meus momentos de vida, colaborando convictamente na minha formação profissional e pessoal. Ainda ao querido professor e orientador Ítalo Stephan e a professora Ana Barbosa pela coorientação, ambos com paciência e dedicação admirável durante todo o processo de desenvolvimento deste trabalho. Em especial, com muito amor à minha maravilhosa avó Luiza, uma das maiores incentivadoras dos meus sonhos e que nos últimos anos tem me ensinando a viver o amor genuíno e a leveza da vida.

A vocês, gratidão eterna.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	v
LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	ix
RESUMO.....	xi
ABSTRACT	xii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. EMBASAMENTO CONCEITUAL TEÓRICO	5
2.1. Morfologia, evolução e paisagem urbana	5
2.2. Patrimônio arquitetônico e urbanístico	22
2.3. Leis de Ordenamento Territorial	29
2.4. Cidades Médias: Conceito e caracterização	36
3. OBJETO DE ESTUDO: CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO	41
3.1. Identificação do objeto	41
3.2. Panorama Histórico de Muriaé	42
3.3. Muriaé como cidade média	48
3.4. Morfologia Urbana em Muriaé/MG.....	56
3.4.1. Legislação Urbanística e Problemas Urbanos atuais.....	67
3.4.2. A ineficiência da aplicabilidade das leis de política urbana vigentes no município de Muriaé	69
3.5. Patrimônio cultural e legislação patrimonial vigente em Muriaé	71
3.5.1. Evolução urbana sob a ótica dos bens tombados de Muriaé.....	75
3.5.2. O patrimônio em Muriaé sob a ótica da Carta da Xi'an.....	81
4. ANÁLISE DA ÁREA DE ESTUDO – ZONA DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA.....	86
4.1. Delimitação do objeto de estudo: Zona de Preservação Histórica de Muriaé, Minas Gerais.....	86
4.2. Os Bens Arquitetônicos na Zona de Preservação Histórica	88
4.3. Análise do processo tipo-morfológico na Zona de Preservação Histórica de Muriaé.....	91
4.4. Leis de Ordenamento do Solo Urbano em Muriaé/MG – Teorias, Práticas e Análises	98
4.4.1. Lei de Uso e Ocupação do Solo de Muriaé/MG.....	98
4.4.2. Plano Diretor de Muriaé/MG	99

4.5. Aplicação das Leis: Zona de Preservação Histórica de Muriaé/MG	100
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema da abrangência e finalidade dos instrumentos	33
Figura 2 – Mapa de localização município de Muriaé em Minas Gerais, Zona da Mata e Microrregião e mapa dos limites geográficos do município	42
Figura 03 – Relação do Produto Interno Bruto de Muriaé, Minas Gerais e Brasil. ...	46
Figura 04 – Acontecimentos relevantes na história de Muriaé-MG	47
Figura 05 – Mapa Região de influências da Hierarquia Urbana	49
Figura 06 – Comparativo do crescimento populacional das cidades da microrregião de Muriaé	51
Figura 07 – Relação do Produto Interno Bruto da cidade de Muriaé, do estado de Minas Gerais	54
Figura 08 – Croqui da organização espacial proposta por Guido Tomáz Marlière em Muriaé	57
Figura 09 – Primeiros indícios de ocupação em Muriaé, comparados com a malha urbana dos anos 2010.....	58
Figura 10 – Estação São Paulo do Muriaé	59
Figura 11 – Ocupação Urbana pós instalação dos trilhos da Estrada de Ferro.	59
Figura 12 – Primeiro registro fotográfico da ocupação urbana em Muriaé-MG/1905.	61
Figura 13 – Mapa dos bairros pioneiros e sentido da expansão urbana de Muriaé-MG.	62
Figura 14 – Primeiro registro documental do mapa de Muriaé-MG em 1958	63
Figura 15 – Vista área da cidade de Muriaé-MG na década de 1970	63
Figura 16 – Vista área da porção central de Muriaé-MG na década de 1980	64
Figura 17 – Vista área da porção central de Muriaé-MG na década de 1990	65

Figura 18 – Adensamento Urbano de Muriaé – MG em 2003	66
Figura 19 – Adensamento Urbano de Muriaé – MG em 2014	67
Figura 20 – Caracterização dos bens arquitetônicos e paisagísticos de Muriaé/MG	72
Figura 21 – Caracterização dos bens arquitetônicos e paisagísticos de Muriaé/MG	73
Figura 22 – Caracterização dos bens arquitetônicos e paisagísticos de Muriaé/MG	74
Figura 23 – Evolução Urbana sob a ótica dos bens tombados do século XIX (1800-1899).....	76
Figura 24 – Evolução Urbana sob a ótica dos bens tombados do Primeiro Quarto (1900-1925) do século XX.....	76
Figura 25 – Evolução Urbana sob a ótica dos bens tombados do Segundo Quarto (1925-1950) do século XX.....	77
Figura 26 – Evolução Urbana sob a ótica dos bens tombados do Terceiro (1950-1975) Quarto do século XX	78
Figura 27 – Evolução Urbana sob a ótica dos bens tombados do último Quarto	78
Figura 28 – Evolução Urbana sob a ótica dos bens arquitetônicos e paisagísticos ..	80
Figura 29 – Perímetro de Tombamento da Praça Coronel Pacheco de Medeiros ...	83
Figura 30 – Bens Municipais Tombados (Biblioteca Municipal Vivaldi wenceslau Moreira e	84
Figura 31 – Macrozoneamento Urbano - Muriaé/MG	87
Figura 32 – Fragmento do Macrozoneamento Urbano que evidencia a Zona de.....	88
Figura 33 – Bens Arquitetônicos na Zona de Preservação Histórica.....	89
Figura 34 – Edifício sendo construído no lote posterior ao.....	90
Figura 35 – Arquitetura Neoclássica, Grande Hotel Muriaé/Muriaé-MG.....	92
Figura 36 – Arquitetura Neoclássica, Residência 118/Muriaé-MG	92

Figura 37 – Arquitetura Eclética, Paço Municipal/Muriaé-MG	93
Figura 38 – Arquitetura Art Decó, Paço Municipal/Muriaé-MG	94
Figura 39 – Evolução das Tipologias Arquitetônicas na ZPH /Muriaé-MG	96
Figura 40 – Evolução da Morfologia Urbana na ZPH /Muriaé-MG	97
Figura 41 – Mapa de Usos da Zona de Preservação Histórica – Muriaé/MG.....	101
Figura 42 – Mapa de Bens Tombados da Zona de Preservação Histórica	102
Figura 43 – Fragmento do Mapa de Zoneamento – Lei de Uso e ocupação do Solo Urbano	104
Figura 44 – Fragmento do Mapa de Zoneamento da LEI Nº 1.231/1987 e edificação irregular.	105
Figura 45 – Adensamento permitido pela LEI Nº 1.231/1987	106
Figura 46 – Verticalização atual e verticalização permitida (em negrito) pela LEI Nº 1.231/1987 na Zona de Preservação Histórica	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Relação de alguns dos principais serviços oferecidos nas cidades da microrregião de Muriaé.....	54
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAMUR: Associação dos Amigos de Muriaé

AMERP: Associação dos Municípios do Médio Rio Pomba

CEFET-MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CISLESTE-MG: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste - MG

FASM: Faculdade Santa Marcelina

FUNDARTE: Fundação de Cultura e Artes de Muriaé

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF SUDESTE: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais Campus Muriaé

IML: Instituto Médico Legal

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

LUOSU: Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano

PIB: Produto Interno Bruto

PPSHU: Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano

PROEJA: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONTOCOR: Pronto Socorro do Coração

REGIC: Regiões de Influência das Cidades

SE: Setores Especiais

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFAMINAS: Universidade de Minas

ZPH: Zona de Preservação Histórica

ZC: Zona Comercial (ZC1, ZC2, ZC3, ZC4)

ZEU: Zona de Expansão Urbana

ZI: Zona Industrial

ZR: Zona Residencial (ZR1, ZR2, ZR3, ZR4)

ZR: Zona Rural

RESUMO

MATTOS, Marine Luiza de Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2018. **Bens Patrimoniais e Morfologia Urbana na Zona de Preservação Histórica de Muriaé – MG**. Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

Conhecer a história é entender a sociedade na qual nos inserimos; é saber a origem de um povo, o significado e o porquê de certos costumes e tradições perpassados através do patrimônio histórico. Os bens arquitetônicos conferem, não só a identidade e individualidade de um povo e ou sítio, mas também se comportam como norteadores na expansão e na configuração morfológica dos espaços. Analisar os bens arquitetônicos em seu tempo e espaço dentro do fragmento urbano faz com que as junções de todos os bens arquitetônicos, em seus espaços e tempos, configurem uma malha urbana estruturada a partir de histórias, memórias e características constituintes no tecido urbano de determinada cidade. A dissertação apresentada propõe o estudo sobre morfologia urbana e bens patrimoniais, mediante a necessidade de entendimento de como a cidade se transforma e como o patrimônio cultural é parte deste processo de transformação. Embasa a proposta em análises de fontes primárias e de bibliografias pertinentes ao tema em questão, buscando entender o objeto de estudo, a cidade de Muriaé, em Minas Gerais, e seu processo de formação morfológica, desde sua origem até os dias atuais, sempre pontuando o papel dos bens reconhecidos como patrimônio local e suas relações com o desenvolvimento urbano. Com metodologia de natureza descritiva e abordagem de cunho qualitativo a dissertação relata também a transformação de Muriaé em cidade média, analisa as leis urbanas vigentes, o adensamento intenso na Zona de Preservação Histórica e a falta de políticas efetivas para a preservação dos bens patrimoniais e do traçado urbano. Como resultado compreende como a cidade evoluiu ao longo do tempo, como os bens arquitetônicos se comportaram neste processo de formação e como as leis municipais influenciaram neste processo. A dissertação complementarará outros estudos da cidade e contribuirá para pesquisas relacionadas.

ABSTRACT

MATTOS, Marine Luiza de Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2018. **Heritage goods and urban morphology in historic preservation zone in Muriaé, Minas Gerais, Brazil.** Adviser: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

Knowing the history is understanding the society which we are inserted; it is to know the people's origin, the meaning and reason of certain behaviors and traditions perpassed through the historical patrimony. Architectural assets not only confer the identity and individuality of a people or place, but also work guiding the expansion and the configuration of morphological spaces. Analyzing each architectural heritage in its time and space within urban fragment makes the joints of all architectural goods, in their spaces and times, configure an urban network structured from histories, memories and constituent characteristics in the urban fabric of city. The dissertation presented proposes a study of urban morphology and safeguarding heritage, through the necessity of understand how the city is transformed and how cultural heritage is part of this transformation process. It is based on detailed analysis of primary sources and pertinent bibliographies to the subject in question, seeking to understand the object of study, the city of Muriaé in Minas Gerais, Brazil, and its process of morphological formation, from its origin to the present day, always highlighting the role of the recognized assets as local patrimony and their relations with urban development. With a methodology of descriptive nature and qualitative approach, this dissertation also explains the transformation of Muriaé into a medium sized city, analyzes the current urban laws, the intense densification in the Historic Preservation Zone and the lack of effective policies for the heritage assets preservation and urban design. As a result, it is expected understanding how the city evolves over time, how architectural assets act in this formation process and how municipal laws influenced this process. The prospective is that the dissertation joins other city studies and can contribute to related research. For this, a demonstrative study comprising five cities of the Zona da Mata of Minas Gerais (Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim and Urucânia), with different territorial sizes according to the parameters of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). This is a qualitative research that used as tools for data collection the participant observation method and semi structured interviews. The results suggest that the collective action of waste pickers' organizations is important

and contributes positively to the management of recyclable waste, however, they are inefficient in promoting structural changes to the mechanisms for compliance with the NSWMP, prevailing the economic and political interests of local public managers.

1. INTRODUÇÃO

Conhecer a história mostra-se como um caminho importante para a compreensão da sociedade na qual nos inserimos; contribui para o entendimento relacionado à origem de um povo, o significado e o porquê de certos costumes e tradições transmitidos através do patrimônio histórico cultural, apresentado aqui como um bem coletivo, ou seja, diz respeito à identidade cultural de um grupo social. O patrimônio cultural, seja ele material, imaterial ou natural, confere a identidade a determinado povo, espaço e sociedade. Os bens arquitetônicos culturais conferem, não só a identidade e individualidade de um povo e ou sítio, mas também se comportam como norteadores na expansão e na configuração morfológica dos espaços vista sua importância ímpar para tal (ZANIRATO e RIBEIRO, 2006).

A análise de cada bem arquitetônico em seu tempo e espaço dentro do fragmento urbano faz com que as junções de todos os bens arquitetônicos em seus espaços e tempos configurem uma malha urbana estruturada a partir das histórias, memórias e características constituintes do tecido urbano de determinada cidade. Este trabalho realiza um estudo histórico na cidade de Muriaé, desde as suas primeiras ocupações, no ano de 1817 até os dias atuais, sob a ótica da influência dos bens arquitetônicos na formação urbana do município.

O locus de observação e estudo é o distrito sede da cidade de Muriaé, mais especificamente na Zona de Preservação Histórica, zona pioneira na ocupação da cidade e que possui o maior número de bens arquitetônicos tombados e inventariados.

No que diz respeito à delimitação temporal, pode-se considerar o estudo da evolução urbana do distrito sede de Muriaé desde a sua origem, no ano de 1817, quando Constantino José Pinto, com 40 homens, comerciante de ervas raízes medicinais, aportou no Largo do Rosário, às margens do Rio Muriaé, até os dias atuais, em que sua configuração espacial e paisagística passou por mudanças consideráveis.

Para o desenvolvimento da dissertação aqui exposta foram necessários estudos dos principais teóricos da Morfologia Urbana, Patrimônio Cultural Urbanístico e Leis de Ordenamento territorial para que se criasse um plano de sustentação argumentativo sobre os temas abordados, dando embasamento e servindo como

comparação em relação aos resultados a serem obtidos a partir do trabalho em desenvolvimento. Estudiosos como Argan (2005), Conzen (1981), Pereira Costa (2015) e Cullen (1983) analisaram o processo de urbanização e a morfologia das cidades por meio dos fatores sociais, econômicos, políticos, legislativos, históricos e geográficos. Em particular, nesta pesquisa, busca-se responder de que forma a história de Muriaé, aliada aos bens arquitetônicos e as leis de ordenamento territorial e patrimonial do município, têm se mostrado determinantes e norteadores de seu traçado urbano.

Pode-se dizer que os bens arquitetônicos de Muriaé são importantes elementos que configuram a expansão urbana do município; eles foram determinantes no povoamento do seu entorno imediato e conseqüentemente, tiveram considerável influência na ocupação de seu entorno mais distante. O fato pode ser ilustrado principalmente pela construção da Igreja do Rosário, de 1819, dois anos após as primeiras ocupações do povoado, igreja esta que se localiza no Largo do Rosário, primeiro bairro de Muriaé. A construção de uma igreja atrai moradores, conseqüentemente, comerciantes e maior fluxo de pessoas, assim cria condições para que o bairro se consolide e ocupações adjacentes comecem a emergir, constituindo um núcleo urbano. Ocupações similares a estas tendem a se repetir por todo o município, seja pela construção de mais igrejas, estações ferroviárias, armazéns, sedes administrativas ou escolas. Cada novo edifício destas tipologias tende a atrair outros edifícios, o que faz com que conjuntos urbanos se consolidem, conformando-se em um complexo adensamento urbano em constante transformação.

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar como se comportam os bens arquitetônicos municipais no tecido urbano da cidade de Muriaé. São objetivos específicos:

1. Analisar como a cidade evoluiu ao longo do tempo e como os seus bens arquitetônicos se comportam como agentes norteadores dessa evolução.
2. Relacionar e analisar os instrumentos de proteção aos bens arquitetônicos tombados e de incentivo à execução e à fiscalização das

leis que regem o município. Analisar como estes mecanismos influenciam na conservação dos bens arquitetônicos.

3. Identificar e mapear os bens arquitetônicos na “Zona de Preservação Histórica de Muriaé”¹, suas conjunções temporais e espaciais na estruturação do tecido urbano do distrito sede de Muriaé.

Esta pesquisa tem o propósito de somar a outros estudos sobre o município, formando uma literatura histórica urbanística e de evolução morfológica que pode vir a servir para outras pesquisas da cidade de Muriaé.

É uma pesquisa de natureza descritiva e abordagem de cunho qualitativo. Os métodos utilizados na construção da mesma se desenvolveram através de:

- Pesquisas bibliográficas e documentais em fontes primárias e secundárias, localizadas em acervos municipais e estaduais;
- Levantamento fotográfico;
- Elaboração de mapas;
- Levantamento e análise das leis municipais.

A primeira etapa da pesquisa refere-se ao embasamento teórico conceitual, focalizando o estudo nos principais teóricos sobre a morfologia urbana e salvaguarda dos bens arquitetônicos.

A segunda etapa se desenvolve a partir do estudo e compreensão histórica do processo evolutivo da formação urbana de Muriaé, assim como do estudo histórico dos bens arquitetônicos na cidade e sua relação estreita com o espaço e tempo. Nesta fase, considera-se importante ainda destacar os bens arquitetônicos que não mais fazem parte do tecido urbano, como a Estação Ferroviária e diversas residências que foram demolidas, e que mesmo assim contribuíram de forma incisiva no processo de ocupação da cidade. Analisa-se também a legislação urbana vigente e as leis referentes à preservação do patrimônio cultural da cidade de Muriaé, os problemas urbanos e de preservação dos bens arquitetônicos.

A terceira etapa da pesquisa, mais específica, delimita e analisa o objeto de estudo que corresponde à Zona de Preservação Histórica da cidade de Muriaé. Nesta

¹ Presente no Macrozoneamento Urbano, do ano de 2006, e a preservação dos objetos tombados, Lei Municipal nº 4991/2013.

fase pontuam-se os bens arquitetônicos inseridos neste espaço e a legislação urbana vigente no fragmento urbano, além de analisar os impactos da aplicabilidade ou não da legislação vigente na zona em estudo.

Foram realizadas visitas técnicas, com vivência cotidiana ao município e cidade de Muriaé, para que pudesse vivenciar e analisar sua conexão cotidiana, a relação de seus bens arquitetônicos com o espaço em que estão inseridos. Foram elaboradas ainda, análises das leis municipais de Muriaé, dentre elas, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Plano Diretor, Lei Municipal de Preservação, além de pesquisas nos acervos municipais sobre o histórico e documentos cadastrais da cidade.

A coleta de dados em fontes primárias representa importante ação da pesquisa na obtenção de informações elementares, sem interferência. Para isso, foram feitas pesquisas no Acervo Público Mineiro, em Belo Horizonte, e no Acervo Municipal de Muriaé. Fez-se também a coleta de dados cartográficos e fotográficos da evolução da forma urbana de Muriaé ao longo do tempo, seus bens arquitetônicos e suas relações com o espaço e tempo.

Analisou-se o comportamento destes bens arquitetônicos no tecido urbano e as políticas públicas de ordenamento territorial de Muriaé e como estas têm interferido no ordenamento atual da cidade, principalmente na sua região central, a chamada Zona de Preservação Histórica - ZPH.

A análise dos resultados foi feita com compromisso à veracidade das informações e à cronologia dos acontecimentos. Identificou sob quais principais parâmetros a cidade se transformou ao longo da sua história, quais fatos se destacaram em sua evolução urbana e em que aspecto os bens arquitetônicos se tornam importantes no processo de formação histórica e urbanística da cidade. Foram desenvolvidas análises de mapas e fotografias, dentre outros meios que identifiquem o processo de transformação da cidade de Muriaé, destacando-se os bens patrimoniais e seus referenciais históricos, o espaço em que estão inseridos e quais os seus valores de natureza coletiva.

E, por fim, refletiu sobre a evolução urbana sob a ótica dos bens tombados de Muriaé e a importância do entorno na preservação dos bens patrimoniais de uma cidade.

2. EMBASAMENTO CONCEITUAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta a análise das principais bibliografias e autores que constituem a fundamentação teórica acerca do estudo desenvolvido nesta dissertação. São importantes arquitetos, geógrafos e urbanistas, que desenvolveram suas teses, artigos e pesquisas a respeito da formação e consolidação da paisagem urbana e do patrimônio cultural; transformação e consolidação das cidades, principalmente as médias; leis que regem o município, principalmente aquelas que asseguram o ordenamento do território urbano e a proteção e conservação dos bens arquitetônicos patrimoniais.

2.1. Morfologia, evolução e paisagem urbana

O estudo da morfologia, evolução e paisagem urbana possui abordagem centrada na transformação das estruturas, formas e transformações da cidade. Em urbanismo, uma cidade pode ser considerada como um ser vivo, que se transforma a cada segundo e como tal possui funções variadas, criadas por inúmeros indivíduos e com uma velocidade imperceptível.

Costa é uma das principais estudiosas do tema sobre morfologia urbana no Brasil. A autora, em conjunto com Maria Manoela Gimmler Netto, escreveu o livro “Fundamentos da Morfologia Urbana” que busca suprir através dele, as lacunas sobre o tema em língua portuguesa.

As autoras buscam apresentar a etimologia do termo “morfologia”, usualmente relacionado ao estudo das formas biológicas. Destacam que a definição do termo é pouco disseminada e que pesquisadores não possuem uma definição única e mesmo uma concordância geral sobre o tema. Ainda sobre a definição do termo “Morfologia Urbana”, em 2012, no XX Seminar on Urban Form ocorrido em Delft, Michael P. Conzen apresenta a Morfologia Urbana como o estudo da forma edificada das cidades, cujo estudo busca explicar o traçado e a composição espacial de estruturas urbanas e espaços abertos, de caráter material e significado simbólico, à luz das

forças que a criaram, expandiram e diversificaram e as transformaram (COSTA; NETTO, 2015).

A Morfologia Urbana pode ser o estudo da forma urbana se considerarmos um produto físico de ações da sociedade sobre o meio que vai sendo edificado ao longo do tempo, ou seja, os aspectos a serem contemplados em uma análise morfológica são as edificações e sua implantação no solo urbano. Os arranjos morfológicos são diversos e implicam no traçado das vias, praças, quadras e na subdivisão em quarteirões e lotes (COSTA; NETTO, 2015).

Costa e Netto (2015) afirmam que o passado e o presente estão materializados nas cidades e remetem na cronologia das construções e das transformações que vão se acumulando em camadas sob o solo edificado. É possível diferenciar a Morfologia Urbana através da forma urbana e seus diversos aspectos estruturantes bem como as ações da sociedade ao longo de um determinado tempo.

Há abordagens distintas na pesquisa da Morfologia Urbana, porém complementares para analisar a estrutura da forma da paisagem urbana. As autoras, na referida obra, destacam duas linhas de estudo reconhecidas atualmente: a Escola de Morfologia Inglesa e a Escola de Morfologia Italiana, aqui já mencionadas.

A morfologia urbana é uma linha interdisciplinar de pesquisa disseminada internacionalmente (REGO; MENEGUETTI, 2011). Nesse sentido pretende-se aqui facilitar o entendimento de conceitos morfológicos e contribuir para a disseminação de suas possibilidades de aplicação para além de sua origem na geografia destacando ainda o ponto de vista da arquitetura e do urbanismo.

O traçado urbano, é, em sua maioria, o resultado de um longo processo de alterações que teve origem em diferentes momentos cronológicos da cidade. Através da análise de alguns elementos definidores da morfologia urbana, tais como ruas, praças, quarteirões, o edificado conservado entre outros; e também a análise de bibliografias pertinentes ao tema, é possível estudar a forma urbana original e

também, compreender os processos e as alterações ocorridos ao longo da vida das urbes (ROSSI, 1977).

De acordo com Rossi (1977), a morfologia urbana é o estudo das formas da cidade e a tipologia construtiva é o estudo dos tipos de construção. Para ele, ambas as disciplinas estudam duas ordens de fatos homogêneos; além disso, os tipos construtivos que se concretizam nos edifícios são o que constitui fisicamente a cidade.

Os elementos morfológicos da Escola de Morfologia Urbana Italiana representam embasamentos teóricos de suma importância para o desenvolvimento desta dissertação pelo fato de possuírem como principal motivo de preocupação o destino das cidades históricas na Itália, sobretudo devido aos efeitos das intervenções modernistas do século XX. Nesse sentido, iniciada pelas investigações dos italianos Saverio Muratori e Gianfranco Caniggia na década de 1940, esse grupo almeja por uma “teoria do projeto” fundamentada na detida análise da cidade existente. O uso de “tipos”, assim, é a principal ferramenta para o reconhecimento dos períodos históricos e para a caracterização dos tecidos urbanos.

Costa (2012) ressalta que Saverio Muratori, em *Studi per una Operante Storia Urbana di Venezia* (1960), examina o tecido urbano e faz do *tipo*, enquanto estrutura formal, o conceito básico para explicar o desenvolvimento histórico desta cidade. Para ele, o *tipo* é a chave para compreender a conexão entre os elementos individuais e as formas urbanas. Dessa forma, ao destacar a relação dos elementos entre si e com o todo, propõe um método de análise que pode ser chamado de: “Morfológico” e que foi a base para o desenvolvimento de numerosos estudos tipológicos.

Para entender a relação entre tipologia arquitetônica e morfologia urbana em suas implicações para a análise da estrutura das cidades ou mesmo como metodologia de projeto, é necessário definir o conceito de *tipo* e suas acepções ao longo do tempo. Não existe uma única definição de tipologia construtiva, ao contrário, tal conceito é redefinido sempre em função das investigações que se pretende realizar: o *tipo* é, portanto um instrumento e não uma categoria. Ele é um elemento

importante da dimensão conceitual da Arquitetura pois ele envolve a essência da arte (COSTA, 2012).

Para Quatremère (1825), a relação entre arquitetura antiga e moderna não era outra coisa senão a modificação do tipo, uma transformação conceitual requerida cada vez que um edifício é projetado. O tipo arquitetônico é o princípio que regula as modificações e a chave para a legibilidade do público, pois é por ele que se imprime o caráter distintivo aos edifícios.

Para identificar a influência dos bens arquitetônicos na formação morfológica urbana é necessário entender o processo de desenvolvimento da cidade como um todo. Tomando Rossi (1966), pertencente à vertente da Escola de Morfologia Italiana, como base nesse processo de entendimento, percebe-se que a estrutura espacial da cidade, a partir do conhecimento, da análise e da dimensão urbana, confirma que a arquitetura pode se estabelecer e contribuir de forma eficaz. O padrão viário de uma cidade, sua formação e transformação ao longo da história urbana estão intimamente ligados. Ainda conforme o Rossi (1966), a forma da cidade é sempre a forma de um tempo vivenciado nesta cidade, ou seja, cada período histórico é representado por uma morfologia diferente. Sendo assim, um homem, no decorrer de sua vida, vivencia inúmeros tempos da cidade e suas consequentes mudanças de paisagem.

A arquitectura é a cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de factos novos e antigos. O elemento coletivo e o privado, sociedade e indivíduo, contrapõem-se e confundem-se na cidade, que é feita de tantos pequenos seres que procuram uma organização e, juntamente com esta, um pequeno ambiente para si mais apropriado ao ambiente geral (ROSSI, 1966, p. 14).

Identificar os elementos primários da cidade — a residência, as atividades fixas e o tráfego — também é uma ferramenta de compreensão do processo morfológico, como Rossi o fez. A permanência dessas atividades é memória constituindo um fato urbano. Por exemplo, “os monumentos são uma permanência porque já se acham em posição dialética no interior do desenvolvimento urbano” (Rossi, 1966, p. 56).

Rossi (1966) afirma que a cidade não é fruto exclusivo de um plano pré-concebido, e sim acúmulo de camadas históricas sucessivas, complementar. Desse modo se faz necessário entender também como os bens arquitetônicos, pertencentes aos diferentes momentos históricos, influenciam no direcionamento expansivo de ocupação e como podem condicionar a transformação do tecido urbano a que pertencem assim como aqueles de seu entorno. É o caso da preservação das cidades que são reconhecidas pelos amplos conjuntos urbanos patrimônios culturais históricos, como Tiradentes e Ouro Preto, que contam com leis específicas de ocupação do solo para que os sítios urbanos tombados não sejam afetados negativamente pelas ocupações contemporâneas não planejadas ou regulamentadas, embora nem sempre tenham sucesso.

Geografia e história são elementos inseparáveis na compreensão do processo de formação das cidades. Dessa forma, a Escola de Morfologia Urbana Inglesa se sobressai no entendimento do espaço através de tal análise geográfica, devido à sua abordagem estritamente “descritiva, analítica e explanatória” e sua completa, detalhada e sistemática concentração no estudo da forma. O método de investigação da forma se dá pela utilização da “visão tripartite”, que consiste no estudo do plano urbano, do tecido urbano e no padrão de uso e ocupação do solo. Essas estruturas são analisadas em função dos intervalos de tempo que definem os períodos morfológicos. Como resultado dessas análises, tem-se o processo de evolução da paisagem urbana. Assim, é possível entender as tendências naturais de transformação e buscar a continuidade de aspectos identificados como importantes das paisagens urbanas. Conzen (1981) enfatiza que o estudo da evolução das formas urbanas utilizando parâmetros de transformação e permanência, culmina em uma teoria sobre construção das cidades. Foca no estudo das transformações ocorridas no universo urbano ao longo do tempo.

O tecido urbano, segundo Conzen (1981), é configurado pelo sistema viário, pelo padrão do parcelamento do solo, pela aglomeração e pelo isolamento das edificações, assim como pelos espaços livres. O tecido da cidade se faz pelas edificações, ruas, quadras e lotes, parques, praças e monumentos, nos seus mais

variados arranjos. No entanto, esses elementos devem ser considerados como organismos constantemente em atividade e, assim, em transformação ao longo do tempo (HERMANO, 2017). A cidade se transforma, prevalecendo alguns aspectos e, sendo assim, cada aspecto destes compõe a morfologia da cidade

Analisar a cidade através de seu tecido urbano também é uma forma de compreensão não somente do espaço, mas da paisagem, visto que cada tecido pode ser analisado através do seu tipo de ocupação ao longo do tempo. Sendo assim, pode-se pontuar os bens arquitetônicos de cada tecido segundo seu período e sua importância na sua formação, assim como Conzen (1981) analisa o espaço por meio dos tecidos selecionados por sua importância na formação da cidade. Nesse sentido, o autor chama atenção para três aspectos (1. Orientação no Espaço; 2. Experiência Visual; 3. Valor Estético) da importância do tecido urbano tomado como parte da imagem da cidade.

No primeiro aspecto, Conzen (1981) promove a orientação no espaço através do mapa mental e, portanto, afirma que a eficiência com que funcionamos espacialmente depende do nosso reconhecimento dos locais.

O segundo aspecto diz respeito ao valor intelectual ao ajudar tanto o indivíduo quanto a sociedade a se orientar no tempo: uma imagem da cidade, especialmente a de uma cidade bem estabelecida, apresenta uma forte experiência visual da história de uma região, ajudando o indivíduo a se situar em uma maior amplitude da sociedade em transformação, estimulando a comparação histórica e assim fornecendo uma base mais informada para a tomada de decisões.

O terceiro aspecto diz respeito ao valor estético: no impacto visual e no sentido de orientação, instituídos por elementos dominantes como igrejas ou castelos, e no estímulo à imaginação alimentado por variações na largura e na direção das ruas.

De acordo com Rego e Meneguetti (2011), tais aspectos estão inter-relacionados e as experiências estéticas e emocionais estão forte e particularmente

entrelaçadas, ainda que não necessariamente de modo dependente, com a apreciação do significado histórico e geográfico do tecido urbano.

A metodologia de análise do geógrafo Conzen interpreta a paisagem urbana decompondo-a nos seus três elementos básicos: a rua, a parcela e o edifício. E, a combinação destes elementos nas formas adversas permite uma representação simplificada do território, através de regiões morfológicas. Segundo Oliveira (2015), passa-se a admitir que uma forma construída dura anos e é capaz de ultrapassar a temporalidade de vida dos próprios atores que a criaram.

O termo “Historicidade” é apresentado pela Escola Inglesa de Morfologia Urbana como a capacidade de demonstrar os conteúdos históricos, culturais e sociais que permanecem nas paisagens urbanas ao longo do tempo. Segundo Conzen (1981), por meio da historicidade, as paisagens culturais exercem uma influência educativa e revitalizadora nas mentes das pessoas e isto responde aos requisitos sociais em longo prazo.

Michael R. Conzen, principal pesquisador da Escola de Morfologia Urbana Inglesa, tem o foco de sua pesquisa sob dois ângulos: o primeiro estritamente morfológico, concentrado nas formas visíveis da paisagem urbana; o segundo refere-se ao aspecto dinâmico da sociedade que produz e altera a paisagem urbana. Dessa forma, Conzen dá ênfase em seus estudos na caracterização da paisagem urbana como produto da ação social (PEREIRA COSTA e GIMMLER NETTO, 2015).

A Escola de Morfologia Urbana Italiana vê a cidade como um organismo dinâmico, resultante de um processo que envolve arquitetura, tipologia, morfologia e historicidade que tem um atributo da paisagem capaz de demonstrar seus períodos históricos formativos. Tem como principal pesquisador Saverio Muratori, que afirma que a configuração mais ampla da cidade é o território. Para ele, a casa é a síntese da cultura de um povo, e considera o *tipo* básico a base da cidade tradicional como uma extensão da unidade física humana. As edificações são uma extensão das espécies humanas e estas representam para o ser humano uma parte essencial e

eterna da vida (MALFROY, 2011). O edifício é organismo que faz parte integral do ser humano.

Costa e Netto (2015) citam Moudon (1997) que afirma que, a forma urbana pode ser lida e analisada através de sua forma física que se estrutura em três princípios:

1. A forma urbana é definida pelos elementos físicos fundamentais: as edificações e os espaços livres a elas relacionados, ou seja, as áreas livres privativas e públicas, os lotes os quarteirões e as vias.

2. A forma urbana pode ser compreendida a partir de diferentes tipos de resolução que, de modo geral, correspondem às escalas que institucionalizam a relação construtiva entre o edifício e o lote, as vias e as quadras, a cidade e a região.

3. A forma urbana só pode ser compreendida a partir da história, porque os elementos que a compõem têm origem social e estão sempre em transformação e substituição formal.

Falar sobre morfologia urbana remete aos processos de ocupação ao longo do tempo, pois cada lugar possui um processo de urbanização diferente. As tradições de um povo, a topografia, as hierarquias sociais são alguns dos fatores que influenciam no processo de formação morfológica. Com o urbanismo português não é diferente, pois ele foi crucial para a formação de importantes cidades do Brasil.

O urbanismo português reflete a história do urbanismo europeu e, ao mesmo tempo, afirma sua especificidade por suas características de forma e de processos que são eminentemente portugueses.

Teixeira (2012) ressalta as especificidades das cidades de origem portuguesa e, relaciona tais especificidades às heranças culturais no contexto europeu e extra europeu, às lógicas de localização e de escolhas dos sítios para implantação dos núcleos urbanos, os elementos geradores dos traçados, à sua relação com as características físicas do território e com as estruturas geométricas subjacentes ao

plano, hierarquias e os elementos de referência do traçado, as praças e o seu papel na organização urbana, as estruturas de quarteirão e de loteamento e os processos de planejamento e construção da cidade.

A cidade portuguesa é morfologicamente diferente em cada momento histórico. Não há uma cidade de origem portuguesa imutável no tempo, nas formas e nas concepções urbanas que vão evoluindo com o tempo através de distintas influências (TEIXEIRA, 2012).

A forma da cidade de origem portuguesa tem como principais elementos estruturantes as ruas que implantam sobre as linhas naturais do território e os edifícios singulares localizados em pontos dominantes, que são referência para os espaços envolventes e para a organização da cidade como um todo. Baseado nas necessidades de se orientar no espaço e de se fazer uma leitura do território, o primeiro recurso utilizado na colonização portuguesa foi o de se orientar através dos cursos de água e das linhas de cumeada² que correspondem às primeiras grandes referências, os caminhos e as fronteiras entre territórios (TEIXEIRA, 2012).

As características topográficas eram determinantes para a localização do núcleo urbano inicial, para a definição das principais direções de crescimento urbano e para a implantação dos principais edifícios institucionais em locais dominantes, como igrejas, estruturas políticas e militares. A hierarquia dos espaços urbanos era uma condição essencial para a beleza da cidade, seja uma cidade de origem vernácula, essencialmente articulada ao território, quer se trate de traços urbanos desenhados em um plano regular.

Outro elemento importante na caracterização das cidades de origem portuguesa corresponde às praças, que desempenham um papel essencial na

² Na topografia é a linha formada pelos pontos mais altos da montanha ou cordilheira, no sentido longitudinal.

estruturação dos espaços urbanos, traduzindo sua importância funcional e simbólica (TEIXEIRA, 2012).

Por fim, Teixeira (2012) destaca que a cidade de ruas, praças e quarteirões tem sido substituída por diversos elementos que se autonomizam e se desagregam e que, além dos diferentes contextos culturais, econômicos e sociais, de mudanças de escala e de diferentes funções que a cidade tem de cumprir hoje, a base das cidades tradicionais deve ser entendida, sistematizada e tomada como referência nas operações de reabilitação urbana e na construção de novos espaços.

No que diz respeito à Morfologia Urbana no Brasil, sabe-se que há duas áreas de conhecimento: a Geografia Humana e a Arquitetura e Urbanismo. Estudos sobre o assunto têm uma tradição que se estende por cerca de 100 anos, no Brasil. Em “O estudo da forma urbana no Brasil” a autora Stael de Alvarenga Pereira Costa expõe que os primeiros estudos sobre o tema estão relacionados aos aspectos econômicos, sociais e políticos das formas urbanas brasileiras. Tais estudos foram realizados por diversos historiadores como Sérgio Buarque de Holanda e sociólogos, como Gilberto Freire na 1ª metade do século XX. Neste mesmo período, tem início, por acadêmicos da Universidade Federal de Minas Gerais, o estudo da evolução da forma urbana e tipologias das cidades coloniais mineiras (COSTA, 2007).

Costa (2007) explana a trajetória dos estudos urbanos no Brasil e ressalta a importância do arquiteto Sylvio de Vasconcellos, que trabalhou com Lúcio Costa no Departamento Estadual de Patrimônio Histórico, em desenvolver trabalhos sobre as tipologias das cidades coloniais de Minas Gerais, contribuindo assim, para a compreensão não só da evolução das vilas coloniais em Minas Gerais, quanto de tipologias de edifícios. Estas descobertas forneceram importantes conclusões sobre a origem dos assentamentos urbanos coloniais. O trabalho de Vasconcelos (1956), como o de Lúcio Costa, pode ser considerado como ponto de partida para uma série de pesquisas presentes até os tempos atuais.

Costa (2007) cita também João Boltshauser, professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, que desenvolveu estudos sobre o

crescimento das cidades latino-americanas, tendo como ênfase o papel da legislação na formação e transformação das cidades.

O início do século XX foi marcado pelo modelo das novas cidades e suas áreas de entorno. Foi uma fase importante para o desenvolvimento da forma urbana brasileira, caracterizado por uma necessidade de planejamento de infraestrutura, como alargamento de ruas e construção de novas áreas residenciais. O modelo modernista foi adotado como uma das principais referências para o urbanismo, principalmente pelo poder público. A construção de Brasília é um importante marco sobre a concepção e construção de cidades seguindo modelos de forma urbana baseados numa forte ideologia. Nesse período a influência do modernismo se mostra presente de maneira intensa em muitos cursos de arquitetura e urbanismo principalmente, na área de produção de projetos de conjuntos habitacionais (COSTA, 2007).

Costa (2007) afirma que, no Brasil, na década de 1960, dois fatores foram cruciais para a busca de novos modelos urbanos. O primeiro diz respeito ao crescimento considerável das grandes cidades, crescimento esse não acompanhado de um planejamento, fato que exigiu dos planejadores soluções para a provisão da infraestrutura urbana, principalmente o acesso à moradia e saúde. O segundo refere-se à carência dos investimentos públicos para a realização dos novos planos e cidades, já que, as cidades, ao se expandirem, exigiam grandes recursos, nem sempre disponíveis. A crise da metade da década de 1960 gera um declínio na construção civil e na produção científica, fato agravado pela implantação da ditadura militar.

A década de 1980, pós período de crise e implantação da ditadura militar, trouxe uma nova era, não apenas porque vários pesquisadores retornaram às Escolas de Arquitetura, mas também se iniciam os cursos de pós-graduação em algumas escolas de arquitetura. Os estudos das tipologias e evolução da forma urbana recomeçam, sob novas influências dos cursos de pós-graduação da Europa, Ásia e Estados Unidos e o estudo do Desenho Urbano traz inúmeras contribuições para o tema.

As ideias advindas deste método foram inicialmente discutidas na Universidade de Brasília, sob a forma de seminários sobre Desenho Urbano. Estes seminários apresentaram o que estava sendo desenvolvido, não só na área de morfologia urbana, mas também no urbanismo no Brasil. Estudos interessantes foram apresentados neste seminário e contribuíram para que se consolidassem diferentes linhas de investigação, que continuam como as linhas principais de pesquisa até os tempos atuais. Os estudos mais tradicionais são os desenvolvidos pela linha de pesquisa sobre a história e são muitas vezes associados à conservação dos monumentos isolados. Uma visão mais ampla e urbana de conservação do patrimônio se inicia na última década do século XX, e com estes, as observações sobre a evolução dos sítios históricos (COSTA, 2007).

Um segundo grupo de estudiosos alia questões que mesclam aos estudos advindos das contribuições de outras disciplinas como a sociologia e a economia. Inclui análises detalhadas da evolução da população e o estudo de aspectos funcionais das cidades, na maior parte vistas em relação aos problemas políticos, econômicos e sociais (COSTA, 2007).

O terceiro grupo de pesquisa evidenciava a importância de se identificar à implantação e forma dos assentamentos espontâneos. Descreve a implantação das ruas em relação à topografia e as soluções alternativas construídas pela população. Concentra-se na identificação de tecidos urbanos desenvolvidos espontaneamente e a importância da sua manutenção para a fixação deste grupo social no local e culmina na descrição de algumas das características morfológicas mais gerais de favelas e assentamentos particulares (COSTA, 2007).

O quarto e último grupo de pesquisa mencionado por Pereira Costa diz respeito ao estudo sobre novas formas urbanas, e principalmente sobre o impacto do processo de parcelamento na paisagem. Estes se concentram nos levantamentos sobre os produtos do parcelamento e na produção tipológica de lotes, espaços verdes abertos e parques públicos. Avaliam a qualidade do espaço, principalmente a relação entre as tipologias edilícias e o espaço urbano (COSTA, 2007).

Del Rio (1990), ao admitir as mais diversas teorias e propostas metodológicas existentes para o Desenho Urbano, propõe uma metodologia que considere todos esses estudos, de forma a se completarem sendo utilizados, cada um, conforme a especificidade de cada problema³. Também apoia-se nos estudos do psicólogo-ambiental David Canter, que sugere o “sentido do lugar” gerado em três esferas: atividades ou usos, atributos físicos propriamente ditos e as concepções e imagens. Essas metodologias nos levam a diferentes análises de compreensão da cidade e seria um erro considerarmos que somente uma dessas é a correta. O Desenho Urbano necessita do conhecimento de diversos pensamentos, que, por si só, se completam, onde os radicalismos teóricos são extremamente prejudiciais. A partir do conhecimento metodológico de diversos autores, Del Rio (1990) sugere uma nova metodologia que pode ser dividida em quatro categorias de análise: morfologia urbana, análise visual, percepção do meio ambiente e comportamento ambiental.

A Morfologia Urbana, categoria de origem francesa e italiana, estuda o tecido urbano e seus elementos construídos que se formam através de evoluções, transformações, inter-relações e processos sociais. A cidade em termos morfológicos é dividida em três níveis: coletivo (maior permanência no tempo), comunitário (elementos com significados apenas para um restrito círculo da população, por exemplo, um bairro) e individual (a residência e seu espaço imediato). A análise da morfologia urbana é necessária para compreendermos a lógica da sua formação, evolução e transformação dos elementos urbanos e suas inter-relações, que nos possibilitam fazer uma intervenção urbana na cidade existente ou em desenhos de novas áreas, levando em conta a sua cultura e sociedade. Del Rio (1990) pontua ainda a importância da morfologia como instrumento para o desenvolvimento de seus conceitos e metodologias de análise da forma urbana, mostra como esta categoria possui temáticas extremamente válidas para o estudo da cidade como um conjunto coerente de elementos, cuja existência, papel estrutural e inter-relações são razões importantes na qualidade das formas urbanas (DEL RIO, 1990).

³ Nessa busca por uma metodologia, ele destaca alguns trabalhos que considera os mais importantes como os de Trancik, Rapoport, Lynch, Norberg-Schulz, entre outros.

A análise visual é subjetiva, depende da observação e interpretação do pesquisador do espaço urbano. Há três maneiras pelas quais o meio ambiente pode gerar respostas emocionais: ótica, que corresponde à maneira como percebemos visualmente um ambiente na realidade (percursos, conjuntos, edificações, detalhes etc.); lugar, tem a ver com a nossa posição em relação ao nosso ambiente mais imediato (aqui e ali, dentro e fora, sensação de pertencer, de proteção, territorialidade de domínio); conteúdo, refere-se a conjuntos de significados percebidos no espaço urbano, como cores, texturas, escalas, caráter e unidade (DEL RIO, 1990).

Aprofundando a esfera da análise visual constatamos que essa categoria de análise surge entre os anos 1950 e 1960 com o crescente interesse em ambientes históricos e vernaculares. Ele cita os estudos de Wolfe e Cullen como “marcos fundamentais para a aceitação da teoria da paisagem urbana para análise e projetos, principalmente em áreas historicamente sensíveis”⁴. Para o Desenho Urbano, a percepção do meio ambiente tem como objetivo a identificação de imagens públicas e de memórias afetivas. Com a percepção do meio ambiente, a população busca perceber lugares familiares (DEL RIO, 1990).

Em “Ouro Preto: paisagem em transformação”, a autora Marina Salgado (2010) investiga a evolução das novas formas urbanas originadas pela acelerada expansão das cidades e também como tal expansão influencia nas formas tradicionais do centro histórico da cidade de Ouro Preto. Tal estudo é pautado nas metodologias desenvolvidas pelas escolas de Morfologia Urbana já mencionadas. Através da pesquisa, a autora busca contribuir para os estudos sobre a temática da morfologia urbana, assim como da qualificação da paisagem, uma vez que as pesquisas sobre o assunto colaboram para a fundamentação das tomadas de decisão com relação à conservação de conjuntos urbanos históricos.

A autora avalia o dilema entre a tradição e a modernidade, dilema esse muito presente nas cidades coloniais mineiras. Em sua grande maioria, as cidades coloniais

⁴ A análise da percepção do meio ambiente foi desenvolvida a partir da teoria de Gestalt, Gibson e Piaget, onde mostra, através de pesquisas de campo, que as necessidades e as qualidades urbanas são diferentes e variáveis entre grupos, culturas e épocas.

possuem um núcleo histórico a ser preservado e todos os projetos de intervenção contemporânea que forem propostos devem levar em consideração a manutenção da qualidade da paisagem do centro histórico, respeitando seus edifícios, seus tecidos urbanos, ou seja, suas características morfo-tipológicas (SALGADO, 2010).

Salgado (2010) ressalta a ausência do diálogo entre as diversas formas urbanas fato que provoca perdas na identidade do caráter histórico da cidade como um todo. Sabe-se que o dinamismo característico da paisagem urbana é presente, dessa forma não se pode impedir o desenvolvimento da cidade e sua renovação ao longo dos anos, porém, é necessário orientá-lo para que o meio ambiente urbano cresça de forma equilibrada, fazendo com que os interesses econômicos de determinadas classes não prevaleçam sobre a coletividade.

Sá Carneiro (2009) também é uma referência no estudo da morfologia da cidade e apresenta um olhar cuidadoso da paisagem urbana, visto seus estudos dos espaços livres na cidade de Recife, em Pernambuco. A autora interpreta a paisagem através da análise da ocupação urbana ao longo da história, o que significa, a partir do sistema natural para entender a formação aos poucos de uma paisagem urbana, ou seja, do todo para as partes. Os estudos em Recife iniciam um processo de construção de uma consciência paisagística; da observação e compreensão da própria natureza a qual conduz o modo de agir sobre ela, que leva a uma demanda social do direito à paisagem e traz a possibilidade de conservação desta. E ainda, para a autora, as cidades expressam sua história e por isso devem ser preservadas.

Ainda no sentido da preservação da paisagem, em maio de 2005 o Memorandum de Viena, resultado da reunião internacional do comitê da Unesco sobre o patrimônio mundial e a arquitetura contemporânea, registrou a necessidade de incluir uma nova categoria para a conservação dos sítios-patrimônios da humanidade. É a de paisagem urbana histórica, no sentido de proteger, de forma mais abrangente, a autenticidade e integridade dos sítios, conjuntos urbanos e monumentos isolados do impacto dos empreendimentos contemporâneos os quais, muitas vezes, ameaçam o patrimônio natural e cultural de valor excepcional, descaracterizando-o. Dessa forma, mostra a preocupação em manter o equilíbrio entre a implantação de novas construções, o patrimônio histórico como um processo de construção da paisagem cultural. A arquitetura da cidade precisa ser controlada pela busca da conservação de valores culturais (SÁ CARNEIRO, 2009, p.139).

Sá Carneiro (2009), iniciou os estudos dos espaços livres públicos em 1998 em Recife, com a identificação da tipologia e a conceituação dos diferentes tipos, a exemplo de: unidades de conservação, faixa de praia, parques, praças, jardins, pátios, largos, quadras polivalentes e cemitérios. Foram identificadas três linhas de força da paisagem: o rio Capibaribe, o litoral e as áreas remanescentes da Mata Atlântica. Os espaços livres identificados foram revelando detalhes da paisagem recifense e pronunciando a necessidade de entender o processo de formação dessa paisagem urbana que hoje se apresenta. Consolidou-se a decisão em investigar a história da paisagem, levando em consideração os ecossistemas naturais do sítio e sua ocupação ao longo do tempo para justificar a existência dos espaços livres públicos atuais. Seguiu-se a leitura de mapas e iconografias para identificar unidades de paisagem que permaneceram, apesar do aumento acelerado das construções, extrapolando as previsões dos planos urbanísticos. A história da paisagem passou a ser o elemento-chave para a caracterização de unidades de paisagem contendo espaços edificados e espaços livres.

A abordagem do trabalho desenvolvido por Sá Carneiro (2009) é sistêmica e busca articular espaços públicos isolados com os demais espaços a partir de elementos lineares como margens de rios e canais, pois foi a partir de suas águas que Recife teve sua leitura paisagística, traço característico de sua fisionomia. O caminho das águas de Recife delineou o sentido de sua malha urbana.

Através de análises de mapas antigos e atuais e do histórico municipal de Recife, foi possível identificar a unidade da paisagem em diferentes escalas que precisam ser preservadas para guardar as características históricas e significativas da mesma. Outro fato importante de ser analisado é a relevância dos instrumentos de preservação no município que permitiram que traços originais como largos, praças, pátios e ruas estreitas fossem preservados nos bairros Santo Antônio e São José (SÁ CARNEIRO, 2009).

Os autores mencionados serviram de respaldo para a compreensão da Morfologia Urbana da cidade de Muriaé. Teixeira (2012) foi de suma importância na análise da formação da cidade de Muriaé e na identificação desta com características

de cidades de origem portuguesa. A forma espontânea e orgânica, os edifícios de imponência localizados em locais em evidência, sua constante mutação ao longo dos anos, a geografia, a topografia e natureza do solo foram fatores determinantes na definição de Muriaé como cidade de origem portuguesa.

A metodologia da Escola de Morfologia Urbana Inglesa foi utilizada para o estudo do plano urbano, do tecido urbano e do padrão de uso e ocupação do solo de Muriaé. Estas estruturas foram analisadas em função dos intervalos de tempo (períodos históricos) que definem os períodos morfológicos. Como resultado destas análises, tem-se o processo de evolução da paisagem urbana. Assim, é possível entender as tendências naturais de transformação e garantir a continuidade de aspectos importantes das paisagens urbanas muriaeenses.

A metodologia utilizada por Conzen (1981), o precursor da Escola de Morfologia Urbana Inglesa, foi de suma importância na análise da forma do tecido urbano de Muriaé. Ela foi feita através da “visão tripartite”, que consiste no estudo do plano urbano, do tecido urbano e por último no estudo do padrão de uso e ocupação do solo. A princípio é feita a análise da cidade em toda a sua extensão, em seguida a região central, onde está inserido o objeto de estudo e de forma mais específica, a Zona de Preservação Histórica, o objeto de estudo em questão.

Por outro lado, o estudo pautado na Escola de Morfologia Urbana Italiana foi a base de análise metodológica utilizada como ferramenta principal para o reconhecimento dos períodos históricos e para a caracterização dos tecidos urbanos muriaeenses.

Costa (2012) que desenvolveu seu trabalho pautado nas duas Escolas de Morfologia Urbana (tanto a Italiana quanto a Inglesa) e Rossi (1977), que desenvolveu seus trabalhos baseados nos conceitos da Escola de Morfologia Urbana Italiana, foram essenciais para a construção do estudo da forma urbana de Muriaé através das análises de tipologias construtivas e estudo do tipo de edificações na cidade. Assim como Del Rio (1990), a análise metodológica relacionada a Morfologia Urbana é feita através do estudo do tecido urbano de Muriaé e seus elementos construídos que se

formaram através de evoluções, transformações, inter-relações e processos sociais ao longo do tempo.

A análise visual e subjetiva de Del Rio (1990) foi utilizada para a percepção do conteúdo em Muriaé, referindo-se aos conjuntos de significados percebidos no espaço urbano, como cores, texturas, escalas, caráter e unidade, principalmente no que se refere ao conjunto histórico identificado na Zona de Preservação Histórica da cidade. Já a percepção do meio ambiente identifica os bens arquitetônicos às imagens públicas e de memórias afetivas, ou seja, elementos em que a população muriaeense busca perceber lugares familiares ou que contam a história da sociedade em que vivem. O Desenho Urbano em Muriaé foi relacionando a uma atividade de planejamento, com objetivos que reportam a qualidade físico-ambiental da cidade, enquanto conjunto de sistemas físico-espaciais e sistemas de atividades que interagem com a população, através de suas vivências, percepções e ações cotidianas (DEL RIO, 1990).

A análise da evolução das novas formas urbanas originadas pela acelerada expansão de Muriaé e, como tal expansão influencia nas formas tradicionais de seu centro histórico foi feita pautada nas análises de Marina Salgado (2010) em “Ouro Preto: paisagem em transformação”, onde a autora examina a cidade de Ouro Preto em seu processo de urbanização acelerado e como tal processo influencia em seu centro histórico.

A análise dos elementos naturais (rios e curvas de níveis) na formação da paisagem ao longo da história de Recife da autora Sá Carneiro (2009) serviu de embasamento metodológico para a análise dos elementos naturais norteadores da expansão urbana de Muriaé.

2.2. Patrimônio arquitetônico e urbanístico

Cada indivíduo é parte de um todo, da sociedade e do ambiente onde vive e constrói, com os demais indivíduos, a história da sociedade, legando às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras. A

destruição dos bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas. Atualmente, a importância da preservação ganha novo foco, decorrente da necessária consciência de diminuirmos o impacto sobre o ambiente, provocado pela produção de bens.

Medidas administrativas foram adotadas há bastante tempo em antigos impérios e reinos para a proteção de edificações importantes para suas sociedades. A partir do século XIX um pensamento mais estruturado sobre a proteção do patrimônio cultural começa a ser organizado. Mas somente no início do século XX é que posturas, legislações e atitudes mais abrangentes e concretas são postas em prática. Uma maior e mais criteriosa abordagem sobre restauro aconteceu em 1964 com a elaboração da Carta de Veneza - Carta Internacional do Restauro.

As Cartas Patrimoniais são documentos que contêm desde conceitos a medidas para ações administrativas com diretrizes de documentação, promoção da preservação de bens, planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio, seja histórico, artístico e, ou cultural. Abaixo, seguem análises de estudiosos a respeito das Cartas Patrimoniais e uma síntese dessas mesmas cartas que são mais pertinentes para este trabalho.

Em 1964, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) elaborou a Carta de Veneza, com o foco na carência de um plano internacional para conservar e restaurar os bens culturais numa ação interdisciplinar.

O entendimento de monumento histórico, que antes compreendia apenas a criação arquitetônica isolada, passa a considerar agora o sítio urbano como testemunha de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Dessa forma, o monumento é visto de forma inseparável da sua história e do meio em que se situa. Os sítios monumentais, segundo a Carta de Veneza, devem ser objeto de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, manutenção e valorização.

A Carta foca na necessidade de um "plano internacional" de conservação e restauração dos monumentos. Ela define monumento histórico, sua conservação e restauração como atividade interdisciplinar (ciências e técnicas), e afirma que a conservação depende de sua "função útil à sociedade", mas com limites nas adaptações.

Kühl (2010) propõe uma leitura crítica da Carta de Veneza de 1964, para ela, a carta é citada com muita frequência em artigos, dissertações, trabalhos acadêmicos, dentre outros, mas não é entendida na mesma medida. Para a autora, as cartas patrimoniais devem ser analisadas de maneira fundamentada para que se tenha um entendimento pleno de suas formulações, tal fato é essencial para quem trabalha com preservação e se embasa teórico-conceitualmente nelas. As cartas patrimoniais não são receituário de simples aplicação pronta para serem reproduzidas, elas possuem caráter indicativo a ser aplicado diretamente na prática do dia a dia.

Para Kühl (2010), as Cartas Patrimoniais são documentos concisos, indicativos ou prescritivos, de caráter normativo, devem ser reinterpretadas de acordo com cada realidade local. Elas devem ser lidas, interpretadas e analisadas, sendo assim, no que diz respeito à Carta de Veneza (1964) será necessário conhecer o debate sobre o restauro no período em que a carta foi redigida, quais eram os princípios do restauro naquela época e o que nesses princípios levaram à criação da mesma. Para Kühl (2010), só a partir de um entendimento aprofundado do que a Carta de Veneza (1964) propõe, e de uma releitura contemporânea da mesma, é que é possível usá-la de maneira adequada como embasamento conceitual-teórico.

A Carta de Petrópolis (1987), trata a questão de preservação e consolidação da cidadania, ao reforçar a necessidade de dar ao patrimônio função na vida da sociedade. Ela define "sítio histórico" e apresenta recomendações para ações de preservação.

Entende-se como sítio histórico urbano o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. O sítio histórico urbano é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens naturais e construídas, assim como a vivência de seus habitantes. A preservação do sítio

histórico urbano deve ser pensada desde o planejamento urbano, entendido como processo contínuo e permanente. É fundamental a ação integrada de órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a participação da comunidade interessada.

Os instrumentos de proteção descritos no documento são: tombamento, inventário, desapropriação, isenção e incentivos fiscais, normas urbanísticas e a declaração de interesse cultural. É importante destacar que a Carta de Petrópolis considera essencial a predominância do valor social da propriedade urbana sobre a sua condição de mercadoria.

O Compromisso Salvador (1971) luta pela manutenção do patrimônio histórico de uma maneira descentralizada. Justifica-se a descentralização por causa das diferenças sociais, econômicas e culturais das diversas regiões do nosso país e da grande escassez de recursos financeiros destinados à política de preservação cultural. A proposta da criação de regiões históricas como fator de descentralização impede, de certa maneira, o enfraquecimento da socialização do patrimônio e aumentaria a visão do local histórico como noção de cidade-documento.

Cresce a ideia de observar o patrimônio como documento, principalmente nos anos de 1980. Os locais históricos deixam de ser imagens idealizadas, constituem-se lugares socialmente produzidos, e as comunidades reconhecem neles uma linguagem de identificação. Em 1970, quando ocorre a criação do Programa de Cidades Históricas, decorrente das influências da UNESCO e das Cartas Internacionais, inicia-se uma nova fase quanto às políticas públicas de preservação. A partir daí fica mais claro compreender a importância dos valores socioeconômicos como funções do Patrimônio Histórico.

Do Compromisso de Salvador vem a semente do Programa de Recuperação das Cidades Históricas: um programa descentralizador, que não deixou de gerar certo desconforto com a canalização de recursos para capelas de fazendas de usineiros, na região Nordeste. Pode-se atribuir o fato de o programa não ter se realizado plenamente não só à falta de políticas específicas, mas também a certa indiferença com a sabida relação íntima entre o bem cultural e a história de um povo.

Criada na XV Assembléia Geral do ICOMOS na China, na cidade histórica de Xi'an, de 17 a 21 de outubro de 2005, a Declaração de Xi'an discorre sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural. Além dos aspectos físicos e visuais, o entorno supõe uma interação com o ambiente natural, práticas sociais ou espirituais, passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criarem e formarem o espaço. Estas relações podem resultar de um ato criativo, consciente e planejado, de uma crença espiritual, de acontecimentos históricos, do uso, ou de um processo cumulativo e orgânico, surgido através das tradições culturais ao longo do tempo.

A definição do entorno requer compreender a história, a evolução e o caráter dos arredores do bem cultural. Trata-se de um processo que deve considerar múltiplos fatores, inclusive a experiência de aproximação ao sítio e ao próprio bem cultural. O entorno nessa abordagem requer uma definição multidisciplinar e a utilização de diversas fontes de informação. Tais fontes incluem acervos documentais e arquivos, descrições artísticas e científicas, histórias orais e conhecimentos tradicionais, as opiniões das comunidades locais e daquelas relacionadas ao bem, assim como uma análise das perspectivas visuais. As tradições culturais, os rituais, as práticas espirituais e os conceitos, assim como a história, a topografia, os valores do meio natural, os usos e outros fatores contribuem para criar o conjunto de valores e dimensões tangíveis e intangíveis do entorno.

A definição do entorno deve conjugar harmoniosamente seu caráter, seus valores e sua relação com o bem cultural. Os instrumentos para a gestão do mesmo compreendem medidas legislativas específicas, qualificação profissional, desenvolvimento de planos ou sistemas integrados de conservação e gestão e a utilização de métodos idôneos de avaliação do impacto do bem cultural.

O desenvolvimento dentro do entorno das edificações, dos sítios e das áreas do patrimônio deve contribuir para uma interpretação positiva de seu significado e de seu caráter peculiar. As volumetrias, os panoramas e as distâncias adequadas, entre qualquer novo projeto público ou privado e as edificações, os sítios e as áreas do patrimônio, são fatores fundamentais a serem considerados para evitar distorções

visuais e espaciais ou usos inadequados em um entorno repleto de significados. A transformação rápida e progressiva das paisagens rurais e urbanas, as formas de vida, os fatores econômicos, ou o meio ambiente natural podem afetar de forma substancial ou irreversível a verdadeira contribuição do entorno para o significado de uma edificação, um sítio ou uma área de valor patrimonial.

Para a Declaração de Xi'an (2005), gerir a mudança do entorno das edificações, dos sítios e das áreas de valor patrimonial não significa necessariamente evitar ou impedir a mudança. A gestão deve estabelecer alguns indicadores de natureza qualitativa e quantitativa que permitam avaliar a contribuição do entorno para o significado de uma edificação, sítio ou área caracterizada como bem cultural. Os indicadores adequados de gestão devem contemplar aspectos materiais como a distorção visual, as volumetrias, os espaços abertos, e a contaminação ambiental e acústica, assim como outras dimensões de caráter econômico, social e cultural.

Deve-se estimular o compromisso multidisciplinar como uma prática habitual da conservação e gestão do entorno. As disciplinas que se fazem necessárias incluem, por exemplo, a arquitetura, o planejamento urbano, regional e paisagístico, a engenharia, a antropologia, a história, a arqueologia, a etnologia, a museologia e a supervisão de arquivos. Também deve-se fomentar a cooperação com instituições e especialistas no campo do patrimônio natural, como parte integrante de um método válido para a identificação, proteção, apresentação e interpretação das edificações, dos sítios e das áreas do patrimônio, em seu entorno.

A experiência, o conhecimento e os instrumentos elaborados para a conservação individualizada de determinadas edificações, sítios e áreas, deveriam ser estendidos para a gestão de seu entorno. Devem se dedicar recursos financeiros para a investigação, a avaliação, o planejamento estratégico da conservação e a gestão do entorno das edificações, sítios e áreas de caráter patrimonial, e a responsabilidade sobre a conscientização do significado do entorno em suas diferentes dimensões cabe aos profissionais, às instituições, às comunidades locais e a outras relacionadas com os bens patrimoniais, os quais no momento de tomar decisões deveriam sempre considerar as dimensões tangíveis e intangíveis do entorno.

Lima (2016) faz uma análise da Declaração de Xi'an (2005), onde ressalta que o ambiente cultural decorre de uma interação intensa entre o homem e a natureza. O homem constrói o seu meio e toda a sua atividade e percepção são conformadas pela sua cultura. Para ele, a proteção do bem cultural se revela como instrumento robusto de sobrevivência da própria sociedade.

Lima (2016) pontua que o meio ambiente cultural é constituído por bens culturais, os quais possuem valor histórico, artístico, arqueológico, turístico, dentre outros, e tais valores refletem em características de uma determinada sociedade. O meio cultural é classificado em duas espécies distintas: a concreta e a abstrata. A característica concreta e, ou tangível, pode ser representada por prédios, construções, monumentos, museus, parques, ou seja, tudo aquilo que é físico. Já a característica abstrata, imaterial e, ou intangível, pode ser representada pela cultura de um povo, saber fazer, costumes, crenças e tradições, ou seja, tudo aquilo que não pode ser tocado.

O bem patrimonial é fruto das relações do meio cultural, físico, visual e espiritual, que podem resultar nas relações culturais ao longo do tempo. O autor afirma que a Declaração de Xi'an estabelece o reconhecimento da contribuição do entorno de uma edificação, um sítio ou uma área de patrimônio cultural. Ele contribui para o significado do bem tombado ou é parte deste mesmo bem.

Mediante tais questões essenciais para a avaliação e definição dos bens patrimoniais, é necessário também a regulamentação e aplicação de instrumentos como medidas legislativas específicas, qualificação profissional, desenvolvimento de planos ou sistemas integradores de conservação e gestão, utilização de métodos idôneos de avaliação do impacto que edificações novas possam causar no bem cultural em questão, dentre outros. Sendo assim, deve-se prever a delimitação de uma zona de proteção e a gestão das edificações dos sítios das áreas do patrimônio. A literatura referente ao patrimônio arquitetônico e urbanístico foi de suma importância no entendimento do patrimônio arquitetônico em Muriaé. As Cartas Patrimoniais são recomendações no que diz respeito, entre outros temas, àqueles ligados à preservação e conservação dos chamados Bens Culturais.

2.3. Leis de Ordenamento Territorial

A urbanização no Brasil teve início no século XX, a partir do processo de industrialização que foi o principal responsável pelo deslocamento da população da área rural para a área urbana. Esse êxodo rural provocou a mudança de um modelo agrário-exportador para um modelo urbano-industrial. Ao contrário do que se imaginava, o modelo urbano-industrial não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou da política do favor e pela aplicação arbitrária da lei. Destaca-se o papel da aplicação da lei para manutenção de poder concentrado e privilégios, nas cidades, refletindo e, ao mesmo tempo, promovendo a desigualdade social, o inchaço nos centros, o adensamento desordenado do território urbano, a violência, o fluxo intenso de veículos e a má preservação do patrimônio edificado. Nas décadas iniciais do século XX, as cidades brasileiras eram vistas como a possibilidade de avanço e de modernidade em relação ao campo, o qual representava o Brasil arcaico. A Proclamação da República e a abolição da mão-de-obra escrava não superaram a hegemonia agrário-exportadora, o que viria acontecer apenas após a Revolução de 1930. Desde então, o processo de urbanização/industrialização ganha, com as políticas oficiais, um novo ritmo (MARICATO, 2003).

As mudanças políticas ocorridas na década de 1930, com a regulamentação do trabalho urbano, incentivo à industrialização, construção da infraestrutura industrial, entre outras medidas, reforçaram o movimento migratório campo-cidade. As oportunidades que de fato havia nas primeiras décadas do século XX para a população imigrante parecem quase extintas. A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980, as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada. Pela primeira vez na história do país registram-se extensas áreas de concentração de pobreza, a qual se apresentava relativamente esparsa nas zonas rurais antes do processo de urbanização (MARICATO, 2003).

A alta densidade de ocupação do solo e a exclusão social configuram uma situação inédita. O crescimento populacional em grande escala, o surgimento dos

grandes aglomerados urbanos e o desordenamento territorial fizeram com que os urbanistas e os profissionais da área do Direito constatassem a necessidade de elaborar instrumentos jurídicos capazes de disciplinar o crescimento das cidades, dentre eles: Estatuto da Cidade, Zoneamento Urbano, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Plano Diretor e leis municipais específicas.

O conceito de Zoneamento Urbano começa a ser utilizado como ferramenta de planejamento urbano, sendo profundamente difundido durante o século XX, caracterizado pela aplicação de um sistema legislativo (normalmente em nível municipal) que procura regular o uso e ocupação do solo urbano por parte dos agentes de produção do espaço urbano, tais como as construtoras, incorporadoras, proprietários de imóveis e o próprio Estado.

Em 1979, foi aprovada a Lei Federal nº 6.766, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e outras providências. A principal inovação dessa lei é que, a partir de sua aprovação, há uma legislação federal que passa a reger o parcelamento do solo para fins urbanos em território nacional. Apesar de seu caráter abrangente é previsto que os Estados, Distrito Federal e os Municípios estabeleçam normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para a adequação dessa lei às características locais e regionais.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo define as normas gerais para o desenvolvimento da cidade. Nela se encontram reunidos os princípios e orientações para a utilização e a ocupação do espaço urbano, com o objetivo maior de garantir o desenvolvimento da cidade de forma equilibrada e sustentável. Ao planejar a ocupação do território, a Prefeitura define o que é mais adequado para cada área da cidade, levando em conta a infraestrutura existente, a infraestrutura planejada, as restrições de natureza ambiental, a paisagem e o ambiente cultural.

O Estatuto da Cidade surgiu como projeto de lei, em 1989 (Projeto de Lei Nº181/1989), proposto pelo então senador Pompeu de Sousa. Aprovado em 2001, o documento traz diretrizes gerais para a execução da política urbana, que segundo consta no documento, tem como objetivo “...ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana...”. Dentre as diretrizes gerais para

a execução da política urbana, podemos destacar a gestão democrática, a cooperação entre governos, o planejamento das cidades e a garantia do direito a cidades sustentáveis. Traz os instrumentos da política urbana como, por exemplo, o plano diretor; disciplina do parcelamento; do uso e da ocupação do solo; zoneamento ambiental; plano plurianual; gestão orçamentária participativa; diretrizes orçamentárias e orçamento anual etc. O Estatuto da Cidade estabeleceu o Plano Diretor como o principal mecanismo de ordenamento territorial, instrumento básico da política de desenvolvimento do Município, com finalidade de regular a ocupação, proporcionar sustentabilidade e melhores condições de vida para a população.

Na produção espacial das cidades, as leis se fazem presentes em todo o instante e são vistas como essenciais no ordenamento da mesma, porém, em sua grande maioria, são defasadas, não acompanham o crescimento e a evolução do território urbano e muitas vezes não são aplicadas em toda a sua essência. Sendo assim, os problemas enfrentados são atribuídos à ausência de leis mais severas, ou ao não cumprimento das existentes, beneficiando os grandes empreendimentos e investidores.

A necessidade do planejamento urbano deve-se à existência de uma dimensão pública e coletiva da vida social e à existência de certo direito de propriedade coletiva sobre bens que pertencem a todos: o patrimônio e a cidade. O patrimônio refere-se à memória e identidades coletivas, ou seja, aquilo que desperta o pertencimento de um grupo de pessoas e não de uma pessoa em especial. Já a cidade é o espaço em que se compartilha a vida social, espaço em que este grupo de pessoas que convivem em coletividade entendem o patrimônio (MESSENTIER, 2004).

Para Mesentier (2014), preservar o patrimônio no contexto da preservação de áreas urbanas, ou seja, realizar o planejamento de áreas de valor patrimonial é necessário porque este espaço representa o sentimento de sua população; o patrimônio está presente no cotidiano das pessoas e representa a identidade coletiva ali existente.

Alguns fatores podem contribuir para o reconhecimento das áreas de valor patrimonial, sejam eles a qualidade ambiental positiva, o favorecimento do processo

de geração de renda e emprego ou a contribuição para divulgar uma imagem positiva das cidades nos meios de comunicação e assim atrair fluxos de consumidores e investimentos para as cidades (MESENTIER, 2004).

No que se refere a Identidade e Memória, o autor cita as diferentes relações de identidade coletiva, que diz respeito à condição para o auto-reconhecimento no mundo. Seja para o indivíduo ou para a coletividade, é necessário ter identidade para que se reconheçam no mundo. As identidades individuais integram várias identidades coletivas, sejam elas étnicas, religiosas, profissional, política, de classe, entre tantas outras. A identidade possibilita contatos de sociabilidade, o compartilhamento de valores e possibilita a associação de esforços para a realização de projetos e objetivos comuns (MESENTIER, 2004).

Para o autor alguns fatores decorrentes da violência e ignorância humana podem contribuir para o que ele chama de “desidentificação”. Tais fatores podem ser a homofobia, o racismo, o nazismo, o machismo, as guerras e as facções criminosas. A formação da identidade depende da memória, ela é responsável pelo aprendizado e desenvolvimento que conduz à percepção da trajetória da formação social em que vivemos. Mesentier (2014) afirma que patrimônio não é a identidade; o patrimônio é o objeto de representação da identidade. Patrimônio também não é a memória, é o objeto de suporte da memória. Para ele identidade e memória só existem na consciência social e o ambiente externo é decisivo para ativação da consciência. O patrimônio atua sobre a consciência no cotidiano da vida social.

O objeto deve despertar a consciência, deve comunicar-se com o interesse coletivo para ser representação da identidade ou suporte da memória coletiva. No que diz respeito a relação entre normas e planos de preservação e planos diretores, o autor determina a abrangência e o significado dos instrumentos (MESENTIER, 2004).

As Normas de Preservação abrangem a área de valor patrimonial e têm como finalidade a normatização das intervenções no ambiente construído, na morfologia arquitetônico-urbanística de valor patrimonial.

Já o Plano de Preservação tem uma abrangência não só na área de valor patrimonial, mas também em sua área de ambiência e em sua área de amortecimento

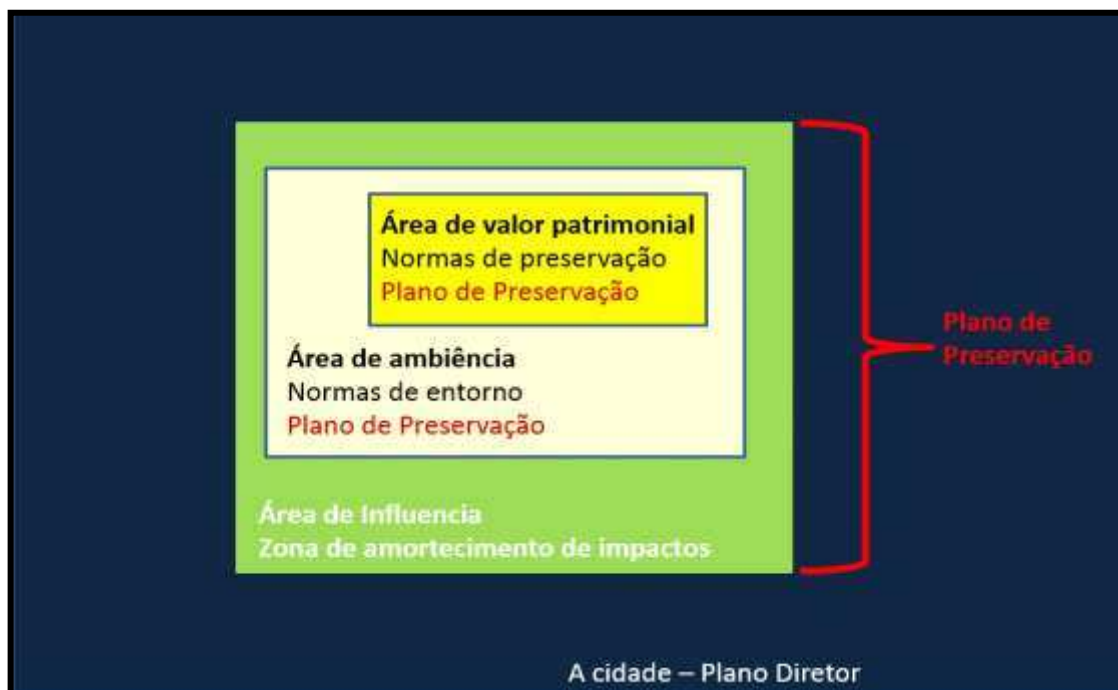
de impactos e tem como finalidade a promoção de interações positivas e mitigação das interações negativas entre a área de valor patrimonial e sua vizinhança.

E, por fim, o Plano Diretor que tem abrangência municipal, e por finalidade a implantação de políticas de desenvolvimento urbano do município que norteiam as ações de agentes públicos e privados (MESENTIER, 2004).

Mesentier (2004) afirma que as áreas consideradas para um estudo de Plano de Conservação devem ser escolhidas segundo as seguintes constatações: a área de valor patrimonial deve ser delimitada nas Normas de Preservação, em função do valor para identidade e memória que levou ao tombamento. A área de entorno deve ser delimitada considerando as perspectivas e visadas que se formam a partir da interação paisagística entre a área de valor patrimonial e seu entorno. Já a área de influência do uso do solo, é aquela área onde os efeitos de aglomeração do uso do solo urbano estão diretamente relacionados ao uso do solo na área de valor patrimonial, estando submetido a uma dinâmica comum.

A Figura 01 apresenta simplificada, o esquema da mediação entre o Plano de Preservação e o Plano desenvolvido por Mesentier.

Figura 1 - Esquema da abrangência e finalidade dos instrumentos



Fonte: Plano de Preservação: Instrumentos de mediação entre normas de Preservação e os Planos Diretores (MESENTIER, 2014)

A área de entorno corresponde à área protegida, onde o modo de urbanização e a escala das construções possam interferir na percepção visual e integração na paisagem do sítio urbano protegido.

Para Mesentier (2004), o uso do solo é importante pois é ele que produz mudanças na morfologia urbana, que podem atrair os interesses econômicos. A área de influência do uso do solo permite indicar qual deve ser a área escolhida para ser estudada o Plano de Preservação. Mesentier sugere que o Plano de Preservação precisa ser uma iniciativa em conjunto do IPHAN com as prefeituras municipais.

No que diz respeito à área e à finalidade dos instrumentos, o autor define o Plano Diretor como instrumento básico de planejamento municipal para implantação de políticas que visam ao desenvolvimento urbano, que abrange todas as áreas, seja saúde, infraestrutura, educação, patrimônio histórico, dentre outros, que permite nortear as ações que agentes públicos e privados (MESENTIER, 2004).

As políticas urbanas mencionadas devem incluir o patrimônio como recurso simbólico e material a ser apropriado de forma sustentável pela população (MESENTIER, 2004).

Os sítios históricos urbanos têm como responsáveis pelo seu futuro a sociedade civil e os órgãos públicos, sendo assim o IPHAN acaba cumprindo o papel de mediador na comunicação destes dois elementos, e tem como principal objetivo a preservação do patrimônio coletivo, estabelecer políticas e planos de preservação além de estabelecer parcerias com agentes privados.

O Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano (PPSHU), Portaria nº 299/2004 do IPHAN, é um instrumento de natureza urbanística e de caráter normativo, estratégico e operacional. Deve resultar do acordo entre os principais agentes responsáveis pela preservação do patrimônio cultural urbano (agentes públicos, privados e cidadãos) e que busca um equilíbrio favorável à sociedade entre o valor econômico e o valor cultural dos sítios tombados. O Plano apresenta-se de maneira flexível, visto que, sua implementação pode ser feita em qualquer cidade, respeitando a particularidade de cada uma. É um instrumento norteador para o desenvolvimento dos planos específicos, estabelecendo os conceitos básicos, os princípios de atuação

e os procedimentos necessários à sua formulação, implementação, acompanhamento e avaliação (MESENTIER, 2004).

O PPSHU busca instituir um regime urbanístico e um regime de edificações que visam à proteção dos sítios históricos, diminuindo os conflitos entre o que já existia e o que vem surgindo com o tempo, além de criar novos padrões de abordagem de proteção dos sítios urbanos apoiados no planejamento e gestão urbanos, na compatibilização entre desenvolvimento urbano e preservação cultural, portanto, deve estar intimamente atrelado e compatibilizado com o Plano Diretor. Além de estabelecer as políticas e normas de preservação, o Plano busca orientar processos de reabilitação urbana de áreas deterioradas, degradadas e disfuncionais, por meio de sua recuperação física, associada à sua revitalização econômica, social e cultural, bem como à melhoria da gestão pública dos órgãos de patrimônio e de desenvolvimento urbano que atuam na área (MESENTIER, 2004).

O PPSHU apresenta algumas dimensões para deixar mais claro seus conteúdos e objetivos. São eles: dimensão normativa, que corresponde ao regulamento de ordenação urbanística e de preservação do sítio histórico urbano; dimensão estratégica operacional que corresponde ao programa de atuação para o sítio histórico, e por fim, a dimensão avaliadora do PPSH que é responsável pela avaliação da implantação e execução do plano (MESENTIER, 2004).

Esse Plano norteia-se no reconhecimento do valor patrimonial do sítio urbano e visa a necessidade de uma abordagem urbanística da preservação. Considera de suma importância o envolvimento de todas as políticas administrativas atuantes na área de uma gestão urbana compartilhada. O processo participativo é fundamental para a legitimação, implantação e a avaliação do Plano. Para a delimitação da área de interesse do Plano de Preservação, foram criadas três etapas de implantação: a cidade histórica, o centro histórico e o conjunto histórico (MESENTIER, 2004).

A cidade histórica compreende a área sede do município. O centro histórico, localiza-se na região central do município e compreende questões funcionais e históricas. Já o conjunto histórico diz respeito à malha urbana de municípios que possuem bens tombados de forma isolada, em extremos distintos do mesmo. Para o êxito da implantação do Plano de Preservação dos Sítios Históricos Urbanos é necessário que o mesmo esteja aliado aos demais instrumentos de ação urbanística

como o Plano Diretor, o Código de Edificações, Código de Obras bem como leis municipais de proteção patrimonial entre outros instrumentos (MESENTIER, 2004).

Como resultados esperados pelo autor estarão: estabelecer de normas que garantam a preservação patrimonial dentro de uma perspectiva histórica e urbanística, adequar o uso do solo à preservação das características arquitetônicas e urbanísticas do sítio, fomentar as atividades culturais e socioeconômicas dinamizadoras, melhorar a qualidade ambiental do contexto urbano e por fim, corrigir as carências urbanas de infraestrutura que possam trazer danos às diretrizes do Plano de Preservação (MESENTIER, 2004).

O referencial teórico exposto fornece um embasamento consistente para o desenvolvimento da pesquisa no que diz respeito ao Patrimônio Cultural Urbanístico e às leis de ordenamento territorial. Através dele foi possível compreender como as leis de ordenamento territorial foram criadas e como elas influenciam na formação e consolidação das cidades.

O PPSHU desenvolvido por Mesentier (2004) foi um importante norteador no entendimento da abrangência e finalidade dos instrumentos de preservação. Através dele foi possível identificar, em Muriaé, em quais regiões as leis deveriam ser mais ou menos restritivas em termos de adensamento, e nesse caso, quais os efeitos ocasionados pela falta de aplicabilidade dessas leis.

2.4. Cidades Médias: Conceito e caracterização

Segundo o IBGE, a definição de cidades médias no Brasil mais utilizada considera o critério populacional, porém há outros critérios. Além de cumprir o papel no equilíbrio de redes e hierarquias urbanas, uma cidade média estabelece a intermediação entre as cidades grandes e pequenas e uma relação com o meio rural e regional no qual está inserida (CONTE, 2013).

Uma cidade é uma área urbanizada, que se diferencia de vilas e outras organizações urbanas através de vários critérios, os quais incluem população, densidade populacional ou estatuto legal, embora sua clara definição não seja precisa, sendo alvo de discussões diversas. A população de uma cidade varia entre as poucas centenas até dezenas de milhões de habitantes. Geralmente, para classificá-la quanto

ao porte, é considerado o número populacional; no Brasil, utiliza-se a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, que classifica como: pequena, até 100 mil habitantes; média, de 100 a 500 mil habitantes; e grande com mais de 500 mil habitantes.

Não se pode conceituar cidades como médias apenas empregando o elemento demográfico (SPOSITO, 2006). Em outras palavras, cidade de “porte médio” não é a mesma coisa que “cidade média”.

A definição de cidades médias possui diferentes conceitos, abordagens e interpretações. Além de cumprir importante papel no equilíbrio de redes e hierarquias urbanas, uma cidade média estabelece a intermediação entre as cidades grandes e pequenas e uma relação com o meio rural e regional no qual está inserida. O importante a ser considerado é que essas cidades costumam polarizar cidades menores e estabelecem em torno de si um entorno composto por centros urbanos que sofrem a sua direta influência⁵.

Em meados de 1970, Amorim Filho (1976) faz uma análise sobre as atribuições das cidades médias:

A cidade média deve ser capaz de manter interações constantes e de um nível razoável de intensidade e de qualidade tanto com seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior; a cidade média deve ter as condições necessárias para estabelecer relações de dinamização com o espaço rural micro-regional que a envolve; uma cidade média só deve ser considerada média na medida em que já apresente uma certa autonomia na criação de pelos menos uma parcela de seus equipamentos de relações externas; o sistema de redes de cada cidade média deve apresentar uma intensidade e um grau de conectividade tais que facilitem as já referidas interações com o espaço micro-regional e com os níveis superiores da hierarquia urbana; (AMORIM FILHO , 1976, p. 7).

A partir da análise anterior, o autor caracteriza a estrutura morfológica da cidade média em consonância com sua posição no processo de evolução a seguir:

...a estrutura morfológica interna da cidade média, em consonância com sua posição no processo de evolução, deve apresentar: a) um centro já relativamente complexo (com grande numero de equipamentos servindo um

⁵ No que se refere ao estudo sobre as cidades médias mineiras pode-se afirmar que este teve início no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, em meados da década de 1960, com o geógrafo francês Yves Leloup.

espaço que ultrapasse os limites puramente locais), b) um número variável de sub-centros (cuja forma, funções e espaço de relações variam grandemente de cidade para cidade, mas que atendem, em sua maioria, apenas as necessidades de populações locais), c) uma periferia que evolui muito mais através de “saltos” (descontinuidades espaciais repentinas, resultando numa estrutura poli-nuclear), do que através de uma expansão lenta e homogênea de toda a “coroa periférica” do tecido urbano; por outro lado, não deve ser desprezado o fato de que aspectos tais como tamanho, estrutura interna e relações externas das cidades médias podem variar bastante de região para região, sendo naturalmente função de nível de desenvolvimento, da posição geográfica e das condições histórico-sociais de formação de cada uma destas regiões; finalmente, a noção de “cidade média” não deve ser confundida necessariamente com a noção de “centro de polarização regional ou micro-regional”. (AMORIM FILHO, 1976).

O interesse voltado para o estudo das cidades foi, na década de 1980, enfraquecido em favor de políticas públicas pontuais centradas em questões sociais (AMORIM FILHO, 2007). Tais estudos foram retomados nos anos 1990 pelo tema das cidades médias, tanto em função do seu papel na região como na rede urbana a qual pertence. Nos anos 2000 a relação de importância das cidades médias se acentua em detrimento das demais. Enquanto as metrópoles e grandes cidades (com mais de 500 mil habitantes) perderam participação no PIB nacional de 43,34% para 41,70%, entre 2002 e 2005, as pequenas (menos de 100 mil habitantes) ampliaram levemente a participação de 30,59% para 30,95%, e as médias tiveram o melhor desempenho aumentando sua participação no conjunto da riqueza nacional de 26,07% para 27,35%. Do ponto de vista populacional, as cidades grandes e pequenas encolheram entre 2000 e 2007, enquanto as médias cresceram. As médias concentravam 23,8% da população em 2000 e passaram a 25,05% em 2007. As grandes caíram de 29,81% para 29,71%, e as pequenas, de 46,39% para 45,24%, no mesmo período (IPEA, 2008).

Em 2014, as cidades médias foram as que mais cresceram, pois vêm atraindo investimentos de empresas e se apresentam como a alternativa mais lucrativa aos empresários (IPEA, 2008).

As tendências da urbanização no Brasil em 2017, indicam uma inversão de algumas características anteriormente presentes ou a diminuição da intensidade de outros aspectos. Como reprodução das mudanças econômicas, culturais, sociais e estruturais pelas quais a sociedade brasileira vem passando, as cidades vêm

ganhando novas formas e novas composições em seus espaços geográficos. Um primeiro aspecto a ser observado é o processo de desmetropolização e o crescimento das cidades médias. Parte da população, residente em metrópoles, está se deslocando em direção às cidades de médio porte, pois elas estão recebendo maior investimentos e gerando cada vez mais empregos diretos e indiretos (PENA, 2017).

Dados do Ipea (2008) mostram que as cidades médias cresceram além das médias nacionais, com aumento do PIB acima dos 5% ao ano e crescimento populacional em torno dos 2% ao ano. Os dados revelam que as cidades médias foram capazes de absorver o crescimento populacional e apresentar também crescimento do PIB, contribuindo também para a expansão e o adensamento da rede urbana do Brasil. Quanto as taxas de urbanização do país, as cidades médias apresentaram uma posição de destaque. No período de 2002 a 2007, a população dessas cidades cresceu à taxa de 2% ao ano, mais que as taxas das cidades grandes (1,66%) e das cidades pequenas (0,61%). Algumas, no entanto, tiveram crescimento ainda maior, como Palmas (TO) e Águas Lindas de Goiás (GO), com crescimento populacional acima dos 6% ao ano.

A urbanização acelerada e sem planejamento adequado tem como consequência problemas de ordem ambiental e social. Uma das principais características da urbanização sem o devido planejamento é o inchaço das cidades, desencadeando graves consequências econômicas e sociais. Esse fenômeno ocorre principalmente nos países em desenvolvimento, em razão da rapidez do processo de urbanização e da falta de infraestrutura (FILHO e OLIVEIRA, 2001).

O crescimento desordenado gera a ocupação de locais inadequados para moradia, como áreas de elevada declividade, fundos de vale, espaços públicos, entre outras. As populações das cidades sofrem com poluição, falta de mobilidade urbana, violência, desemprego, desigualdade social, locais inadequados para moradia, deficiência na prestação dos serviços de saúde, educação, infraestrutura, danos ao patrimônio cultural, etc (FILHO e OLIVEIRA, 2001).

A legislação urbanística tem a função de estabelecer limites às ações humanas que interferem no espaço urbano e na qualidade de vida na cidade. Dentre as leis de ordenamento territorial pode-se destacar o Plano Diretor⁶ e a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

Através do embasamento conceitual teórico relacionado às cidades médias é possível analisar a formação e consolidação de Muriaé como cidade média.

A expansão urbana desordenada tem gerado tecidos urbanos fragmentados e dispersos na cidade. A expansão da área urbana das cidades brasileiras é influenciada por interesses especulativos e lógicas de morar e viver das classes de menor poder aquisitivo, no caso das ocupações irregulares, bem como pela construção de condomínios fechados para classes de alto, médio e baixo poder aquisitivo (DAINEZI, 2014). Muitas vezes as leis de ordenamento territorial não são aplicadas ou possuem muitas brechas o que acaba por gerar uma expansão urbana desordenada. Outro problema freqüente é a falta de revisão destas leis. Tal fato explanado anteriormente também acontece na cidade de Muriaé, o interesse especulativo é marcante e as leis de ordenamento possuem muitas brechas, o que acaba por agravar os problemas urbanos municipais.

Amorim Filho (1976) ressalta que uma cidade média deve manter interações constantes e de um nível razoável de intensidade e de qualidade tanto com seu espaço regional quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior. Essa definição do autor fomentou a busca da relação de Muriaé com as demais cidades de seu entorno, seja as cidades menores como Ervália, Miradouro, Eugenópolis, dentre outras; seja com cidades maiores e mais desenvolvidas como Juiz de Fora, por exemplo. Outro fator importante de análise das cidades médias são os problemas

⁶ O Plano Diretor tornou-se obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do artigo 182, da CF/88, qualquer que seja a população, em cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico e inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto de âmbito regional ou nacional, pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257, promulgada em 2001 (MARICATO, 2011). É uma lei que regulamenta o planejamento e ordenamento do território de um dado município⁶.

urbanos decorrentes de seu crescimento acelerado e muitas vezes sem um planejamento adequado. Essa questão ressalta as necessidades das leis urbanas estarem atualizadas e em vigência em vigência e, principalmente sendo aplicadas.

O referencial teórico exposto fornece um embasamento consistente para o desenvolvimento da pesquisa no que diz respeito à Morfologia Urbana, ao Patrimônio Cultural Urbanístico e às leis de ordenamento territorial. É uma importante ferramenta norteadora que possibilitou a transformação do conhecimento empírico em conhecimento científico.

O capítulo a seguir contextualiza e caracteriza Muriaé, objeto de estudo em questão.

3. OBJETO DE ESTUDO: CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Caracteriza-se a princípio a cidade de Muriaé, sua história, economia, questões sociais, sua formação e consolidação como cidade média, bem como suas particularidades morfológicas. Em um segundo momento, analisam-se os problemas urbanos e as leis urbanas vigentes, bem como a ineficiência da aplicabilidade das leis no município. Em um terceiro e último momento, expõe-se o patrimônio cultural e seus bens municipais protegidos por tombamento. Faz-se uma análise da evolução municipal sob a ótica dos bens tombados, assim como uma leitura de seu patrimônio sob a ótica da Carta de Xi'an.

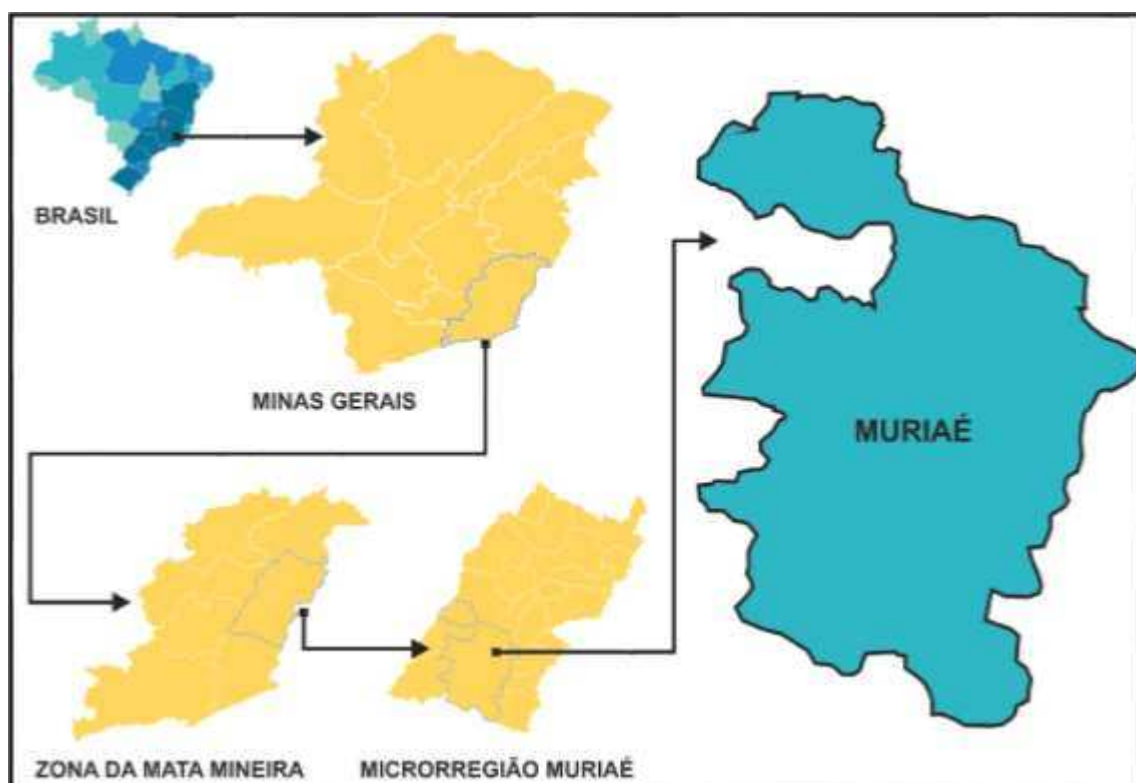
3.1. Identificação do objeto

Muriaé situa-se na Zona da Mata Mineira, apresenta um território acidentado, com alguns picos elevados, entre os quais destaca-se o Pico Itajuro, com altitude de 1.580 metros, localizado no distrito de Belisário. Com uma população de 100.765 habitantes (IBGE, 2010), o município está totalmente inserido na Bacia do Rio Paraíba do Sul, tendo como principais rios que cortam a cidade, o rio Muriaé e o rio Glória. O clima é do tipo tropical, quente e úmido no verão, com temperaturas de até 40° em determinados pontos, e seco no inverno com temperatura mínima de até 10°.

Distante cerca de 364 km da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, Muriaé limita-se ao norte com os municípios de Ervália, Miradouro e Vieiras; ao sul com Santana de Cataguases, Laranjal e Palma; a Oeste com Rosário da Limeira e Miraí; a Leste com Eugenópolis, Patrocínio do Muriaé e Barão do Monte Alto. O município possui sete distritos: Belisário, Boa Família, Bom Jesus da Cachoeira, Itamuri, Macuco, Pirapanema e Vermelho.

Apresenta-se o mapa de localização do município de Muriaé em Minas Gerais, Zona da Mata Mineira, Microrregião de Muriaé e seus respectivos limites geográficos.

Figura 2 – Mapa de localização município de Muriaé em Minas Gerais, Zona da Mata e Microrregião e mapa dos limites geográficos do município



Fonte: Acervo da Autora elaborado com dados do IBGE, 2010.

3.2. Panorama Histórico de Muriaé

O município de Muriaé era uma região coberta por matas e habitada inicialmente pelos índios Puri e por coletores de poia, cujo transporte era feito por burros que voltavam carregados de sal, das salinas fluminenses, estabelecendo assim um comércio com a planta medicinal. Seu histórico tem suas primeiras referências na

segunda década do século XIX. A colonização do território iniciou-se pelo comércio de brancos com os indígenas, neste fato, destaca-se Constantino José Pinto, com sua expedição composta por 40 homens, entre eles portugueses, brasileiros e índios “mansos”, que tinha também por missão civilizar os nativos da área. Foi Gonçalo Gomes Barreto quem financiou, a pedido de Marlière, a expedição de Constantino José Pinto até a região dos ribeirões “Sargento João do Monte” e “Robinson Crusóé”, que formam o rio Muriaé. Dessa expedição nasceria a Povoação de São Paulo do Manoel Burgo, que daria origem a Muriaé (FARIA, 1995).

Constantino Pinto veio de São João Batista do Presídio (hoje Visconde do Rio Branco 80 km de Muriaé), descendo pelo Rio Pomba até chegar ao Rio Muriaé, onde acampou às margens do Ribeirão São Fernando, logo em seguida, desceu até a cachoeira de nome Buhiehé, hoje Praça do Rosário, construindo um abarracamento. Ali, Constantino Pinto iniciou junto aos seus homens, o comércio de ervas e raízes medicinais com os índios, entre elas a ipecacuanha (conhecida como poaia).

Através de Constantino Pinto, em torno de 1819 teve início a catequese e a harmonia com os nativos. O crescimento do povoado sempre esteve às margens do Rio Muriaé. O conquistador ia tomando posse e construindo sua casa, devido a este fato, inicia-se a primeira ocupação no bairro do Rosário, Porto, Armação e Barra (FARIA, 1995). O documento mais antigo relacionado ao município de Muriaé é o Auto de Medição das terras destinada aos índios, feita pelo Medidor Aprovado, oriundo da cidade de Mariana. Este auto faz parte da documentação do Serviço de Índios recolhido pelo Arquivo Público Mineiro, tendo sido transcrito na Revista do Arquivo Público Mineiro.

A cronologia da legislação referente à evolução do município considera a elevação do distrito de Paz pela lei 211 de 1841; elevação do distrito de Vila pela lei 725 de 1855, cujo território fazia parte Tombos e Carangola; a criação da Comarca pela lei 719 de 16 de maio de 1855, tendo Leopoldina, Mar de Espanha e Ubá como parte integrante. O decreto de 1855 subordinava a instalação da Vila à construção da Câmara e Cadeia devido ao seu número de habitantes. Porém, até 1859 tais construções não foram consolidadas, dessa forma, o então Presidente da Província,

Dr. João Delfino Ribeiro da Luz, transferiu a sede da Vila para o povoado Nossa Senhora do Patrocínio da Vargem Grande.

Em 1889, o Conselheiro Vicente Pires da Mota transferiu novamente a sede da Vila para seu local de origem, sendo assim construído a Cadeia, a Câmara e o Fórum do município, feito conforme a lei com auxílio e contribuições populares. A Vila de São Paulo do Muriaé evoluiu rapidamente; passados cinco anos, o Desembargador Pedro Alcântara Cerqueira Leite, presidente em exercício, promulgou a lei 1257, elevando de Cidade a Vila de São Paulo de Muriaé, com o mesmo nome (FARIA, 1995).

A área de seu território era composta por 40 léguas quadradas, em 1921, constituída de nove Distritos de Paz dentre eles: Cidade, Patrocínio, Bom Jesus da Cachoeira Alegre, Boa Família, Santa Rita do Glória, Dores de Vitória, Limeira e Santo Antônio do Glória. Apresentava também, cerca de 30 povoados. No período citado, não dispunha de abastecimento de água, eletricidade, esgoto e estradas que ligassem aos demais distritos e cidades; havia uma estrada de ferro, da Leopoldina Railway, um ramal que ligava apenas a cidade ao Distrito vizinho chamado Patrocínio.

A origem do nome de Muriaé possui diversas versões, a mais comum refere-se à língua dos índios Puri, explicada por eles. Quando se perguntava por algum índio da tribo, era comum a resposta “muri-aí”, apontando para o rio, o termo significa “morreu aí”. Segundo Oíliam José, Muriaé teria sua origem no dialeto tupi e significaria “o que grita”, ou “o que chora ou lamenta”. Segundo Salvador Pires, “Meru-aé”, significando o mosquito diferente e mau, poderia ter dado origem ao topônimo do rio e de nossa cidade (FARIA, 1995)⁷. Nas últimas décadas do século XIX o município foi um grande produtor de café, condição esta que se manteve até meados do século XX. O desenvolvimento econômico de Muriaé é atribuído neste período à monocultura cafeeira.

⁷ Assim como outras cidades, Muriaé teve vários nomes, logo em sua origem recebeu o nome de São Paulo do Manuel Burgo, em 7 de abril de 1841, por lei provincial nº 211 foi criado o município com nome de São Paulo do Muriahé. Vila de São Paulo do Muriahé, pela lei nº 724 de 16 de maio de 1855. Foi elevada à cidade em 1865 e em 1923 passou a dominar-se, apenas, Muriahé e depois Muriaé (sem o H), por questões ortográficas (FARIA, 1995).

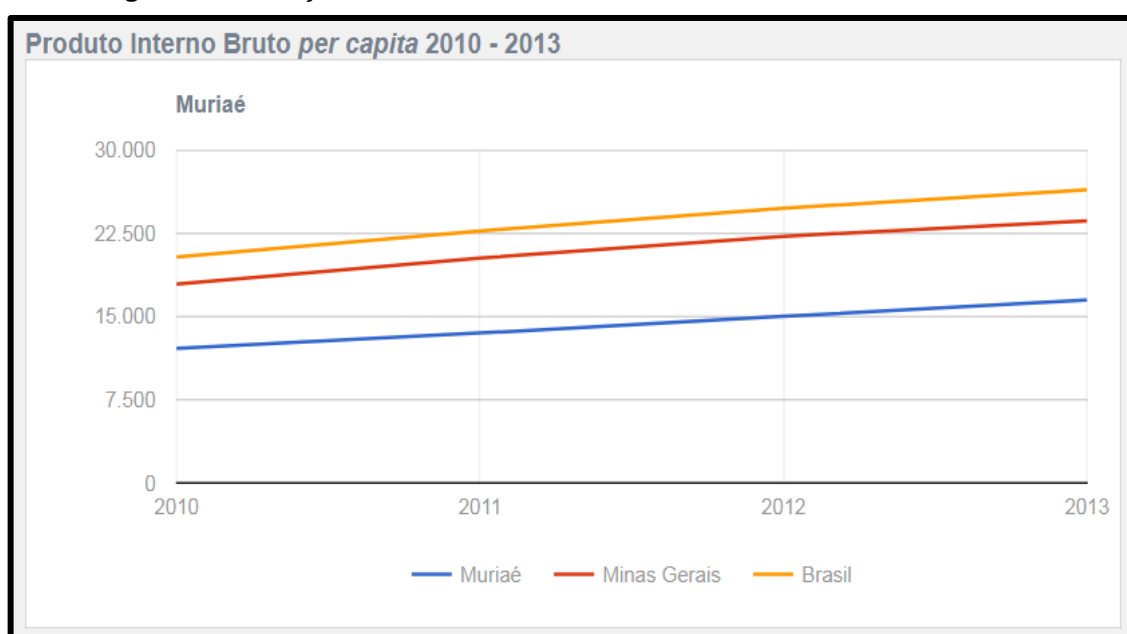
Com a crise econômica do ano de 1929⁸ e a consequente desvalorização do “ouro verde” (nome atribuído ao grão de café na época, devido seu enorme valor de mercado), a economia muriaeense tem sua estrutura fortemente abalada. A instalação da estrada Rio-Bahia, inaugurada por Getúlio Vargas, então presidente do Brasil na época, fez com que a monocultura cafeeira cedesse espaço para outras atividades econômicas. Em Muriaé, o forte investimento automotivo fomentou a indústria de retífica de motores a partir da década de 1960. A implantação da BR 116 colocou Muriaé em uma posição geográfica estratégica, visto que a mesma se encontra posicionada no cruzamento de duas BRs de grande fluxo e importância no escoamento de mercadorias do país, a BR-116 e a BR-356. Esse posicionamento estratégico faz da cidade um atrativo de investimentos com instalações de indústrias, redes de serviços e companhias de transportes. Em meados da década de 1970, ainda com sua economia voltada para a indústria motora, a população era estimada em 58.153 habitantes. Na década de 1980 a cidade alcançou cerca de 69.900 habitantes, a indústria de confecções surgiu como atividade promissora no município e é tida até os dias atuais como uma das principais redes de fonte de renda da cidade. Entre as décadas de 1980 e 1990, sua população teve um crescimento de 14.595 habitantes, um índice significativo comparado ao crescimento da população em décadas anteriores, fato que ilustra o crescimento e o desenvolvimento econômico da cidade neste período graças ao setor têxtil. Na década de 1990 a população de Muriaé era de 84.585 habitantes (IBGE, 2017).

A partir dos primeiros anos da década de 2000, dois grandes empreendimentos foram instalados na cidade: o Hospital do Câncer de Muriaé e o Centro Universitário Unifaminas ambos idealizados pelo então Deputado Federal Lael Varella. O Hospital do Câncer de Muriaé teve oficializado o seu credenciamento junto ao Ministério da Saúde como Centro de Alta Complexidade em Oncologia (CACON) em 26 de novembro de 2002, e o início pleno de suas atividades a partir de janeiro de 2003. A

⁸ A Grande Depressão, também conhecida como Crise de 1929, foi uma grande depressão econômica que teve início em 1929, e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. É considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX e causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas drásticas na produção industrial, preços de ações, e em praticamente todo indicador de atividade econômica, em diversos países no mundo.

Unifaminas foi credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) em fevereiro de 2002. Em 2006, foi instituído pela Lei Municipal nº 3.377 o Plano Diretor de Muriaé. A mesma lei previa sua revisão no período de 10 anos, ou seja, até o ano de 2016. No ano de 2009 foi instituída a Lei Municipal nº 3.834 que dispõe sobre a proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural do município que foi revogada pela Lei Municipal nº 4.491 no ano de 2013. O PIB de Muriaé referente ao ano de 2013 é de R\$ R\$ 1.808.872.000,00 e o PIB per Capita de R\$ 16.972,60, isto é, abaixo da média se compararmos com a média estadual e federal, como ilustrado na Figura 03.

Figura 03 – Relação do Produto Interno Bruto de Muriaé, Minas Gerais e Brasil.

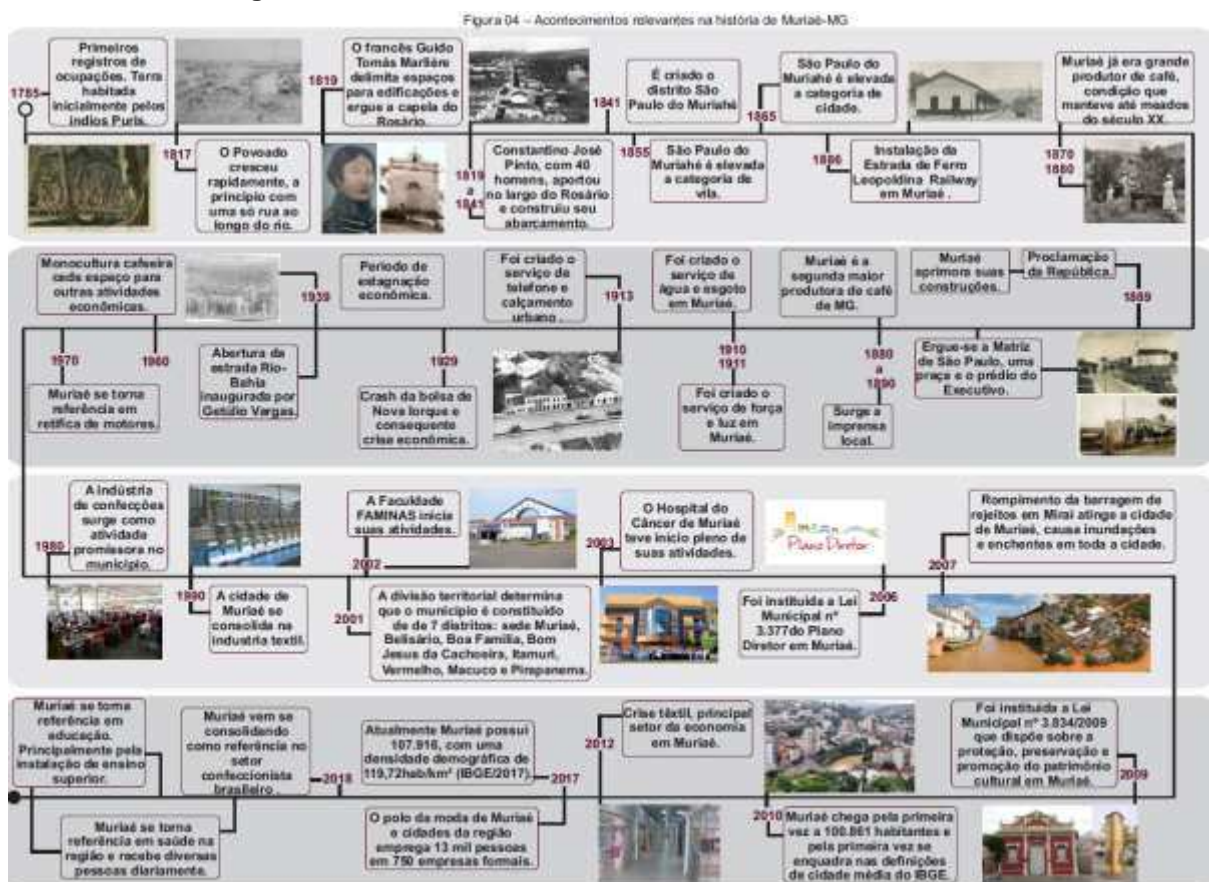


Fonte: IBGE, 2013.

A maior parte do produto interno bruto de Muriaé é relativa ao setor terciário, o qual dota a cidade de uma boa infraestrutura de serviços. A indústria da moda tem papel de destaque, tendo conhecimento que Muriaé é o 4º maior polo têxtil de Minas Gerais de confecção de artigos do vestuário e acessórios, Muriaé e mais quatro cidades da região formam o Polo da Moda⁹.

⁹Formado por Muriaé Muriaé, Eugenópolis, Laranjal, Patrocínio do Muriaé e Recreio, o polo da moda é composto por 750 empresas formais, que empregam diretamente cerca de 13.000 profissionais, produzindo 2.500.000 peças por mês e movimentando anualmente aproximadamente R\$230 milhões de reais. Nos últimos anos, o polo vem se consolidando como importante referência do setor confeccionista brasileiro, investindo em máquinas e equipamentos modernos, no desenvolvimento de produtos, em pesquisa, utilização de tecidos inovadores e, principalmente, em design.

Figura 04 – Acontecimentos relevantes na história de Muriaé-MG



Fonte: Arquivo pessoal desenvolvido com base em dados históricos do município

Fonte: Arquivo pessoal desenvolvido com dados históricos do município

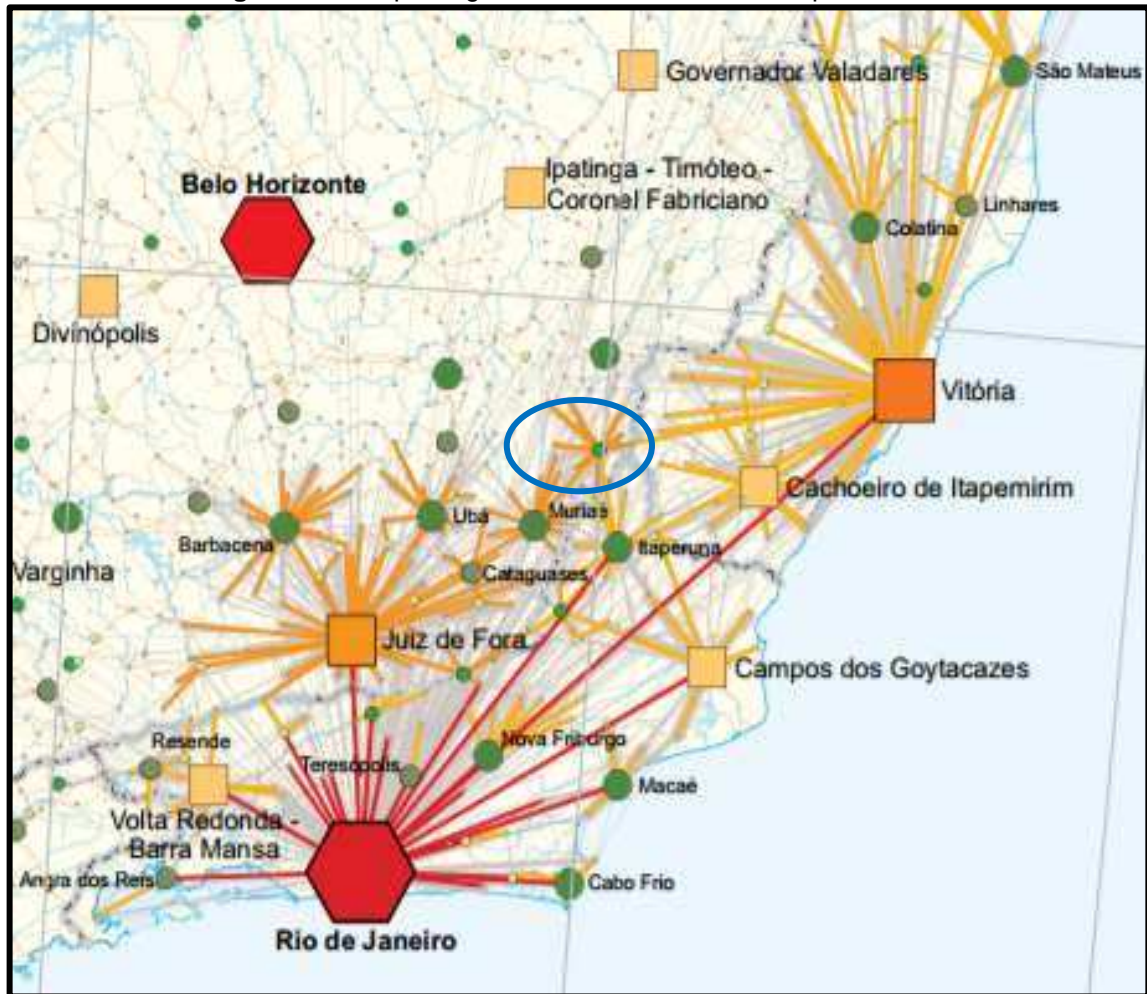
3.3. Muriaé como cidade média

Silva (2013) afirma que as cidades médias são definidas não apenas por seus tamanhos demográficos e dimensões, mas acima de tudo, em relação às funções que desempenham na rede urbana, isto é, o papel dos fluxos de mediação (bens, informação, inovação, administração, etc.) entre os territórios rurais e urbanos da sua área de influência e dos outros centros e áreas menores.

Baseado nos estudos de Furini (2011) no que diz respeito aos papéis de intermediação das cidades de Ourinhos (SP) e Marília (SP) em um estudo comparativo no contexto das pesquisas sobre cidades médias, é possível destacar o papel de intermediação que Muriaé possui neste mesmo conceito. Tal papel faz com que a cidade tenha a capacidade de atender as demandas regionais fornecendo produtos e serviços para as cidades menores da região em que está inserida. Eventualmente também recebe matéria prima e mão de obra dessas cidades menores, mantendo com elas relações de troca que são beneficiadas pela menor distância. Por outro lado, oferece infraestrutura e tecnologia suficientes para trocas por meio de relações socioeconômicas, com variadas cidades fornecedoras e consumidoras mais distantes, tornando suas relações circunstancialmente adequadas para cidades de outras regiões.

O REGIC (Região de Influência das Cidades) classifica Muriaé como Capital Subregional A, ou seja, exerce influência na região, nas pequenas cidades que a permeiam e sofre influência direta da Capital Regional A de Juiz de Fora e da Grande Metrópole Nacional do Rio de Janeiro, como pode ser observado na Figura 05.

Figura 05 – Mapa Região de influências da Hierarquia Urbana



Fonte: IBGE, 2008.

Como Capital Subregional A, Muriaé exerce influência direta no município de Carangola (Centro de Zona A) e em outros municípios mineiros¹⁰.

A Hierarquia Urbana é um modelo entre as cidades e está dividida em diferentes níveis. Ela determina a estrutura econômica em diversas escalas de organização e posições, o que cria uma rede de ligações e influências entre os centros urbanos do mundo (pequenas, médias e grandes cidades).

¹⁰ Antônio Prado de Minas, Barão de Monte Alto, Eugenópolis, Miradouro, Miraí, Patrocínio do Muriaé, Rosário da Limeira, São Francisco do Glória, S. Sebastião da Vargem Alegre, Vieiras, Caiana, Caparaó, Divino, Espera Feliz, Faria Lemos, Fervedouro, Orizânia, Pedra Bonita, Pedra Dourada, Tombos e no município capixaba de Dores do Rio Preto.

O conceito de hierarquia designa uma estrutura vertical de subordinações e poderes. Portanto, a grande cidade exerce grande influência econômica sobre as médias e pequenas. E as cidades médias influenciam as pequenas. Essas relações criam uma cadeia que, conseqüentemente, resulta na rede urbana, caracterizada pela oferta de infraestrutura, transportes, comunicação, etc (REGIC, 2007).

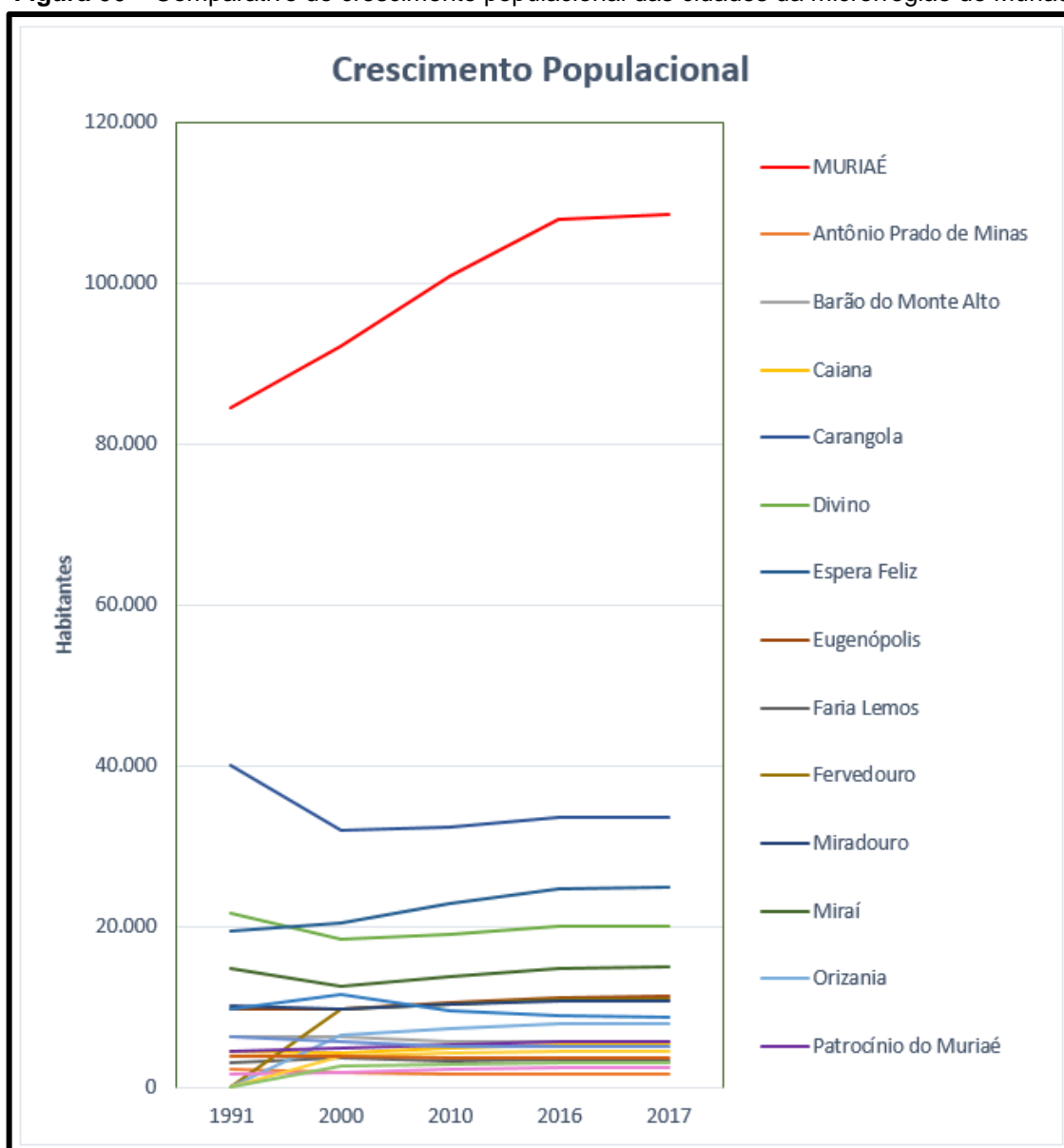
Dessa forma, é importante analisar a representatividade hierárquica de influência da cidade de Muriaé. A oferta de serviços, infraestruturas, o fato de ser polo regional de saúde e educação, a posição geográfica estratégica, a grande oferta de empregos em suas indústrias de vestuários, dentre outros fatores, são importantes características que tornam Muriaé uma cidade capaz de exercer influências nas demais cidades em seu entorno.

Outro fator importante na caracterização de Muriaé como cidade média foi a análise das cidades que compõem sua microrregião. Muriaé é sede da microrregião de mesmo nome, pertencente a mesorregião da Zona da Mata Mineira, com população estimada em 2006 pelo IBGE em 275.348 habitantes e dividida em vinte municípios incluindo a sede.

Ao analisar a população dos municípios que compõem a microrregião de Muriaé entre os anos de 1991 e 2017 através dos dados do IBGE, constatou-se que a cidade possui uma população crescente comparada às demais cidades que possuem, em sua maioria, crescimento da população pouco significativo, fato ilustrado na Figura 06 a seguir.

Tal crescimento pode ser associado aos investimentos que a cidade recebeu ao longo dos anos, um número considerável de agências bancárias, hospitais com infraestrutura de qualidade; faculdades e outras redes de ensino superior à distância, com sede em Muriaé, ensino médio privado preparatório para o vestibular, redes de supermercados e lojas de conveniência, confecções de vestuários, comércio bem desenvolvido.

Figura 06 – Comparativo do crescimento populacional das cidades da microrregião de Muriaé



Fonte: Fonte: Acervo da Autora elaborado com dados do IBGE 2017.

Em Muriaé há presídio, batalhão de Polícia Militar e Civil, bombeiros, Fórum, Instituto Médico Legal – IML, sede da Superintendência Regional de Ensino de Muriaé e região, sede do Consórcio Intermunicipal Saúde da Mata Leste – Cisleste, sede da Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal, sede da Associação dos Municípios do Médio Rio Pomba (AMERP), sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste (CISLESTE), dentre outros. Os serviços mencionados anteriormente tornam a cidade um atrativo já que as cidades da microrregião e cidades

que permeiam Muriaé não possuem grande parte destes serviços, como ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação de alguns dos principais serviços oferecidos nas cidades da microrregião de Muriaé

CIDADE	AGÊNCIA BANCÁRIA CAIXA	AGÊNCIA BANCÁRIA BANCO DO BRASIL	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE MG	INSS	FÓRUM
MURIAÉ	SIM	SIM	SIM	SIM (Sede)	SIM
Antônio Prado de Minas	-	-	-	- (Muriaé)	-
Barão do Monte Alto	-	-	-	- (Muriaé)	-
Caiana	-	-	-	- (Espera Feliz)	-
Carangola	SIM	SIM	SIM	SIM (Sede)	SIM
Divino	SIM	SIM	-	- (Carangola)	SIM
Espera Feliz	SIM	SIM	-	SIM (Sede)	-
Eugenópolis	-	-	-	- (Muriaé)	SIM
Faria Lemos	-	-	-	- (Carangola)	-
Fervedouro	-	-	-	- (Carangola)	-
Miradouro	-	SIM	-	- (Muriaé)	SIM
Miraí	-	SIM	-	- (Cataguases)	-
Orizânia	-	-	-	- (Carangola)	-
Patrocínio do Muriaé	-	-	-	- (Muriaé)	-
Pedra Dourada	-	-	-	- (Carangola)	-
Rosário da Limeira	-	-	-	- (Muriaé)	-
São Francisco do Glória	-	-	-	- (Carangola)	-
São Sebastião da Vargem Alegre	-	-	-	- (Cataguases)	-
Tombo	-	-	-	- (Carangola)	SIM
Vieiras	-	-	-	- (Muriaé)	-

Fonte: Acervo da Autora, 2017.

O Hospital do Câncer de Muriaé faz parte de uma fundação denominada Fundação Cristiano. A Instituição está localizada às margens da Rodovia BR-116 em Muriaé/MG. Atende a mais de 270 municípios da Zona da Mata mineira e adjacências, com uma abrangência populacional de mais de 7 milhões de habitantes (FCV, 2017).

Por atender a uma vasta região, com alguns municípios a mais 500 km, o hospital conta ainda com a Casa de Apoio, inaugurada em 2006, para o acolhimento de pessoas de localidades distantes que vêm em busca de tratamento e permanecem hospedadas gratuitamente.

O Prontocor, fundado em 1983 se tornou um hospital de referência em alta complexidade cardiovascular, atende milhares de pacientes encaminhados de toda a Zona da Mata de Minas e também de várias regiões do Estado e do Brasil, cobrindo mais de 200 municípios. Ele apresenta a maior estrutura física do interior de Minas Gerais para o atendimento em cardiologia (PRONTOCOR, 2017). A infraestrutura oferecida pelos hospitais de Muriaé atrai diariamente centenas de pessoas de outras cidades da região e regiões adjacentes, fato ilustrado pela ausência de hospitais em muitas dessas cidades.

A rede de ensino em Muriaé é ampla e diversificada. A cidade conta com as seguintes instituições de ensino superior: Polo Universitário Nova Etapa UCB ULBRA UNICID SOCIESC, Unifaminas - Centro Universitário, FASM- Faculdade Santa Marcelina, IF Sudeste-MG - Instituto Federal do Sudeste de Minas - Campus Muriaé, UNOPAR- Universidade a distância, UNIP - Universidade Paulista, Centro de Formação Profissional Cezar Augusto Bianchi Botaro (SENAI/FIEMG). Destacam-se a Unifaminas, a FASM¹¹ e o IF Sudeste-MG por serem de módulo presencial e atraírem um fluxo intenso de alunos de outras cidades. O Centro Universitário Unifaminas oferece 18 cursos de graduação e diversos cursos de extensão¹².

¹¹ A FASM é a faculdade mais antiga da cidade, fundada em 1961, oferece 11 cursos de graduação e diversos cursos de pós graduação. Cerca de 40% de seus alunos são oriundos de cidades da região num raio de 60 km.

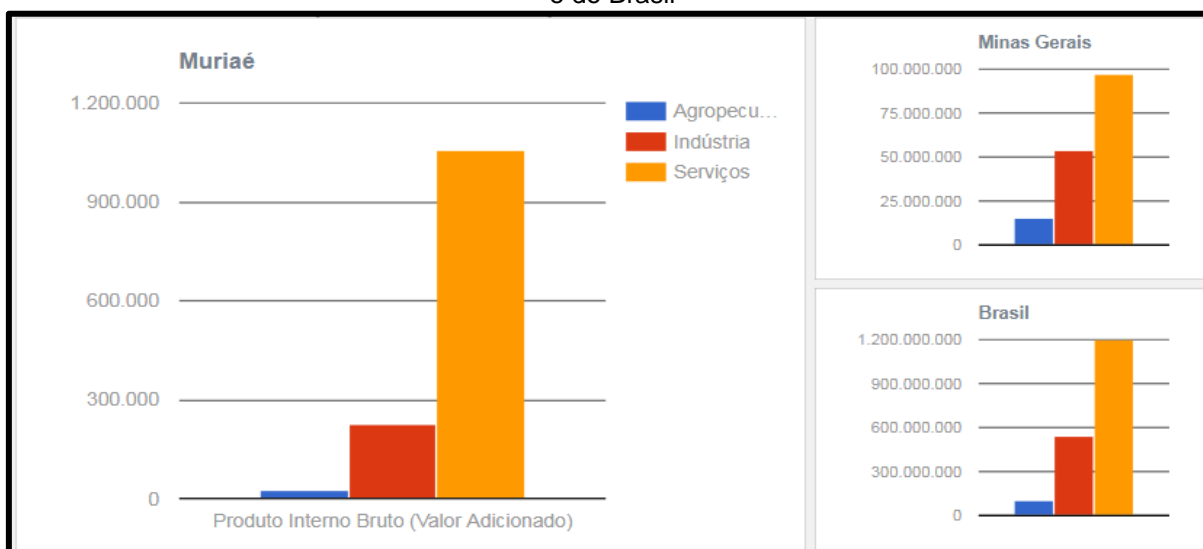
¹² Embora a instituição não disponibilize publicamente dados da origem de seus alunos, é possível constatar que a mesma recebe alunos da própria cidade, de sua região e demais cidades de outros estados.

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba, em parceria com a Prefeitura Municipal de Muriaé - MG apresentou em 2007 o Projeto Técnico-Administrativo para a Criação e Implantação da Unidade Descentralizada de Ensino de Muriaé do CEFET-Rio Pomba. Possui 2 cursos de graduação, Curso Superior em Administração e Tecnologia em Design de Moda; 2 cursos técnicos, integrado em Agroecologia e Técnico em Comércio, além de cursos do PRONATEC e PROEJA.

Nos últimos anos, o polo vem se consolidando como importante referência do setor confeccionista brasileiro, investindo em máquinas e equipamentos modernos, no desenvolvimento de produtos, em pesquisa, utilização de tecidos inovadores e, principalmente, em design, fator que propiciou a instalação da faculdade de nível superior em moda na cidade de Muriaé. Outras indústrias, como as de produção de alimentos e bebidas e montagem de veículos, completam o parque industrial.

Na agropecuária, de pequena participação no Produto Interno Bruto, destacam-se a criação de bovinos (principalmente gado de leite), galináceos, suínos e a produção de cana-de-açúcar, arroz e banana, como pode ser observado na Figura 07 (IBGE, 2017).

Figura 07 – Relação do Produto Interno Bruto da cidade de Muriaé, do estado de Minas Gerais e do Brasil



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Paralelamente aos fatores que caracterizam a cidade de Muriaé como cidade média, em especial, suas características atrativas que a tornam referencial das demais cidades que são limítrofes ou não, como ofertas de emprego, saúde e educação, muitos problemas ficaram evidentes a partir de então, dentre eles: ausência de infraestrutura urbana adequada, violência, grande fluxo de veículos em vias não planejadas o que ocasiona o caos no trânsito principalmente em horários de “pico”.

Outro problema relacionado ao ordenamento territorial municipal são as leis, que passaram por um processo de revisão, porém, por interesses da elite não foram aprovadas pela Câmara de Vereadores, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo datada de 1987. O Plano Diretor, embora tenha sido aprovado pela Câmara em 2006, pouco foi aplicado e mesmo com o prazo de 10 anos para a sua revisão, ainda não passou por esse processo e tão pouco está previsto um processo de revisão.

Em Muriaé, a região central ainda é a região mais ambicionada para se viver. Dezenas de prédios residenciais estão sendo edificados na região central, supermercados, farmácias, bancos, lojas em geral e escolas ocupam o espaço e fazem com que esse se torne um atrativo de adensamento cada vez mais maior. Uma característica da área em estudo é a oferta variada de serviços, fato que viabiliza o suprimento das necessidades básicas e as interações sociais que as pessoas que ali residem necessitam.

O processo que a consolidou como cidade média aconteceu de forma não planejada, fato que desencadeou vários problemas urbanos. A cidade, por ainda possuir características de centralidade, tem recebido um número considerável de empreendimentos na área central, como edifícios residenciais, comércios e bancos, instituições de ensino, estacionamentos, laboratórios e clínicas dentre outros, fato que provoca o caos urbano e que futuramente consolidará um quadro insustentável de adensamento. O surgimento de novas centralidades, como os bairros Dornelas e Barra, ainda não faz com que a região central da cidade de Muriaé perca seu atrativo de adensamento.

A cidade teve seu processo de formação durante muitos anos restrito à região central, boa parte dos bens patrimoniais estão inseridos lá e ainda hoje a maioria das atividades do dia a dia são realizadas neste espaço. Os fatores que impulsionam o desenvolvimento e a consolidação de cidades médias podem ser benéficos para a economia municipal, por outro lado, tal desenvolvimento não planejado e não acompanhado de infraestrutura básica pode desencadear problemas urbanos. A existência, a aplicabilidade e a revisão constante de leis de ordenamento territorial são de suma importância para que as cidades tenham seu desenvolvimento minimamente organizado. Tais leis têm por obrigatoriedade, atender as necessidades da cidade e de toda uma população e não apenas, interesses de uma minoria elitista.

3.4. Morfologia Urbana em Muriaé/MG

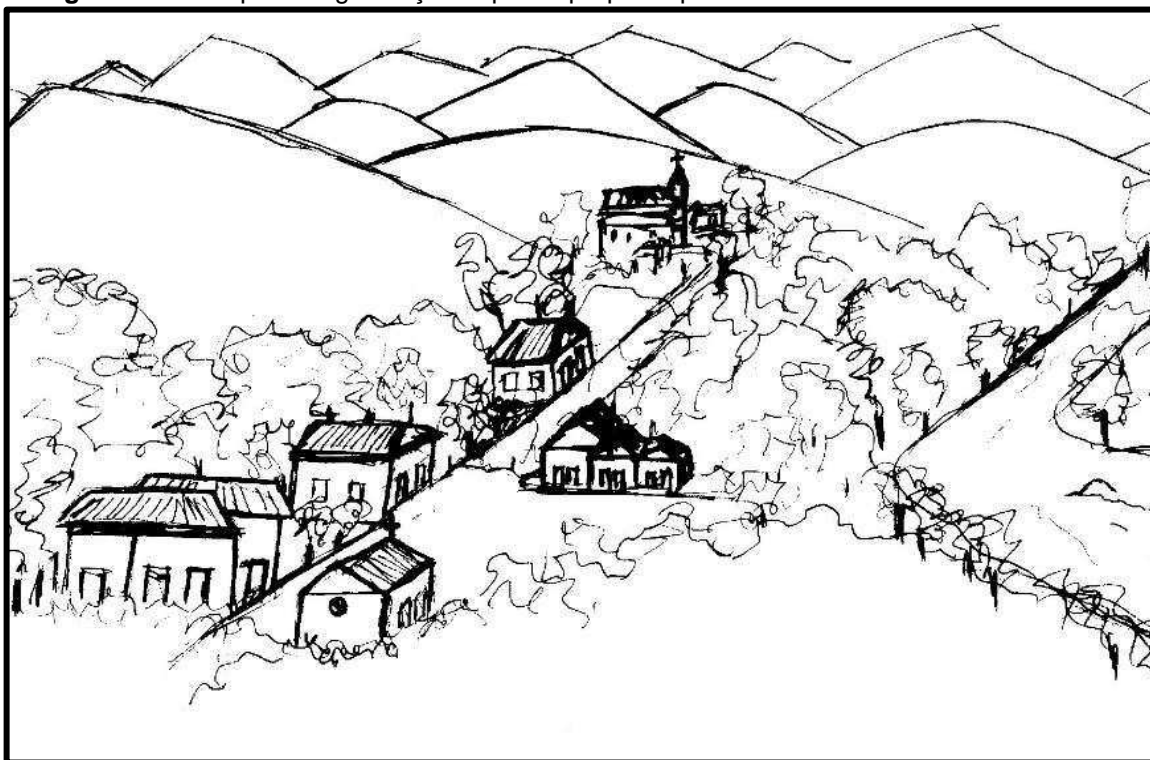
As cidades se desenvolvem em redes de portes diferentes e sua relevância é adquirida a partir das funções desenvolvidas em seu lócus, as cidades se constituem de conjuntos articulados de centros urbanos resultante de diversos agentes sociais, físicos, políticos, turísticos, geográficos entre outros.

Foi em 1819 que se construiu a capela do Rosário, erguida sob ordens de Guido Tomáz Marlière, no Largo do Rosário, local este onde se tem os primeiros registros de ocupação do povoado. Neste mesmo ano (1819) foi erguida a Matriz São Paulo, reformada no ano de 1840.

O croqui ilustrado pela Figura 08, foi desenvolvido através das informações obtidas pelo artigo “Guido Thomaz Marlière, o” sementeiro” de cidades na Zona de Mata Mineira” (STEPHAN; SOARES; RIBEIRO, 2012), que expõe a organização espacial proposta por Marlière em Muriaé.

Através deste croqui, também é possível destacar as características da urbanização portuguesa exposta por Teixeira (2012) no traçado urbano de Muriaé, pontuando sua forma orgânica e a inserção de edifícios religiosos como norteadores das demais ocupações na cidade.

Figura 08 – Croqui da organização espacial proposta por Guido Tomáz Marlière em Muriaé



Fonte: Acervo da Autora desenvolvido através de informações obtidas pelo artigo “Guido Thomaz Marlière, o “semeador” de cidades na Zona de Mata Mineira”.

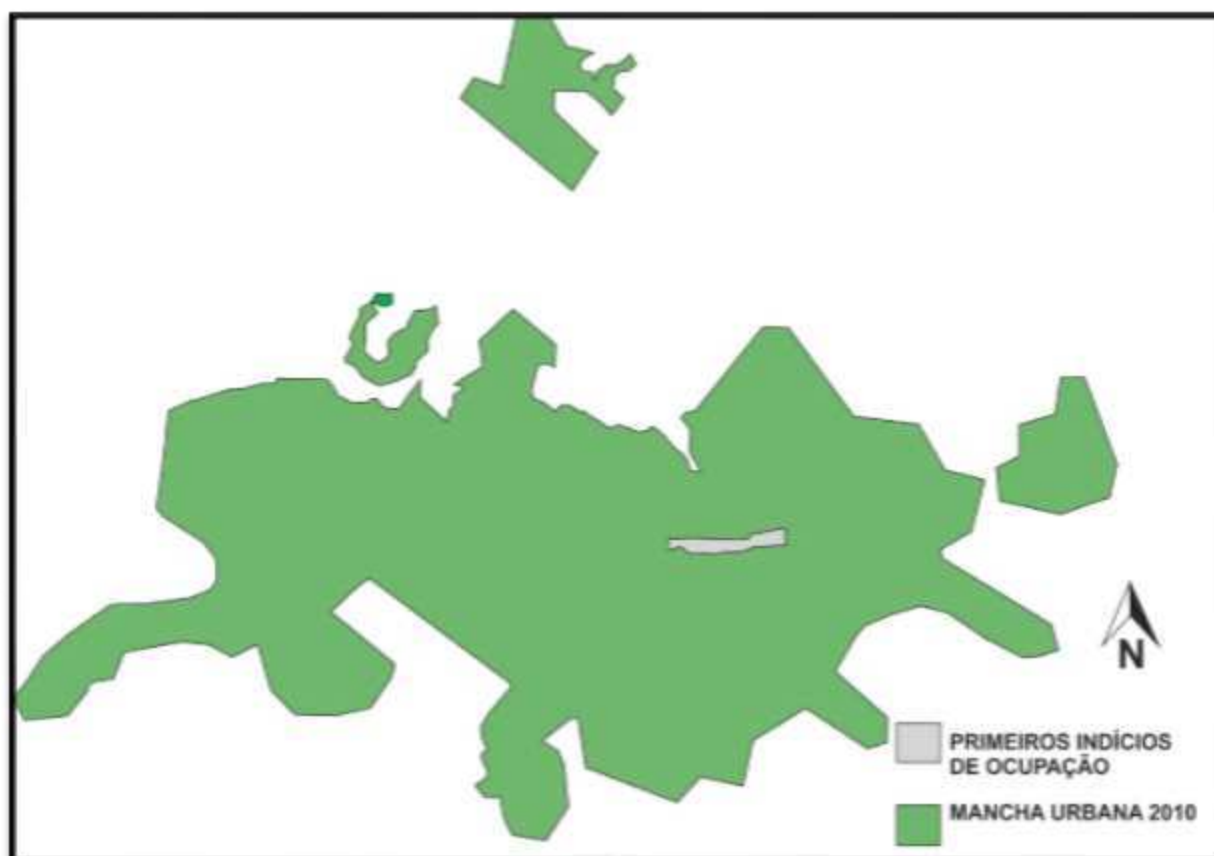
Em 7 de abril de 1841, foi criado o distrito com o nome de São Paulo do Muriaé, pertencendo a São João Batista do Presídio (atual município de Visconde do Rio Branco) e subordinado eclesiasticamente a Santa Rita do Glória (atual município de Miradouro). As leis provinciais que criavam os municípios estabeleciam em seu texto que essas unidades administrativas só se considerariam instaladas após a construção do prédio que abrigasse não somente o governo municipal, mas, também, outras repartições que viessem a funcionar no município representando interesses da Província e do Império (FARIA, 1995).

Em face da falta de recursos e de mão-de-obra locais, a construção do prédio sede do governo municipal, só se deu a partir de 1859 e se concluiu em fins de 1860. O atraso da instalação do município de Muriaé decorreu da falta de meios para a construção de um edifício que lhe servisse de sede do governo. A execução só se tornou possível depois que o alferes Manoel Fortunato Pinto, próspero comerciante, à frente de um abnegado grupo de companheiros e agricultores, se dispôs a mandar vir

de cidades longínquas os mestres-de-obras e operários, a cuja responsabilidade foi entregue a construção do prédio da municipalidade¹³ (FARIA, 1995).

Através de dados fotográficos e documentais foi possível desenvolver, de forma esquemática, os primeiros indícios de ocupação em Muriaé representado pela figura Figura 09.

Figura 09 – Primeiros indícios de ocupação em Muriaé, comparados com a malha urbana dos anos 2010.



Fonte: Arquivo Pessoal desenvolvido através de fotografias e registros documentais.

A instalação da Estrada de Ferro Leopoldina Railway introduziu grandes mudanças da paisagem cidade. A ferrovia ligava ao vizinho Distrito de Patrocínio, que

¹³ Ao término da obra, muitos trabalhadores que nela tomaram parte, sem nenhuma qualificação, tornaram-se carpinteiros e alvanéis, incluindo entre eles escravos e índios. O município lucrou porque tais operários iniciaram, depois, a reforma das antigas e precárias habitações feitas de barro e madeira (FARIA, 1995).

foi inaugurada em 1886 e desativada em 1905 (ano datado da fotografia), a estrada ferroviária teve seus trilhos arrancados e sua estação demolida.

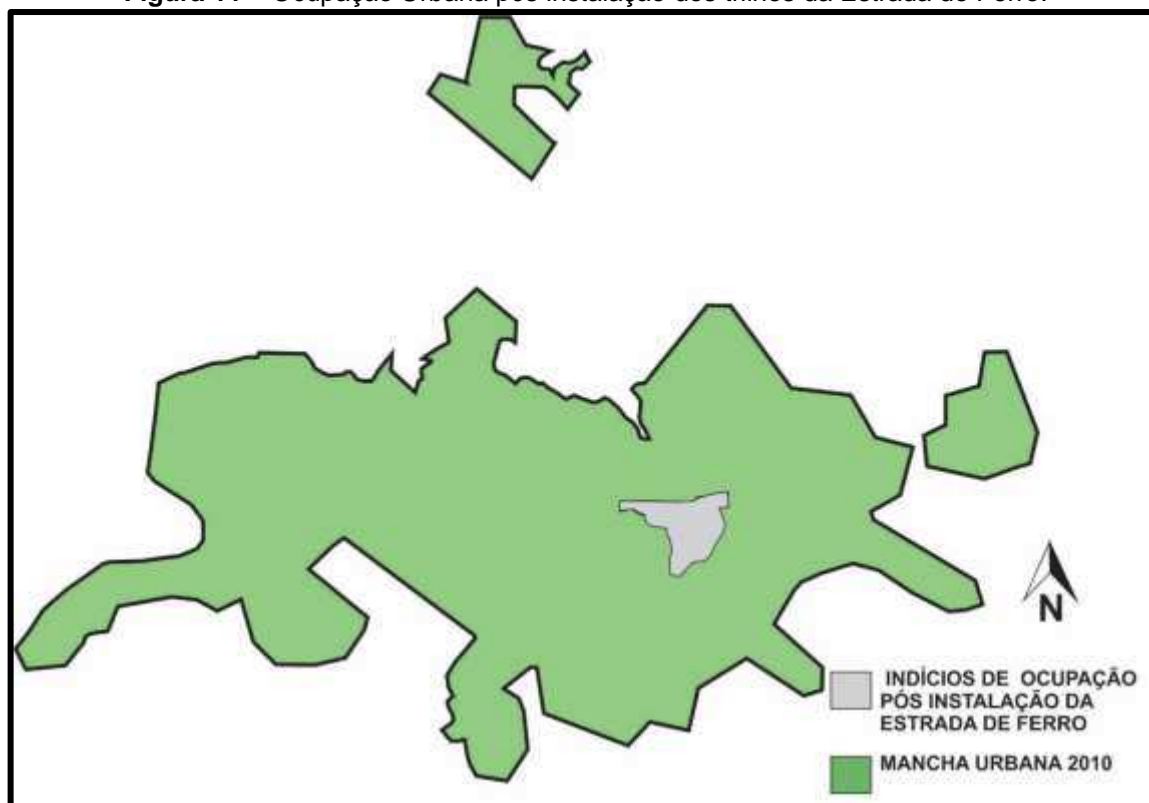
Figura 10 – Estação São Paulo do Muriaé



Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil

A instalação da Estação Ferroviária conduz um novo vetor de ocupação urbana em Muriaé, fato que pode ser ilustrado na Figura 11.

Figura 11 – Ocupação Urbana pós instalação dos trilhos da Estrada de Ferro.



Fonte: Arquivo da autora desenvolvido através de fotografias e registros documentais.

Os coronéis, proprietários das grandes fazendas produtoras de café, representavam não só a elite econômica da região, como também sua expressão política, com forte influência em Minas Gerais e no país.

Com a Proclamação da República, Muriaé aprimorou suas construções. Surgem as máquinas de beneficiamento, a catação do café, o estocamento, o carregamento para os vagões que saem abarrotados, deixando riqueza.

Em meados de 1905 teve início a ocupação da porção central de Muriaé. Nesta época, a cidade contava com cerca de 9 distritos de paz e 30 povoados, num somatório de pouco menos de 500 prédios em toda a sua extensão, em uma área de 40 léguas quadradas (aproximadamente 194 km²). A cidade não dispunha de serviços de infraestrutura básica nem estradas que ligassem aos outros municípios e vilarejos próximos (FARIA, 1995).

A composição morfológica do povoado de Muriaé possui características de uma urbanização tipicamente de origem portuguesa, se analisarmos a cidade segundo os fundamentos, métodos e teorias de Teixeira (2012).

Um dos principais atributos das cidades de colonização portuguesa é a relação do traçado urbano com as características físicas do território em que se implanta. Os desenhos dos espaços urbanos se articulam com as características físicas e ambientais do espaço. Os principais edifícios da cidade, as estruturas religiosas, políticas e militares implantavam-se em locais dominantes, ou seja, as edificações de maior prestígio eram inseridas em locais de topografia mais elevada (TEIXEIRA, 2012).

O traçado urbano orgânico de Muriaé, sua ocupação territorial seguindo a linha do leito do rio e a hierarquização urbana com seus símbolos de ascensão social em terrenos mais altos, são os principais aspectos passíveis de comparação. O primeiro registro fotográfico da ocupação central de Muriaé, ilustrado na Figura 12, é do ano de 1905 e através dele é possível observar as primeiras edificações, destacando que prevaleciam as áreas verdes e que a cidade era composta basicamente por uma avenida consolidada (a atual Av. Barão do Monte Alto) e outras ocupações em vias

adjacentes. Notam-se também as vias em um traçado orgânico, seguindo as linhas da topografia já existente, característica típica da formação de cidades portuguesas.

Figura 12 – Primeiro registro fotográfico da ocupação urbana em Muriaé-MG/1905.



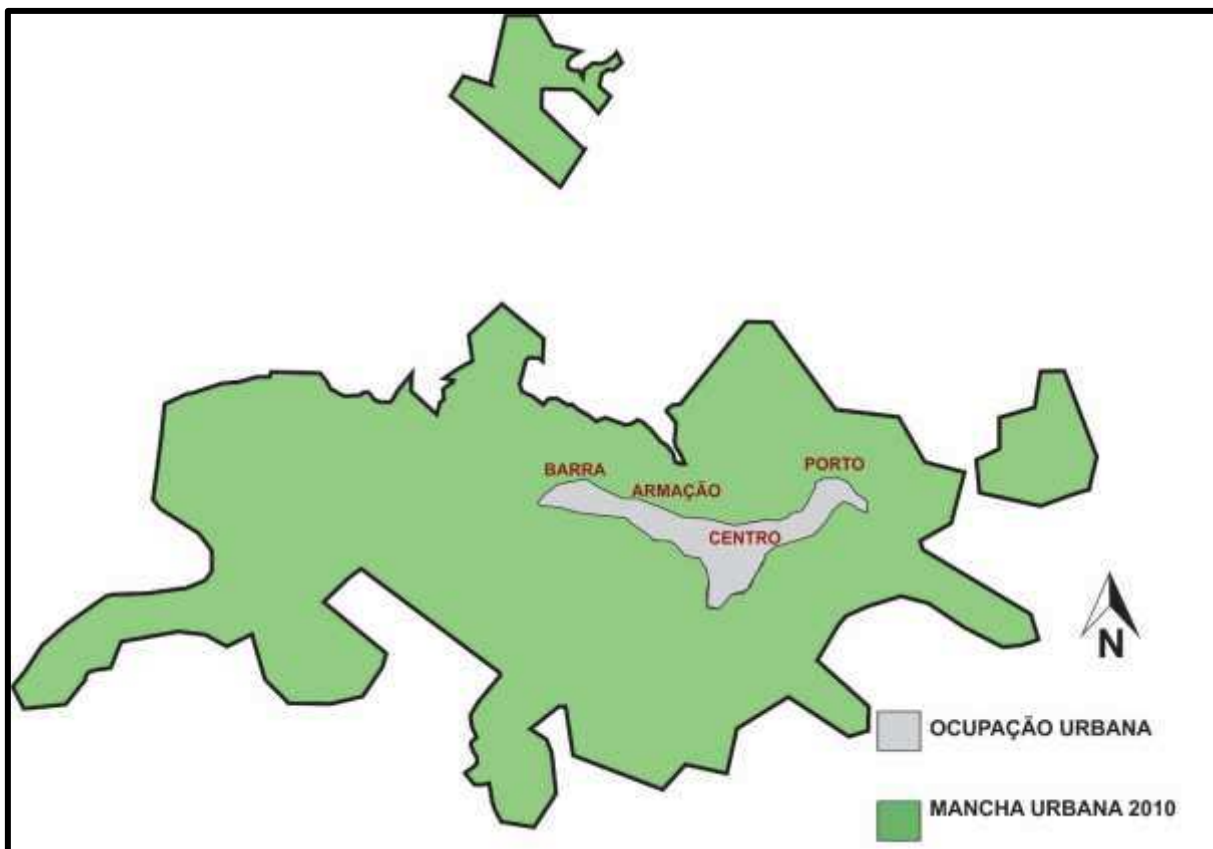
Fonte: Acervo do Memorial Municipal de Muriaé

Em 1910, foi criado o serviço de força e luz, no ano seguinte o de água e esgoto, e em 1913, o serviço de telefone urbano. O calçamento, o telefone, os bancos fazem parte de uma nova ordem social e política que eleva em muito a qualidade de vida de seus moradores e que atrai cada vez mais moradores de outras regiões menos desenvolvidas (FARIA, 1995).

O município foi evoluindo, principalmente nas margens do rio, devido à facilidade ao acesso das águas para as atividades básicas do dia a dia. Aos poucos foi se adensando e ocupando as ruas adjacentes aquelas que permeavam o rio Muriaé (FARIA, 1995).

O povoado cresceu rapidamente, a princípio, com uma só rua ao longo do rio - dando origem aos atuais bairros: "Porto", "Barra" e "Armação" e, depois, disseminando o seu casario em todas as direções, fato pode ser ilustrado pela Figura 13.

Figura 13 – Mapa dos bairros pioneiros e sentido da expansão urbana de Muriaé-MG.



Fonte: Arquivo da autora desenvolvido através de fotografias e registros documentais.

O primeiro registro documental que corresponde a um mapa da cidade de Muriaé (Figura 14) é do ano de 1958. Tal registro, é uma planta cadastral e topográfica do município.

Através de uma análise do mesmo é possível constatar que, naquela época já existia um considerável adensamento urbano, o traçado das vias já se apresentava consolidado e a ocupação já não era mais algo centralizado, que se restringia apenas às ruas centrais. Surgem novos bairros, novas vilas, ruas e parques (ACERVO PÚBLICO MUNICIPAL, 2015).

Figura 14 – Primeiro registro documental do mapa de Muriaé-MG em 1958



Fonte: Acervo do Memorial Municipal de Muriaé

No ano de 1970, o centro do município já se mostra consolidado, com vias, vilas, edificações e praças.

Algumas alterações foram acontecendo no decorrer dos anos, mudam-se as pavimentações, algumas edificações, os fluxos viários, as vias em si e a relação existente entre o habitante e o ambiente construído.

Na Figura 15 é possível observar as vias e os lotes do núcleo morfológico bem delimitados, é possível observar também uma mancha verde evidente, ainda não ocupada correspondente a margem do rio, paralela à BR 356.

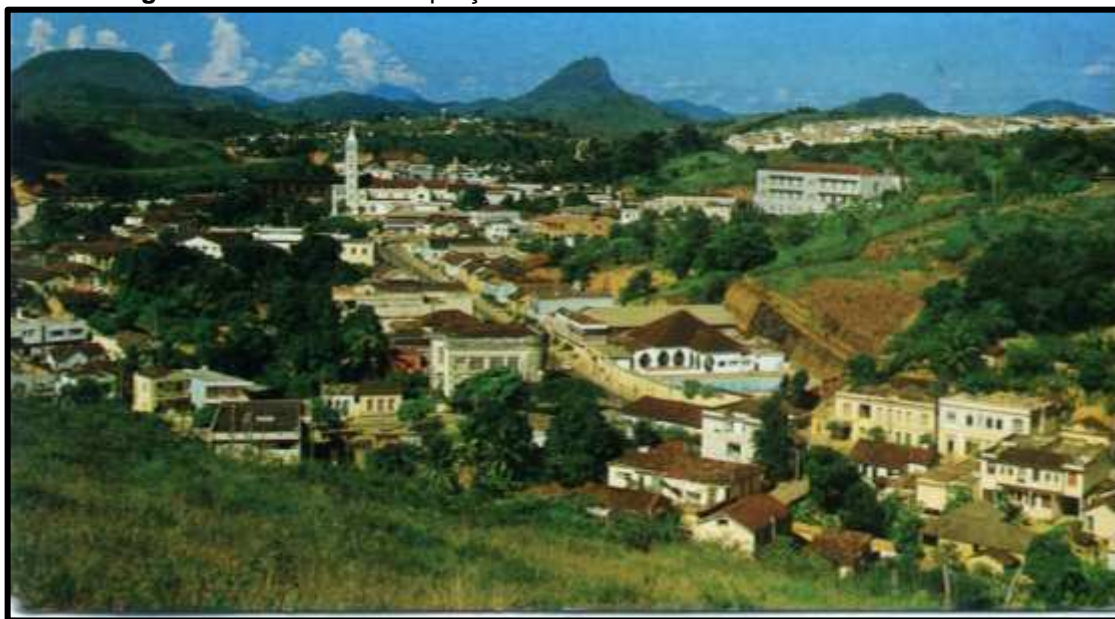
Figura 15 – Vista área da cidade de Muriaé-MG na década de 1970



Fonte: Acervo Memorial Municipal de Muriaé

No início da década de 1980, a cidade apresentava uma evolução urbana evidente em detrimento aos anos anteriores como pode ser observado na Figura 16. Os topos dos morros foram ocupados de forma mais consolidada, situação não observada em anos anteriores. Começam a surgir edificações com mais de um ou dois pavimentos de maneira mais expressiva.

Figura 16 – Vista área da porção central de Muriaé-MG na década de 1980



Fonte: Acervo Memorial Municipal de Muriaé

Observa-se na Figura 17 a verticalização, principalmente na mancha urbana embrionária do município, dando destaque sempre aos bairros Centro e Barra, mas principalmente na região central.

Os avanços na construção civil e o poder aquisitivo dos moradores do município na época permitiram que as evoluções construtivas tornassem a cidade, em alguns pontos, verticalizada. Mesmo que em muitos pontos os edifícios ainda mantenham seu caráter original é possível perceber a evolução e a mudança na morfologia e no desenho urbano de Muriaé. Menos vazios urbanos e consequente maiores ocupações territoriais.

O centro urbano tornou-se cada vez mais adensado, com as margens do rio Muriaé totalmente ocupadas, principalmente no bairro da Barra, onde as enchentes se tornam problemas cada vez mais corriqueiros.

O assoreamento do rio devido a esta ocupação também configura um problema para a cidade. Outros pontos de topografia elevada começam a ser adensados, fato decorrente da expansão urbana e do adensamento inevitável do centro e de suas ramificações. As antigas vias são alargadas, a prioridade do veículo automotor em detrimento ao transporte alternativo e as distâncias entre as extremidades do município acarretam um volume de veículos cada vez maior. A pavimentação das vias e os espaços públicos de uso coletivo surgem com maior frequência e comprovam os avanços da década.

Figura 17 – Vista área da porção central de Muriaé-MG na década de 1990



Fonte: Acervo Memorial Municipal de Muriaé

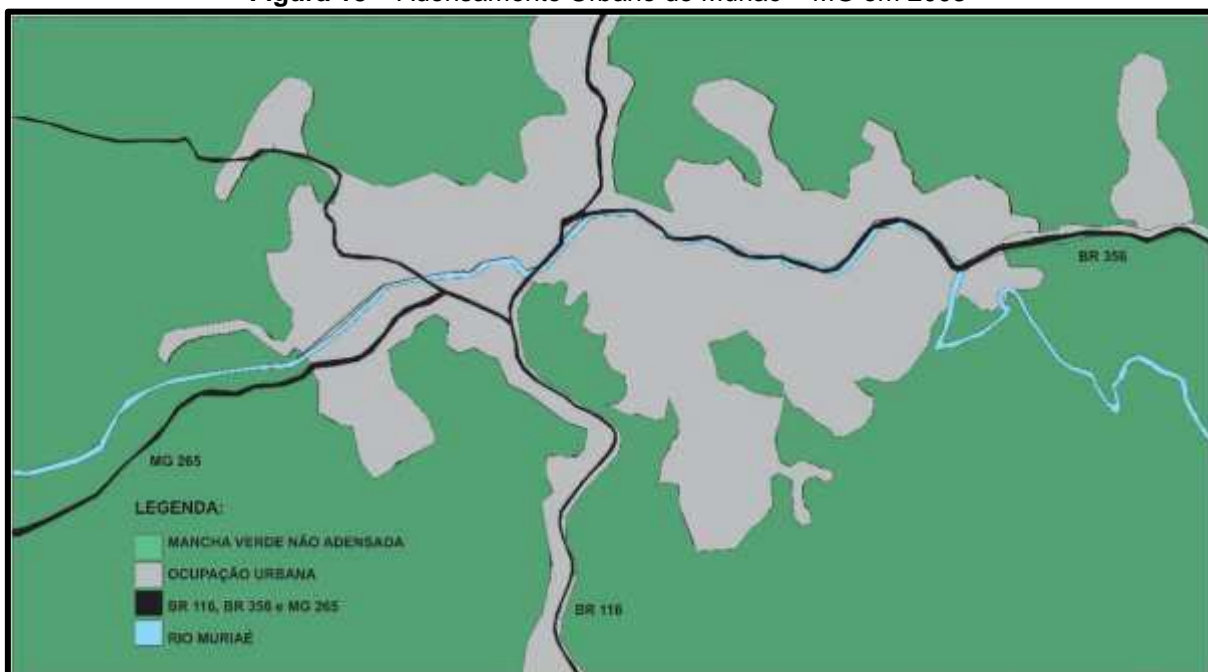
Os anos 2000 consolidaram o avanço morfológico do município. Na Figura 18 é possível verificar uma mancha urbana, linear e adensada. Prédios, casas, comércios, vias, bairros e espaços públicos surgem com maior expressão.

Os edifícios de valor histórico se perdem em meio a tantos outros edifícios que surgem, em fases e momentos históricos e arquitetônicos distintos. Muitos acabam sendo demolidos para dar lugar a edifícios maiores e que comportem maior número de pessoas e comércios.

O centro comercial já se mostra bem desenvolvido. O traçado linear que deu origem ao município, não mais se apresenta de maneira clara, visto que os topos de

morro antes não ocupados agora estão adensados por casas, com vias pavimentadas e infraestrutura básica.

Figura 18 – Adensamento Urbano de Muriaé – MG em 2003



Fonte: Arquivo da autora desenvolvido através de fotografias e registros documentais.

Muriaé cresceu com muitas casas em terrenos impróprios, fora dos padrões estabelecidos pela legislação municipal em sua grande maioria.

Com a expansão urbana, o acesso aos bairros distantes do centro se tornou mais difícil. Sendo assim o transporte coletivo foi de suma importância para suprir a demanda da população.

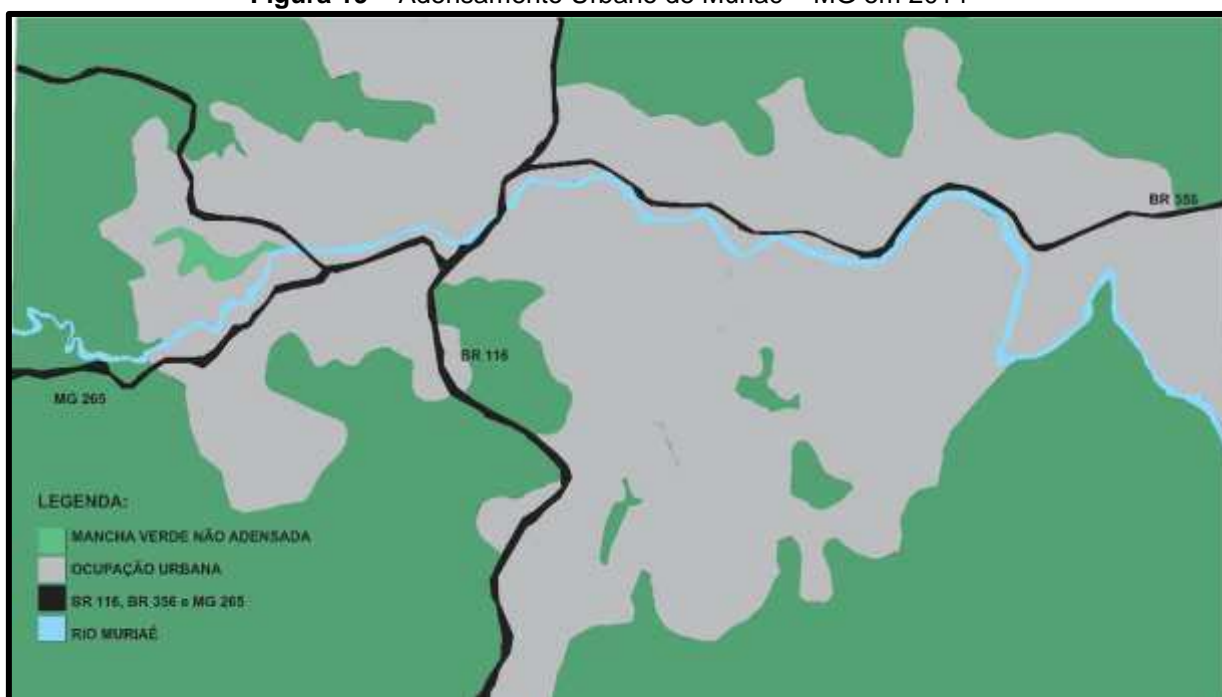
A cidade é atendida pela empresa de Coletivos "União" que conta com 14 linhas regulares no transporte urbano, e é atendida pelas empresas Real, Novo Horizonte e Eromave no transporte rural para os seus distritos.

A cidade possui 64 bairros e conta com 8 distritos: Belisário; Boa Família; Bom Jesus da Cachoeira; Itamuri; Pirapanema; Vermelho e Macuco. Dos 142 municípios da Zona da Mata de Minas Gerais, Muriaé está em quinto lugar em extensão territorial, com cerca de 843,327 km², sendo os quatro primeiros: Juiz de Fora (1.424 km²), Mutum (1.248 km²), Manhuaçu (1.143 km²) e Leopoldina (943 km²) (CENSO, 2010).

No que diz respeito ao fluxo de veículos do município, Muriaé possui uma frota de 43.449 veículos sendo uma média de 1 veículo para cada 2,46 habitantes. Conseqüentemente a cidade sofre atualmente com excesso de veículos principalmente no horário de pico, quando algumas ruas e avenidas ficam com um trânsito muito carregado. Algumas obras foram realizadas para redirecionar e reestruturar o trânsito, porém o que se percebe é um fluxo cada vez maior nas BRs que permeiam a cidade, o que ocasiona o problema ainda maior.

A Figura 19 representa o adensamento urbano, ano de 2014, do município de Muriaé. Através dele é possível observar os vetores da expansão urbana do município, que são: o rio Muriaé a princípio e, em um segundo momento, as estradas de ligação entre municípios (rodovias e a estrada estadual MG 265).

Figura 19 – Adensamento Urbano de Muriaé – MG em 2014



Fonte: Arquivo da autora desenvolvido através de fotografias e registros documentais.

3.4.1. Legislação Urbanística e Problemas Urbanos atuais

A legislação urbanística existe para estabelecer limites às ações humanas que interferem no espaço urbano e na qualidade de vida na cidade (CURITIBA, 2004). Essas ações estão relacionadas com as necessidades próprias de uma vida em

centros urbanos, como moradia, trabalho, educação, saúde, locomoção, alimentação e lazer. Assim, a aplicação da legislação urbanística, tem por objeto de trabalho não apenas as ações relacionadas à construção do espaço urbano, por meio de loteamentos e edificações, mas, também as atividades dentro desse espaço, visando ao bem comum e à harmonia social (SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE REGULAÇÃO URBANA, 2012). Em Muriaé, as leis de ordenamento territorial foram criadas para auxiliar tanto a construção e organização do espaço urbano, quanto as atividades desempenhadas nele.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 1.254.1988) define as normas gerais para o desenvolvimento da cidade. Nela se encontram reunidos os princípios e orientações para a utilização e ocupação do espaço urbano, com o objetivo maior de garantir o desenvolvimento da cidade de forma equilibrada e sustentável.

Em Muriaé, a Lei nº.1.220 do ano de 1987, que ordenava o parcelamento do solo urbano em Muriaé, foi revogado no ano seguinte, e desde então a questão do ordenamento urbano vinha sendo regulamentada apenas através de decretos, até a aprovação da Lei Complementar nº. 5441/2017. Além de definir as categorias de uso do solo para construção, tipos de edificações e condições para assentamento, a Lei estabelece infrações e penalidades destinadas aos responsáveis, em caso de não cumprimento das normas.

A Lei nº. 3.377, do ano de 2006, institui o Plano Diretor Participativo e o Sistema Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de Muriaé. O Plano Diretor de Muriaé está desatualizado e deveria ter sido revisado até o dia 17 de outubro do ano de 2016, conforme determinam a Lei Federal nº 10.257/2001 e a Lei Municipal nº 3.377/2006.

A Associação dos Amigos de Muriaé (AAMUR)¹⁴ aprofundou os conhecimentos sobre o Estatuto da Cidade para cobrar a revisão do Plano Diretor de Muriaé a administração municipal. Embora o Conselho Municipal de Planejamento Urbano tenha ciência da necessidade de revisão do plano e, embora na internet exista um

¹⁴ A AAMUR é uma organização democrática, composta por pessoas do povo. Para atingir seus objetivos, voltados exclusivamente para o bem-estar da população, a associação se preocupa principalmente com a eficácia do processo de gestão pública municipal.

abaixo-assinado criado por um membro da sociedade civil, que solicita aos órgãos públicos de Muriaé providências para a revisão do Plano Diretor, o mesmo ainda permanece sem alterações previstas até meados de 2018.

3.4.2. A ineficiência da aplicabilidade das leis de política urbana vigentes no município de Muriaé

A Lei nº 3.377/2006 que institui o Plano Diretor Participativo é o instrumento que fundamenta o Sistema Municipal de Planejamento e Desenvolvimento e tem por finalidade estabelecer as diretrizes, ações e instrumentos de intervenção, planejamento e gestão urbana para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade. As disposições do Plano Diretor Participativo vinculam as ações e políticas do poder público municipal, bem como, toda e qualquer intervenção pública ou privada no município (Plano Diretor Participativo, 2006).

Muriaé possui aparato legal no que diz respeito ao seu ordenamento territorial. Leis como a de Uso e Ocupação do Solo e o Plano Diretor, embora precisem de uma revisão completa, estão vigentes no município. O documento original da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de 1987 foi revogado no ano seguinte, e desde aquela época a questão vinha sendo regulamentada apenas através de decreto.

Entende-se por Sistema Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de Muriaé, o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos, objetivando a coordenação dos setores público e privado, e da sociedade em geral, a integração entre os diversos programas setoriais e a dinamização da ação governamental (Plano Diretor Participativo, 2006).

A Lei Complementar nº 5.441/2017, dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano de Muriaé e constitui normas para o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano. O município possui leis urbanísticas, porém essas leis não são aplicadas de forma correta e que garanta o ordenamento do solo urbano.

A Lei do Plano Diretor municipal, de 2006, além de desatualizada, em tempo algum foi de fato aplicada no município, como exemplo, alguns fragmentos da lei são apresentados a seguir.

Art. 5 (Lei nº 3.377/2006)

V. desenvolver e consolidar um sistema de centros de bairro, com a dinamização de serviços, cultura e infra-estrutura, preferencialmente nos bairros do Porto, da Barra, Safira, Dornelas e Universitário;

O inciso V do artigo 5 da lei, caso fosse desenvolvido e consolidado auxiliaria de forma efetiva no adensamento controlado do centro urbano, pois as propostas de novos centros urbanos oferecem maiores ofertas de serviços em outras localidades, além de dinamizar o fluxo de pessoas e meios de transporte. Sigamos com o art. 10:

(Lei nº 3.377/2006)

II. delimitar as áreas de preservação permanente e as áreas de preservação ambiental, em especial aquelas destinadas à preservação das matas de encostas, das matas ciliares e das áreas ambientalmente sensíveis;

III. criar Unidades de Conservação e áreas verdes no território municipal para preservar e conservar principalmente espécies nativas da Mata Atlântica, promovendo e incentivando a arborização e o reflorestamento das áreas públicas e privadas;

Nenhum dos incisos do artigo 10 do Plano Diretor Municipal foram aplicados, e muitas das áreas direcionadas para a implantação de áreas verdes e recuperação de matas ciliares foram ocupadas e adensadas. Nas disposições finais da Lei do Plano Diretor, ficaram instruídas algumas diretrizes relacionadas à atualização e aprovação de leis que contribuem para o êxito do ordenamento do território municipal:

Art. 51 – Os Poderes Executivo e Legislativo deverão priorizar a aprovação e a atualização da legislação que compõe o Sistema Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, em especial:

I. Lei do Perímetro Urbano;

II. Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;

III. Código de Posturas;

IV. Código de Obras;

V. Código Tributário;

VI. Código Ambiental e a Agenda 21Local.

Parágrafo Único - Fica estabelecido o prazo máximo de 01 (um) ano, contados da publicação deste Plano Diretor, para a remessa pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo da proposta de revisão da legislação municipal em vigor de que tratam os incisos acima.

Nada previsto no artigo 51 foi atualizado ou aplicado. Não foi criado o Departamento Municipal de Planejamento Urbano e a revisão da lei prevista para o ano de 2016 não foi feita e, até o momento, não há previsão para sua execução. Situação análoga as dificuldades de aplicação da Lei do Plano Diretor é a da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Muriaé.

A primeira lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Muriaé é de 1987, a Lei nº 1.231. Tal lei, embora tenha sido alterada em 3 artigos no ano de 1997 (Lei nº 2.143) e mais recentemente, revogada integralmente pela Lei nº 5.441, por isso sofreu alteração. Durante esses 30 anos de vigência de lei de uso e ocupação do solo urbano, a cidade ainda admite as brechas da lei e os entraves com as alterações de artigos que beneficiam as grandes construtoras na permissão de adensamento em áreas já saturadas, como o centro urbano.

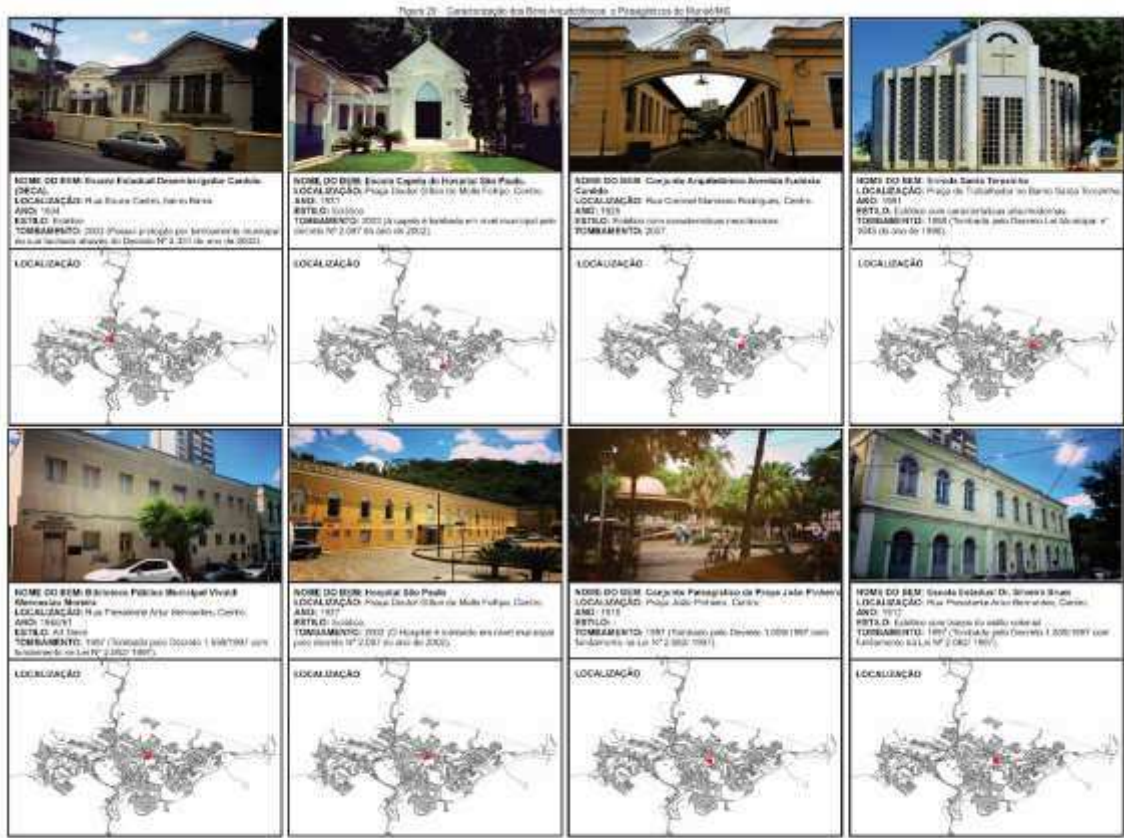
3.5. Patrimônio cultural e legislação patrimonial vigente em Muriaé

O patrimônio cultural de Muriaé é composto por um rico e diversificado acervo de bens culturais, de grande importância não só para o resgate da história mas, também, para a inserção dessa história na vida cotidiana de seus moradores. Com a finalidade de garantir que tais bens pertencentes ao município sejam protegidos e respeitados perante seus valores à formação histórica da cidade, foi instituída a Lei nº 3.834 de 2009 que dispõe sobre a proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural do município.

Em 2013, a Lei nº 3.834/2009 foi revogada integralmente pela Lei nº 4.491. Apesar disso, a Lei nº 4.491/2013 mantém quase que em sua totalidade os artigos referentes à Lei nº 3.834/2009, sendo acrescentado o artigo 93 que diz respeito à aplicação das receitas orçamentárias vinculadas ao Fundo de Reserva Municipal por meio de dotação consignada na lei orçamentária municipal, e retirado o artigo 112 que concede ao poder público o direito de conceder desconto de até 50%, sobre o valor do IPTU dos bens imóveis inventariados pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico.

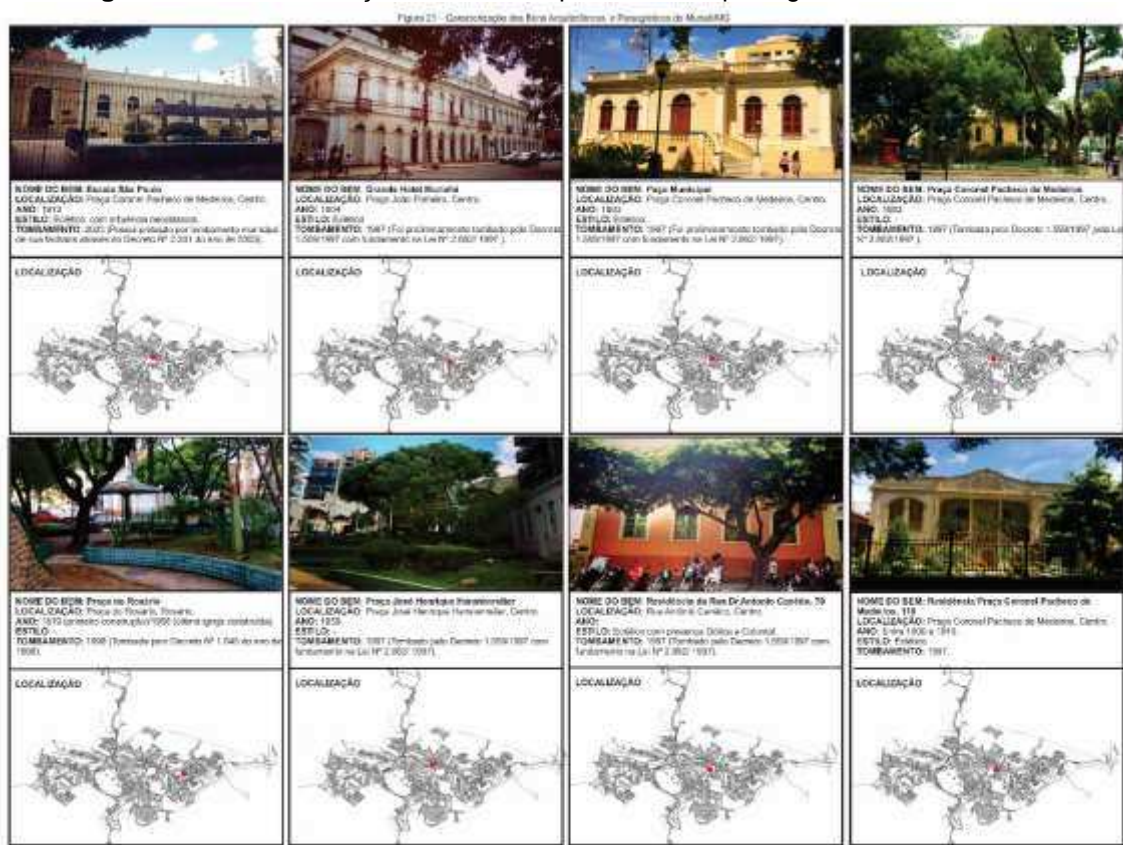
Muriaé possui 30 bens protegidos por tombamento em instância municipal. Desses, 26 localizam-se na região central do município, região essa em que se tem os primeiros registros de ocupação. Os bens protegidos em sua grande maioria são institucionais, como escolas, edifícios municipais e edifícios religiosos. Bustos, praças e residências particulares também compõem tal acervo, rico e importante para a preservação da história do município. As Figuras 20, 21 e 22 ilustram os bens arquitetônicos e paisagísticos tombados de Muriaé.

Figura 20 – Caracterização dos bens arquitetônicos e paisagísticos de Muriaé/MG



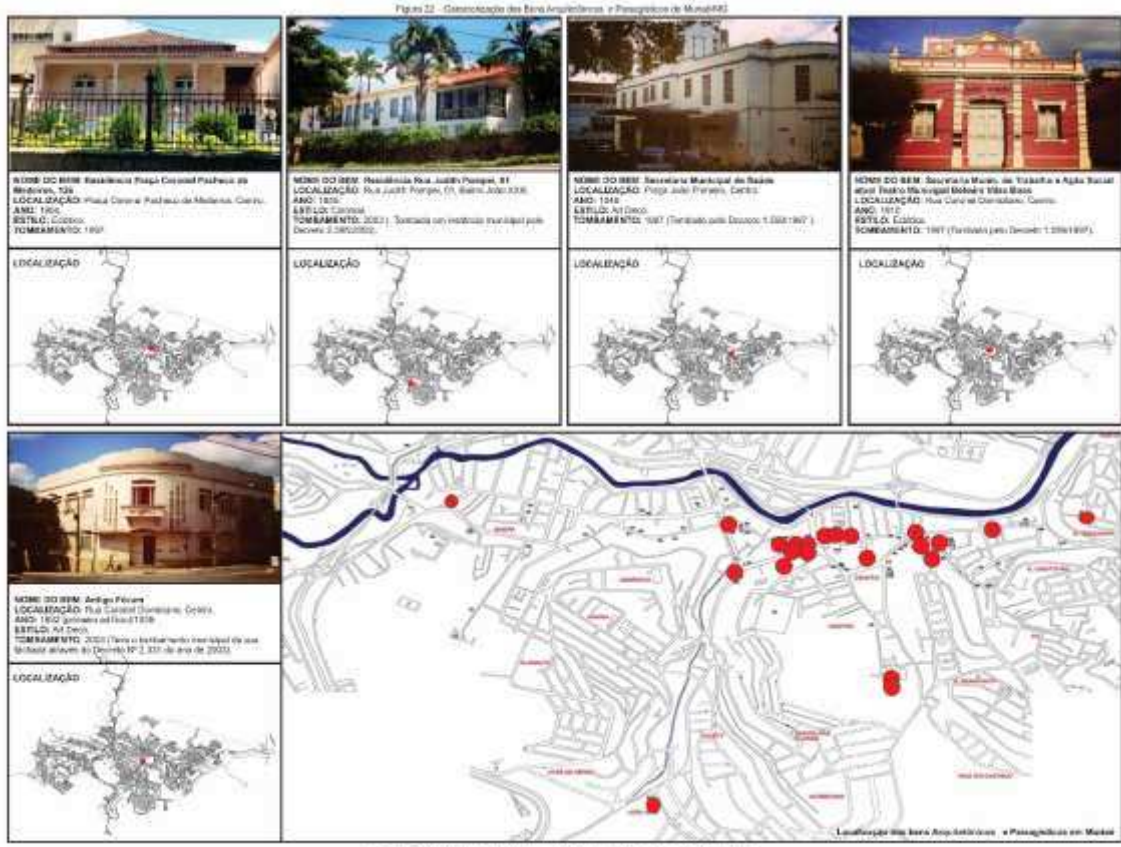
Fonte: Arquivo da autora desenvolvido através de fotografias e registros documentais.

Figura 21 – Caracterização dos bens arquitetônicos e paisagísticos de Muriaé/MG



Fonte: Arquivo da autora desenvolvido através de fotografias e registros documentais.

Figura 22 – Caracterização dos bens arquitetônicos e paisagísticos de Muriaé/MG



3.5.1. Evolução urbana sob a ótica dos bens tombados de Muriaé

As primeiras ocupações da cidade de Muriaé foram feitas às margens do rio de mesmo nome, no Largo do Rosário, em 1817. O bem arquitetônico mais antigo da cidade, a Praça do Rosário (1), está inserido neste Largo. Tal praça representa um importante símbolo da formação inicial de Muriaé.

De origem no século XIX, a cidade possui seis bens patrimoniais protegidos por tombamento. Destes apenas um não está inserido na Zona de Preservação Histórica da cidade (região central da cidade).

A residência Judith Pompei (2) está inserida no bairro João XXIII e na época de sua construção correspondia a uma fazenda distante do centro ainda em formação.

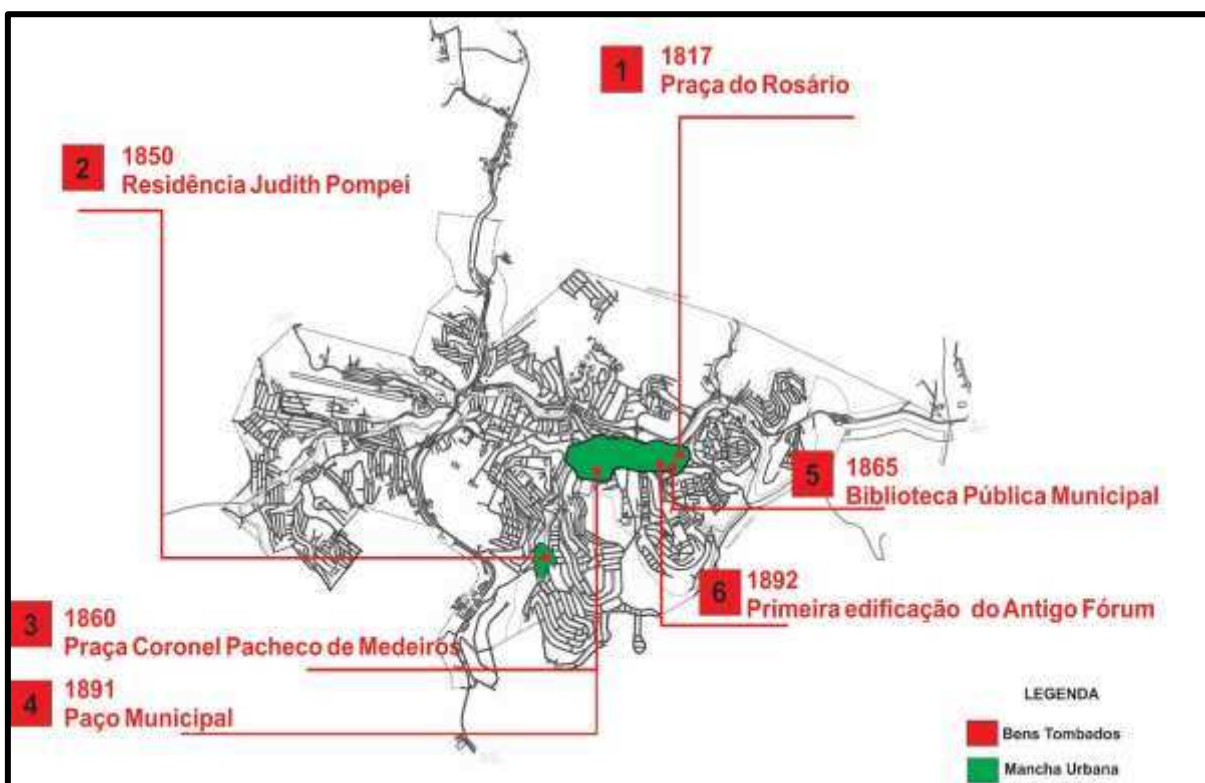
A Figura 23 ilustra as primeiras ocupações dos bens patrimoniais em solo muriaeense no século XIX, representando em vermelho as ocupações na região central da cidade e em verde a mancha urbana possivelmente formada no entorno destes edifícios.

A partir da análise do histórico dos bens patrimoniais e da confecção desse mapa (Figura 23), é possível observar que no século XIX predominavam ocupações na região central e que os registros de ocupações periféricas correspondiam a edificações do campo como fazendas e, ou chácaras.

O século XX foi marcado pela construção da maior parte dos bens patrimoniais de Muriaé. Quinze dos vinte bens tombados tiveram origem neste século. São casas, instituições educacionais, religiosa e praças.

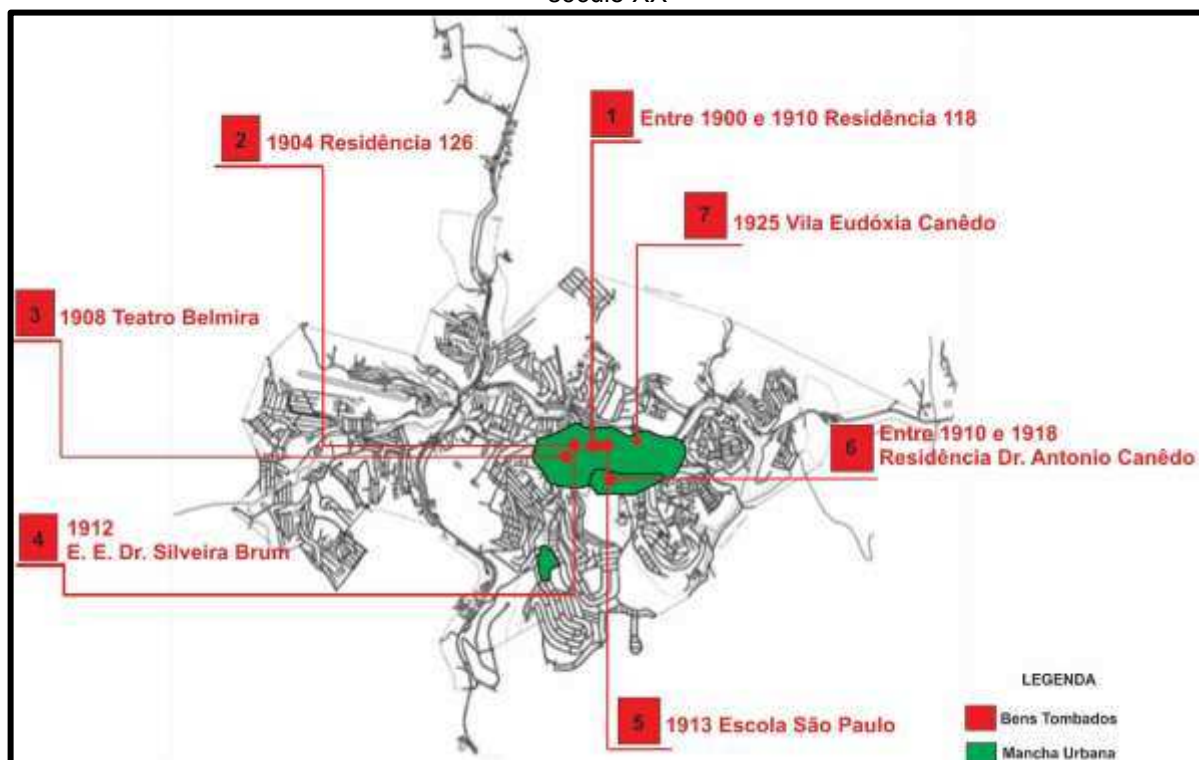
A região da Zona de Preservação Histórica se torna mais densa em população e apresenta um maior número de bens patrimoniais em sua extensão. A Figura 24 ilustra a evolução urbana sob a ótica dos bens tombados do primeiro quarto (1900-1925) do século XX. Sete bens arquitetônicos foram edificados neste período, todos eles na região central da cidade.

Figura 23 – Evolução Urbana sob a ótica dos bens tombados do século XIX (1800-1899).



Fonte: Arquivo da autora desenvolvido através de registros documentais, 2017.

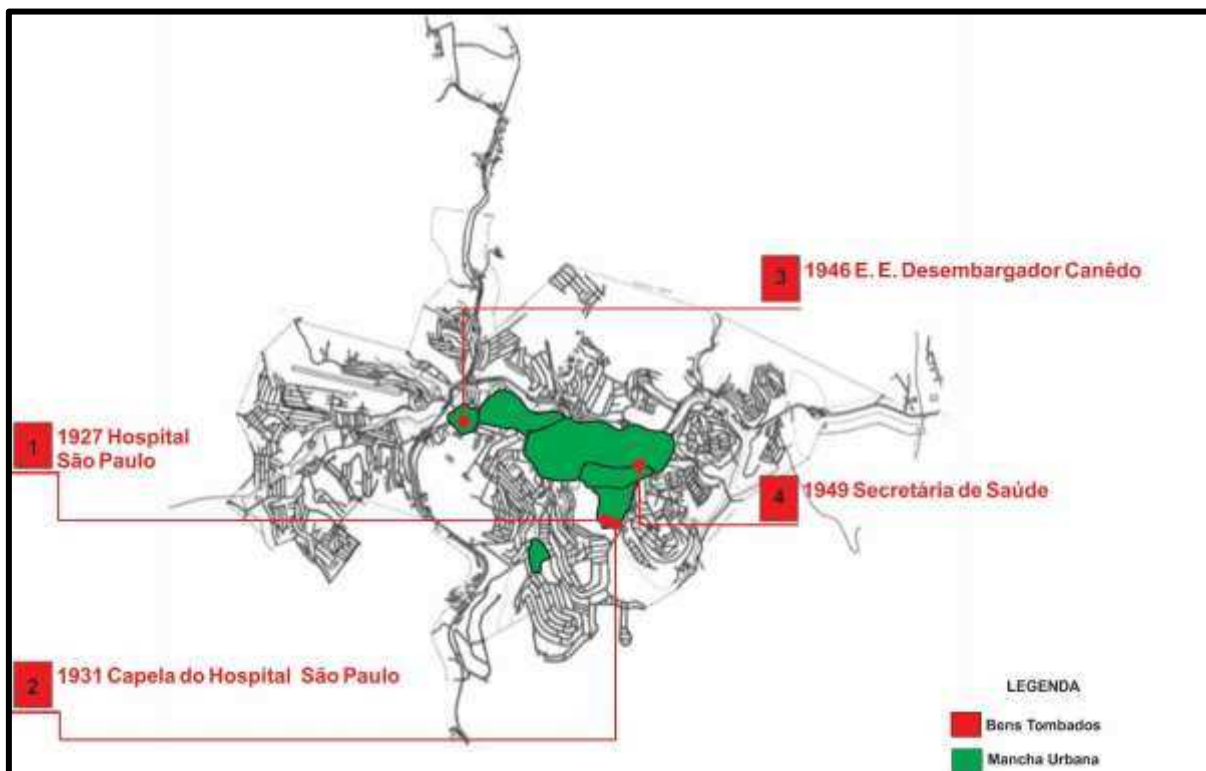
Figura 24 – Evolução Urbana sob a ótica dos bens tombados do Primeiro Quarto (1900-1925) do século XX



Fonte: Arquivo da autora desenvolvido através de registros documentais, 2017.

A Figura 25 ilustra a evolução urbana sob a ótica dos bens tombados no segundo quarto (1925-1950) do século XX. Quatro bens arquitetônicos foram edificados neste período, sendo um (E. E. Desembargador Canêdo) deles fora da região central de Muriaé e dois deles (Hospital São Paulo e Capela do Hospital São Paulo) na linha de transição da região central para a região periférica.

Figura 25 – Evolução Urbana sob a ótica dos bens tombados do Segundo Quarto (1925-1950) do século XX

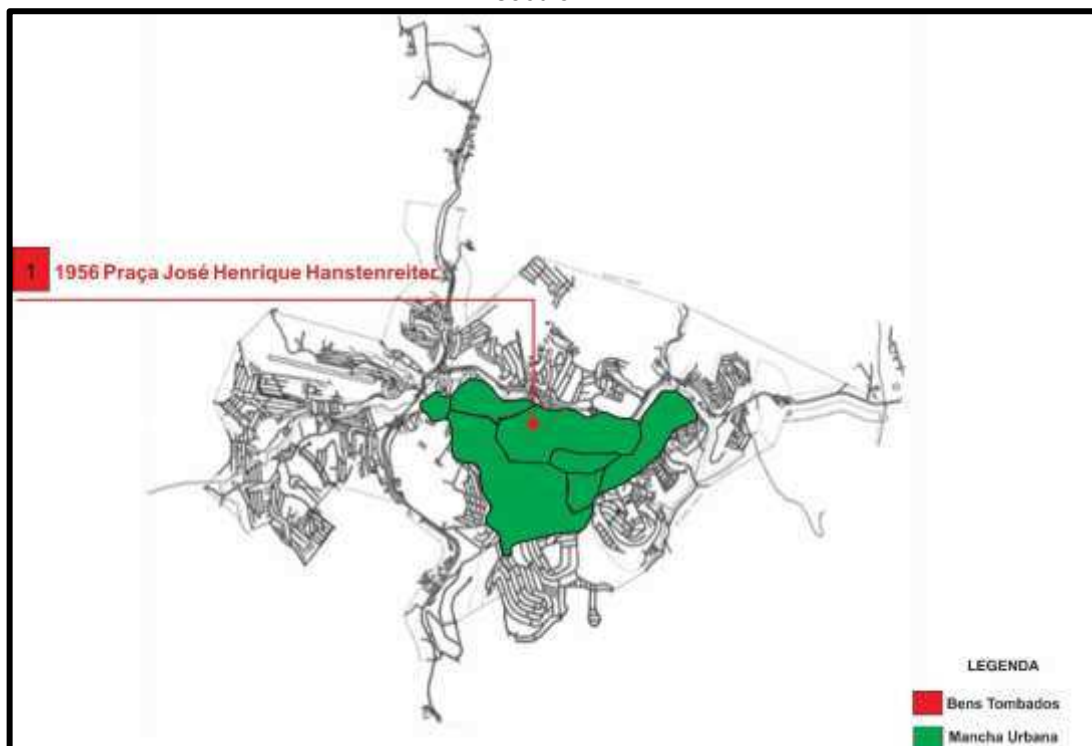


Fonte: Arquivo da autora desenvolvido através de registros documentais, 2017.

A figura 26 ilustra a evolução urbana sob a ótica dos bens tombados no terceiro quarto (1950-1975) do século XX. Nesse período apenas um (Praça José Henrique Hanstenreiter) bem paisagístico foi tombado.

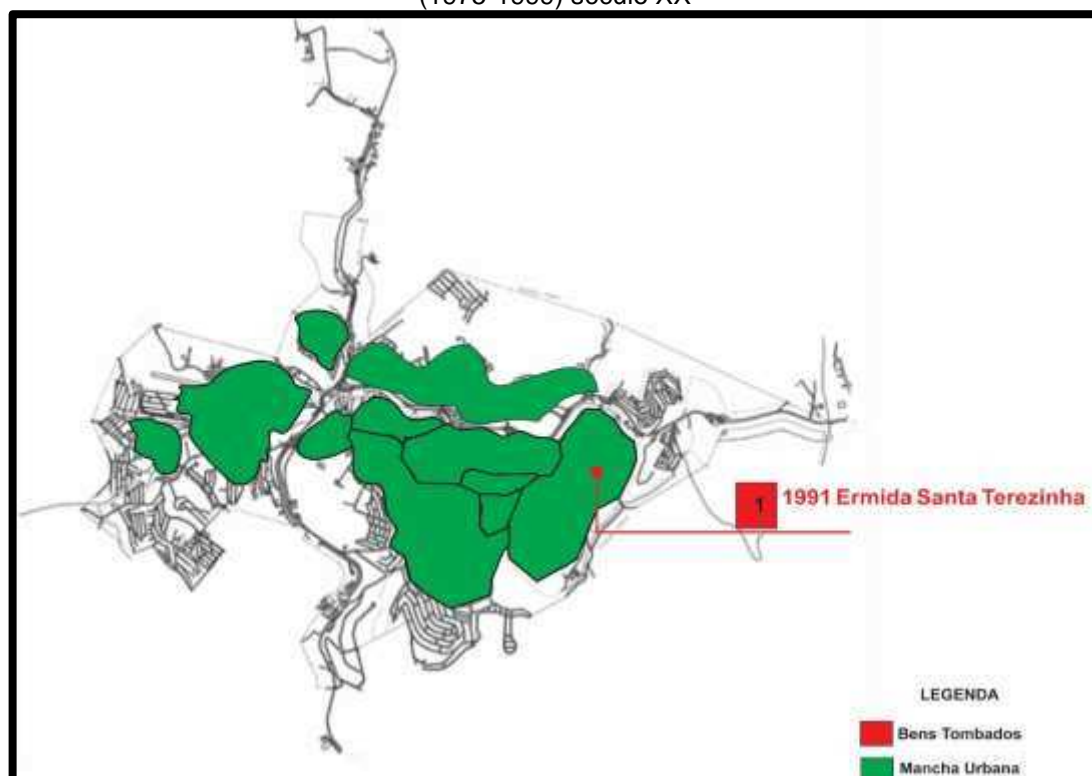
E por fim, a figura 27 ilustra a evolução urbana sob a ótica dos bens tombados no último quarto (1975-1999) do século XX. Nesse período, assim como no período anterior, foi tombado apenas um (Ermida Santa Terezinha) bem arquitetônico. Tal bem não está inserido na região central de Muriaé e sim em um bairro periférico chamado Santa Terezinha.

Figura 26 – Evolução Urbana sob a ótica dos bens tombados do Terceiro (1950-1975) Quarto do século XX



Fonte: Arquivo da autora desenvolvido através de registros documentais, 2017.

Figura 27 – Evolução Urbana sob a ótica dos bens tombados do último Quarto (1975-1999) século XX



Fonte: Arquivo da autora desenvolvido através de registros documentais, 2017.

É possível observar que no século XX predominavam ocupações que despertaram o interesse de preservação na região central da cidade, porém, é possível também observar que outras ocupações de interesse de preservação foram inseridas em regiões periféricas, fato que ilustra o espraiamento urbano de Muriaé.

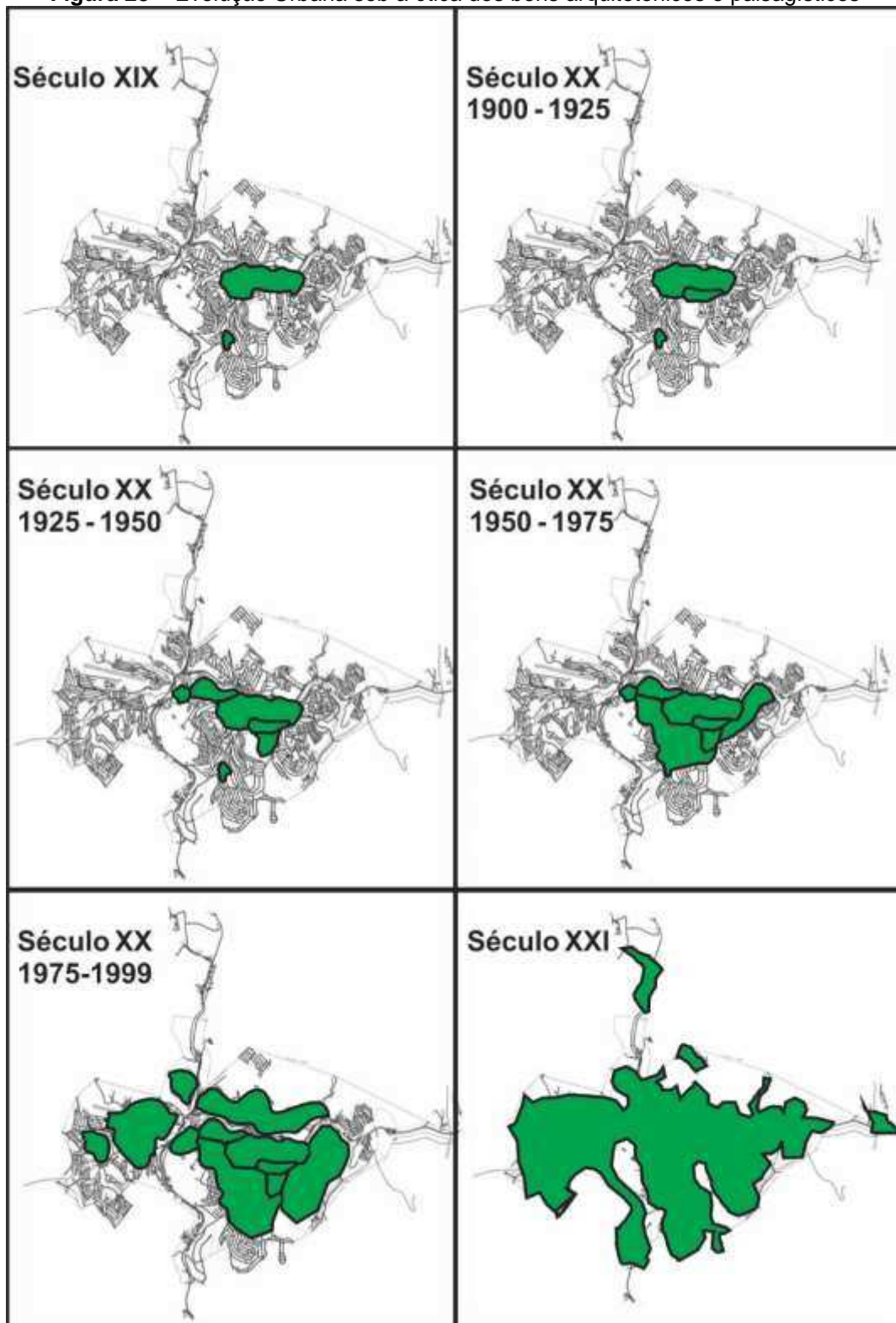
Cada bem arquitetônico no centro conta a história evolutiva da cidade e tem uma importância temporal neste traçado urbano.

A Zona de Preservação Histórica, criada no macrozoneamento urbano do Plano Diretor de Muriaé (2006), evidencia a necessidade de se preservar o traçado urbano central, composto por um rico acervo histórico e cultural.

A Figura 28 traz o comparativo dos mapas anteriores. Ela relaciona as manchas de ocupação urbana ao longo do tempo, produto da inserção de bens patrimoniais em Muriaé. É possível destacar que as ocupações da região central remetem aos primórdios da cidade, ou seja, a região central foi uma das primeiras regiões a serem ocupadas. Posteriormente, há ocupações espraiadas, em regiões distintas, que afirmam um adensamento mais homogêneo na cidade. Vale ressaltar que, o fato de os bens patrimoniais terem sido edificadas em uma determinada data, não quer dizer que o bairro em que estão inseridos já não existia, ou seja, o bem patrimonial pode ter sido edificado depois de o bairro já está consolidado, como o caso da Ermida Santa Terezinha, no bairro de mesmo nome. Edificada no ano de 1991, a Ermida foi edificada no mesmo local onde existia uma antiga caixa d'água que abastecia a população do bairro em questão.

Até meados do século XX a mancha urbana estava condensada no entorno dos bens tombados, com o passar dos anos e com a consequente evolução nos meios de transporte e construção civil, o adensamento urbano começa a se desenvolver em outras regiões da cidade.

Figura 28 – Evolução Urbana sob a ótica dos bens arquitetônicos e paisagísticos



Fonte: Fonte: Acervo da Autora, 2017

3.5.2. O patrimônio em Muriaé sob a ótica da Carta da Xi'an

A Declaração de Xi'an (2005)¹⁵ dispõe sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural e cuida salientar que o meio ambiente cultural é constituído por bens culturais, cuja interpretação compreende aqueles que possuem valor histórico, artístico, paisagístico, turístico, refletindo as características de uma determinada sociedade.

São aptos a integrarem o entorno, além dos imóveis que envolvem o bem tombado, todos os elementos que compõem um determinado espaço urbano ou construído (tais como o mobiliário urbano, a pavimentação, cartazes e painéis publicitários) e o meio natural (vegetação, topografia do terreno) (RUIZ, 1997). O entorno entranha um meio para concretização da proteção maximizada do bem tombado. Pode-se defini-lo como uma técnica de proteção, um aliado a mais na compreensão do bem cultural tombado. As áreas de entorno – também designadas como circundantes ou envoltórias – encarnam espaços geográficos que, mesmo não sendo eles próprios portadores de valor cultural, exercem uma influência direta na conservação e desfrute dos bens culturais patrimonializados através do vínculo do tombamento (MARCHESAN, 2006).

Na percepção de Choay, “o entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial”, razão pela qual, na maior parte dos casos, isolar ou destacar um monumento equivale a mutilá-lo (CHOAY, 2001, p. 201).

Para o IPHAN ficam considerados como sinônimos áreas de vizinhança, ambiência e tutela, como entorno.

“... como conceito se refere à área que envolve o bem tombado, cuja preservação é necessária para manter sua integridade. Os significados e valores atribuídos a essa área variam com o tempo, até o reconhecimento atual da pertinência da atribuição do valor cultural aos bens tombados.” (IPHAN/UNESCO, 2007).

O entorno é sinônimo de área envoltória que circunda o bem tombado, conformando uma paisagem que pode ser composta de vazios, cheios, bens imóveis

¹⁵ Adotada em Xi'an, China 21 de Outubro de 2005.

e móveis, naturais e artificiais. A constituição da área de entorno pode ser extremamente ampla, contando com todos os elementos que integram aquele espaço previamente delimitado como tal e que, por sua natureza, pode ser tanto urbano como rural.

Dessa forma, pontua-se o patrimônio histórico de Muriaé e o perímetro de tombamento de seus bens sob tais especificações explanadas na Declaração de Xi'an (2005).

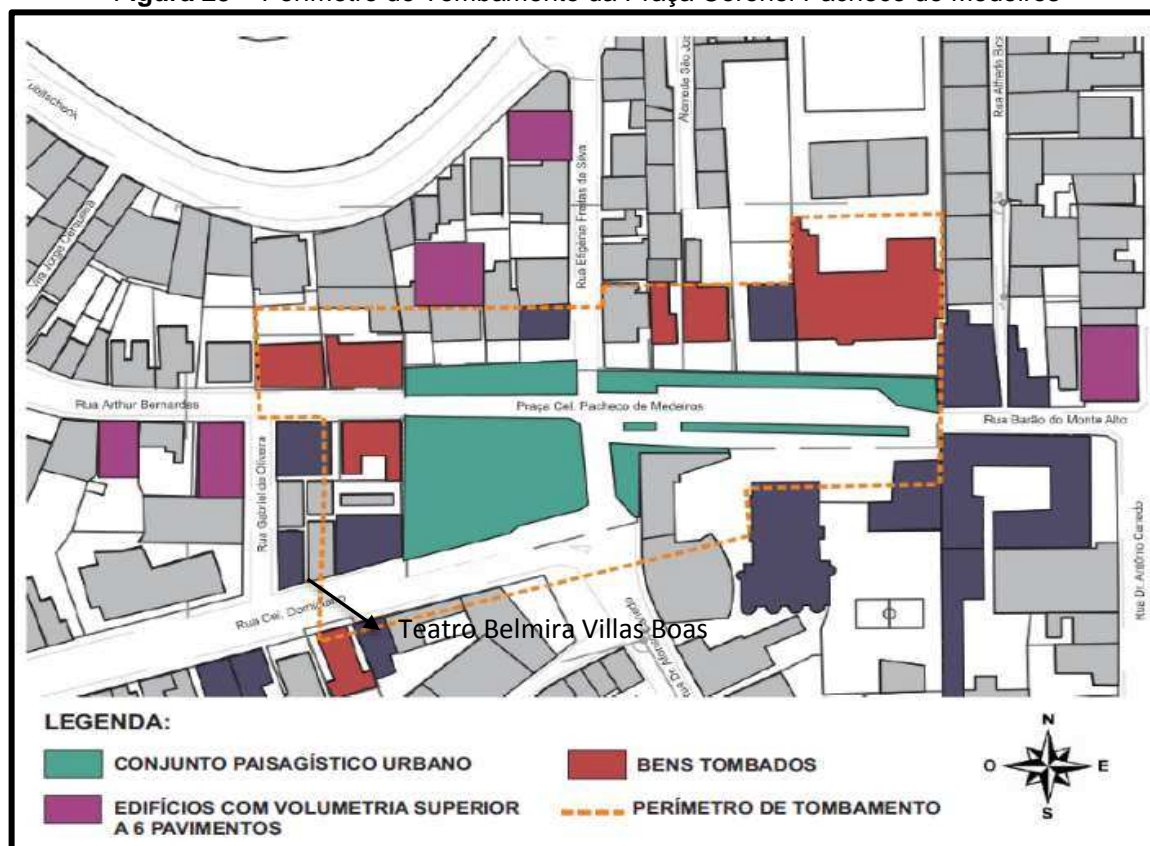
Observa-se, através das análises dos dossiês dos bens municipais, que o patrimônio tombado de Muriaé possui perímetro de tombamento estritamente nas linhas da edificação ou em alguns casos nas linhas do lote em que o bem está inserido, como no caso do Teatro Belmira Villas Boas, ilustrado na Figura 29.

Apesar disso, existem dois tombamentos de conjunto paisagístico urbano, referentes as praças Coronel Pacheco de Medeiros e João Pinheiro.

Em ambos os casos mencionados não existe uma proteção da ambiência dos bens, ou seja, não existe uma preocupação com as visadas e, ou com a paisagem em que os bens estão inseridos.

O fato das leis de ordenamento territorial e patrimonial não serem aplicadas, aliado à fragilidade da demarcação dos perímetros de tombamento dos bens fazem com que, a ambiência não seja respeitada, tendo por consequência construções de grande porte bem próximas aos edifícios protegidos, causando danos estruturais e culturais. Esse fato pode ser observado na Figura 29.

Figura 29 – Perímetro de Tombamento da Praça Coronel Pacheco de Medeiros



Fonte: Acervo da Autora, 2017.

A Declaração de Xi'an (2005) salienta a importância do entorno na proteção do bem cultural, ela ressalta a necessidade de se preservar a ambiência do bem, fato muitas vezes não compreendido em muitos tombamentos, como se pode observar no perímetro de tombamento da Praça Coronel Pacheco de Medeiros inserida na Zona de Preservação Histórica da cidade de Muriaé.

Compreender, documentar e interpretar os entornos é essencial para definir e avaliar a importância como patrimônio de qualquer edificação, sítio ou área e, para se incluir o entorno nesta compreensão, demanda-se uma abordagem multidisciplinar e a utilização de diversas fontes de informação.

Os instrumentos para a gestão do entorno compreendem medidas legislativas específicas, qualificação profissional, desenvolvimento de planos ou sistemas integrados de conservação e gestão e a utilização de métodos idôneos de avaliação do impacto do bem cultural. As silhuetas, os panoramas e as distâncias adequadas,

entre qualquer novo projeto público ou privado e as edificações, os sítios e as áreas do patrimônio são fatores fundamentais a serem considerados para evitar distorções visuais e espaciais ou usos inadequados no entorno.

Como consequência desse perímetro de tombamento restrito ao lote, há permissão do adensamento vertical em lotes próximos aos bens protegidos. Esse fato que faz com que o entorno seja adensado, causando danos ao bem patrimonial em si (danos culturais e danos físicos), principalmente no que diz respeito às suas visadas, como representado na Figura 30 a seguir.

Figura 30 – Bens Municipais Tombados (Biblioteca Municipal Vivaldi wenceslau Moreira e E.E. Dr. Silveira Brum) e sua ambiência.



Fonte: Arquivo Pessoal

Neste capítulo foi possível fazer uma análise da cidade de Muriaé, sua geografia, economia, dados sociais e históricos. A princípio fez-se uma análise do panorâmica histórico, o descobrimento, os primeiros ocupantes, os ciclos econômicos que influenciaram na evolução da cidade e os acontecimentos históricos relevantes.

Foi possível também, fazer uma análise e reflexão sobre a definição e composição do que se identifica como cidade média. Considerando-se os diversos níveis analíticos interpretativos sobre as mesmas, em específico, a cidade de Muriaé, identificaram-se vários fatores que possibilitaram a sua consolidação como cidade média. Fatores estes além do seu critério quantitativo, como sua influência direta com as demais cidades, seus atrativos, seja em ofertas de emprego, serviços de atendimento à saúde e educação. Por outro lado o processo que a consolidou como cidade média aconteceu de forma não planejada, fato que desencadeou vários problemas urbanos.

Muriaé teve seu processo de formação durante muitos anos restrito à região central onde, boa parte dos bens patrimoniais estão inseridos, e ainda hoje a maioria das atividades do dia a dia são realizadas neste espaço.

Analisou-se com a cidade evoluiu morfologicamente. Através de análises de mapas e fotografias antigas foi possível identificar os principais norteadores da expansão urbana do município. Foram analisadas as leis urbanas vigentes, em especial o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, e através desta análise foi possível identificar as falhas e brechas que permitem o adensamento intenso na Zona de Preservação Histórica. Por fim, refletiu-se sobre a evolução urbana sob a ótica dos bens tombados de Muriaé e a importância do entorno na preservação dos bens patrimoniais de uma cidade.

No capítulo a seguir realiza-se uma análise do processo tipo-morfológico na Zona de Preservação Histórica de Muriaé, onde é possível pontuar as principais tipologias arquitetônicas presentes nos bens tombados e sua evolução ao longo do tempo. Faz-se também uma análise do comportamento destes bens arquitetônicos no tecido urbano. Analisam-se as políticas públicas de ordenamento territorial de Muriaé e como tais políticas têm interferido no ordenamento atual da cidade, principalmente na região central, a chamada Zona de Preservação Histórica - ZPH.

4. ANÁLISE DA ÁREA DE ESTUDO – ZONA DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA

Este capítulo aborda uma análise mais criteriosa na Zona de Preservação Histórica de Muriaé.

A princípio delimita-se, com base no macrozoneamento urbano presente na Lei N. 3.377/2006 (Lei do Plano Diretor), o recorte em estudo correspondente à Zona de Preservação Histórica. Em seguida, expõe-se sobre os bens arquitetônicos inseridos neste recorte e faz-se uma análise de como tais bens se comportam no tecido urbano e como o crescimento sem o planejamento adequado desta Zona tem interferido negativamente na ambiência dos bens arquitetônicos.

Em um segundo momento, é realizada uma análise, pautada nos estudos de Pereira Costa (2012), do processo tipo-morfológico na Zona de Preservação Histórica de Muriaé, onde é possível pontuar as principais tipologias arquitetônicas presentes nos bens tombados e sua evolução ao longo do tempo. Faz-se também uma análise do comportamento destes bens arquitetônicos no tecido urbano.

Por fim, analisam-se as teorias e as práticas das Leis de Ordenamento do Solo Urbano em Muriaé/MG e em seguida, de forma mais específica analisam-se as leis de ordenamento urbano na Zona de Preservação Histórica e como tais leis têm estruturado o desenho urbano deste recorte em estudo.

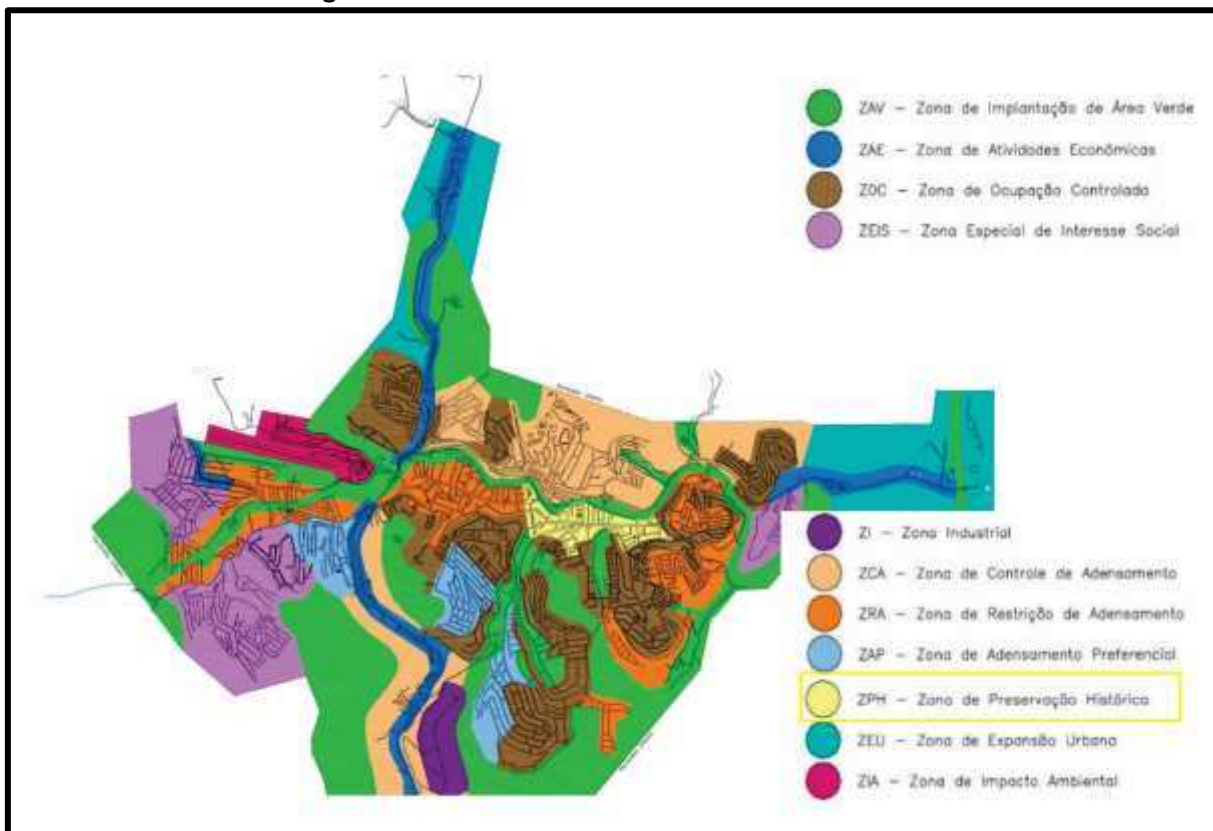
A política urbana trata da ordenação do território da cidade, buscando a produção de um ambiente de qualidade.

4.1. Delimitação do objeto de estudo: Zona de Preservação Histórica de Muriaé, Minas Gerais

O macrozoneamento urbano está disposto no Capítulo III da Lei nº. 3.377/2006. Ele delimita e institui as regras gerais para o ordenamento do território urbano, tendo como referência as características dos ambientes natural e construído. Tem por objetivo o controle do adensamento e da verticalização da região central, região essa de maior concentração de bens de interesse patrimonial.

A área urbana foi subdividida em onze zonas, conforme Figura 31. A de maior relevância neste trabalho diz respeito à Zona de Preservação Histórica (ZPH), que compreende as áreas necessárias para a preservação e consolidação da memória do patrimônio histórico de Muriaé.

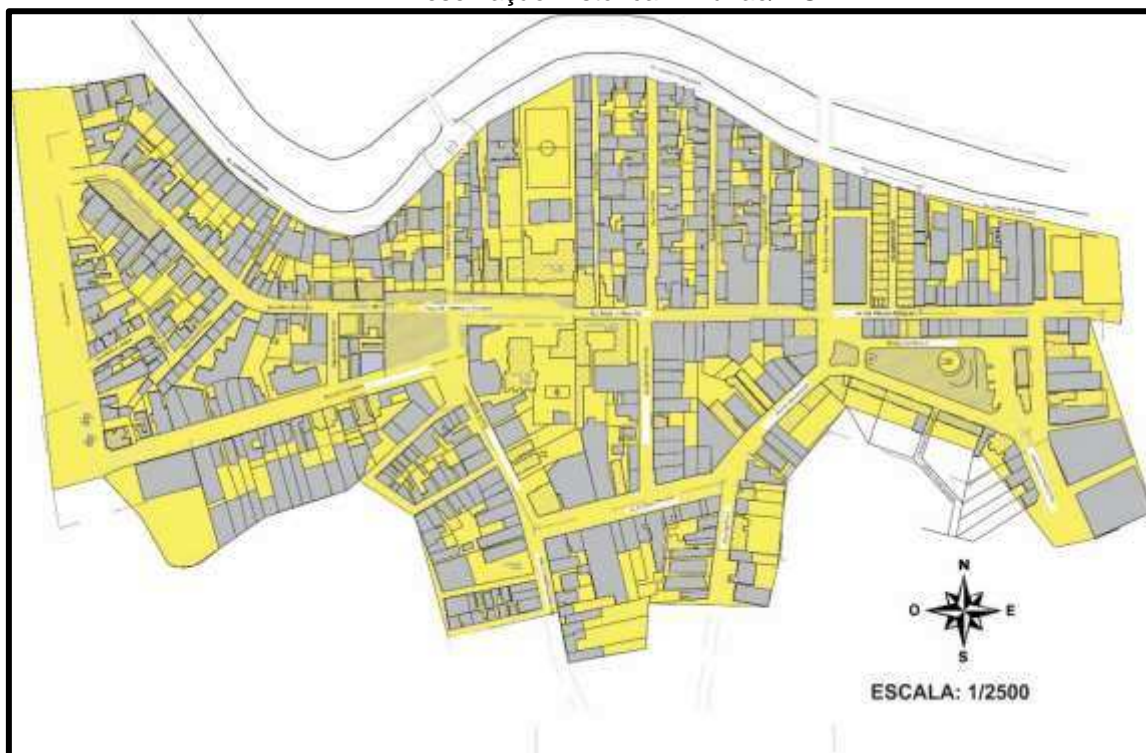
Figura 31 – Macrozoneamento Urbano - Muriaé/MG



Fonte: Prefeitura Municipal de Muriaé/MG, 2006.

A ZPH corresponde à parte embrionária de Muriaé, onde se tem relatos das primeiras ocupações e um grande número de bens culturais preservados. O patrimônio arquitetônico de Muriaé é composto por um diversificado acervo de bens culturais, de grande importância não só para a história do município, mas também para a inserção dessa história no cotidiano de seus moradores. A área corresponde ao centro comercial e institucional da cidade, além de abrigar muitas edificações residenciais e mistas, e está representada pela Figura 32 a seguir.

Figura 32 – Fragmento do Macrozoneamento Urbano que evidencia a Zona de Preservação Histórica – Muriaé/MG



Fonte: Prefeitura Municipal de Muriaé

4.2. Os Bens Arquitetônicos na Zona de Preservação Histórica

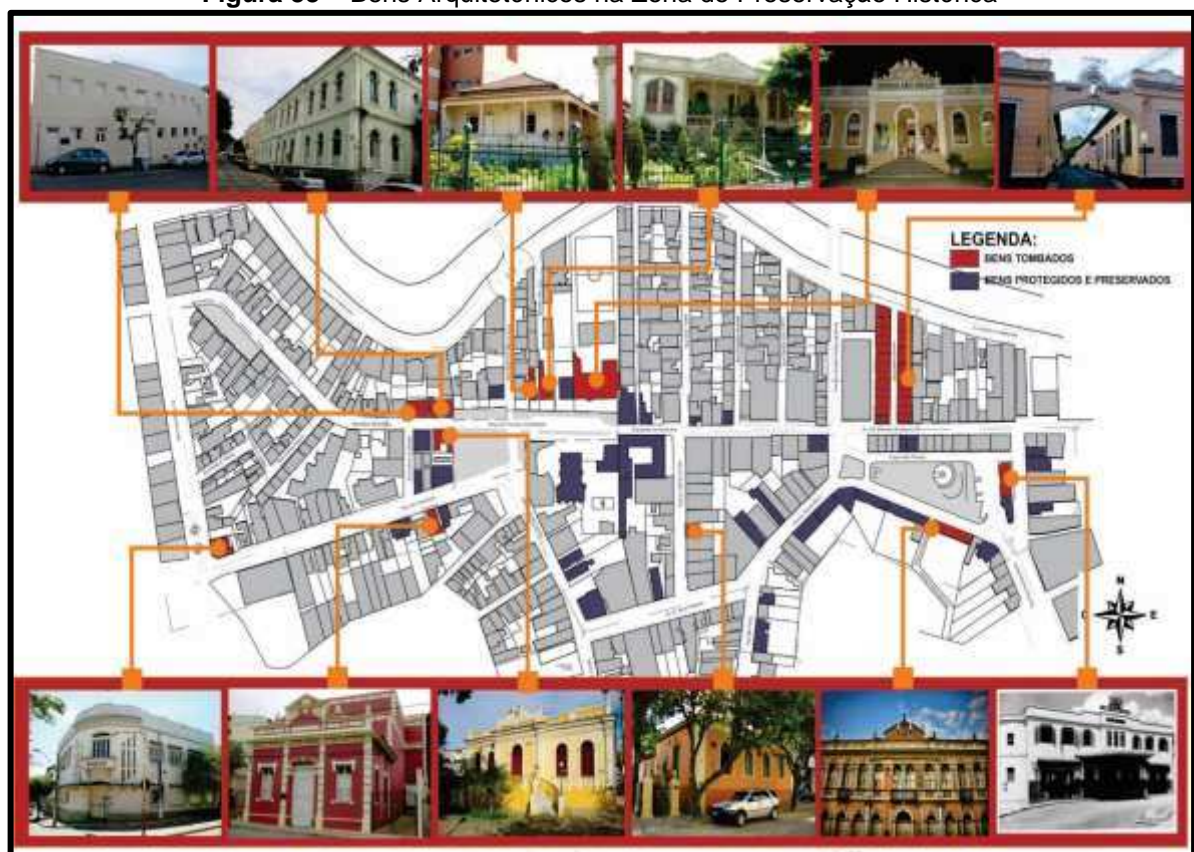
Muriaé possui 30 bens patrimoniais protegidos por tombamento pelo município, dos quais 21 estão inseridos na ZPH. Dentre esses 21, 12 são bens arquitetônicos. São, em sua grande maioria, edifícios públicos, conservados e todos em uso. Os bens arquitetônicos contam a sua história ao longo do tempo e lhe conferem características ímpares (FUNDARTE, 2017).

Nos últimos anos, Muriaé passa por um processo de transformação e se torna uma cidade de influência nas demais cidades do seu entorno, pela oferta de serviços em saúde, educação, emprego, comércio dentre outras atividades, e, tal fato acelera o crescimento da mesma e desencadeia um considerável adensamento no centro urbano, principalmente na ZPH. A cidade ainda mantém a tradição de se morar no centro, onde mercados, comércios, escolas e locais de trabalho se misturam e facilitam a mobilidade além de otimizar o tempo do morador. Por essa questão cultural e pela conseqüente procura de moradias no centro da cidade, novos edifícios estão sendo construídos na região. Algumas edificações são demolidas para dar espaço a

grandes empreendimentos e terrenos baldios se transformam em estacionamentos privados. Essas ações de interesses imobiliários são danosas à preservação e à conservação histórica dos bens arquitetônicos.

Grande parte dos bens arquitetônicos na Zona de Preservação Histórica da cidade são públicos ou institucionais e, por estarem sob aparato legal da lei de proteção municipal de tombamento se mantêm resguardados da especulação imobiliária, mas não imunes aos impactos nas suas vizinhanças. Por outro lado, as edificações que não são de interesse de histórico, que estão inseridas na ZPH e que fazem parte da ambiência dos bens protegidos, estão sob o foco constante dos interesses imobiliários. A Figura 33 traz a locação dos bens arquitetônicos na Zona de Preservação Histórica, Zona esta que sofre constantemente ações de interesses imobiliários.

Figura 33 – Bens Arquitetônicos na Zona de Preservação Histórica



Fonte: Acervo da Autora, 2017.

Dessa forma, as visadas e a ambiência dos bens arquitetônicos estão constantemente ameaçadas pelas novas edificações que não levam em consideração os danos no entorno, com verticalizações significativas e taxas de ocupação no limite permitido por lei, em sua grande maioria. O fato mencionado anteriormente pode ser ilustrado pela Figura 34, onde o patrimônio arquitetônico representado pelo Grande Hotel Muriaé tem sua ambiência comprometida pela construção de um edifício de duas torres que possui uma verticalização intensa no que se refere ao comprometimento das visadas do bem em questão.

Figura 34 – Edifício sendo construído no lote posterior ao bem tombado Muriaé-MG



Fonte: Acervo da Autora, 2017.

4.3. Análise do processo tipo-morfológico na Zona de Preservação Histórica de Muriaé

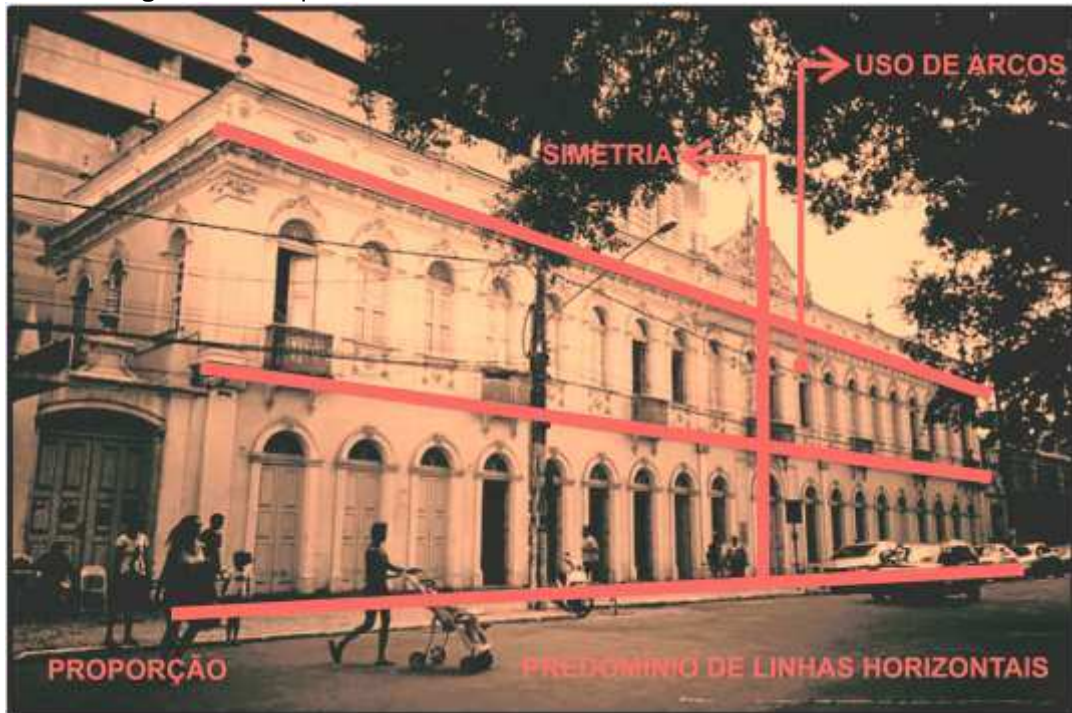
Baseado na análise metodológica do processo tipo-morfológico na paisagem urbana de Ouro Preto/MG que, apresenta a aplicação da Escola Italiana de Morfologia Urbana por meios de exemplos práticos, desenvolvida por Pereira Costa (2012); foi desenvolvida aqui uma análise da evolução dos tipos-morfológicos dos bens arquitetônicos na Zona de Preservação Histórica de Muriaé.

Embora Pereira Costa (2012) tenha se debruçado na análise da evolução tipomorfológica dos edifícios em geral da cidade de Ouro Preto ao longo dos anos, aqui utiliza-se da metodologia da autora para se fazer uma análise específica da tipologia dos bens arquitetônicos tombados inseridos na Zona de Preservação Histórica de Muriaé. Em Muriaé, predomina o estilo arquitetônico eclético nas edificações tombadas mas são encontrados também o estilo neoclássico e Art Decó.

A arquitetura neoclássica tem como características a retomada dos modelos clássicos, o uso da matemática e da geometria, a busca da perfeição e da beleza, preocupação com a proporção, formas equilibradas e harmoniosas, busca da simetria e da ordem, estilo formal e individual, temas religiosos, mitológicos e da natureza, uso dos arcos, abóbodas, cúpulas e colunas e predomínio das linhas horizontais (BENEVOLO, 1984). O Grande Hotel Muriaé (Figura 35) é o símbolo mais importante da tipologia neoclássica na cidade.

A tipologia da arquitetura neoclássica é caracterizada pela simplicidade formal, com cornijas e platibandas como recurso formal. Em geral as linhas básicas da composição eram marcadas por pilastras, sobre as quais, nas platibandas, dispunham-se objetos de louça do Porto, como compoteiras ou figuras representando as quatro estações do ano, os continentes, as virtudes, etc. Janelas e portas se destacavam enquadradas em pedra aparelhada e arrematadas em arco pleno, em cujas bandeiras dispunham-se rosáceas mais ou menos complicadas, com vidros coloridos (MIRABENT, 1991). A Figura 36 ilustra tal estilo em uma Residência inserida na ZPH.

Figura 35 – Arquitetura Neoclássica, Grande Hotel Muriahé/Muriaé-MG



Fonte: Acervo da Autora, 2017.

Figura 36 – Arquitetura Neoclássica, Residência 118/Muriaé-MG



Fonte: Acervo da Autora, 2017.

A arquitetura eclética refere-se a um movimento arquitetônico predominante desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX. O ecletismo é

considerado uma mistura de estilos arquitetônicos do passado que juntos, compõem uma nova linguagem arquitetônica.

O estilo eclético é marcado pelas edificações com base, corpo e coroamento, simetria, composição e proporção eram as diretrizes do projeto, uso de ornamentos com colunas e flores, surgimento dos porões e utilização de elementos arquitetônicos como, platibanda, arco, bandeira e pináculos e de cores claras em tons pastel (FABRIS, 1987).

Trabalha com a valorização da esquina chanfrada, conservação do alinhamento da via através das edificações e utilização do recuo lateral como entrada da edificação(pátio). A Figura 37 ilustra as características tipológicas dos bens arquitetônicos de estilo eclético da ZPH.

Figura 37 – Arquitetura Eclética, Paço Municipal/Muriaé-MG

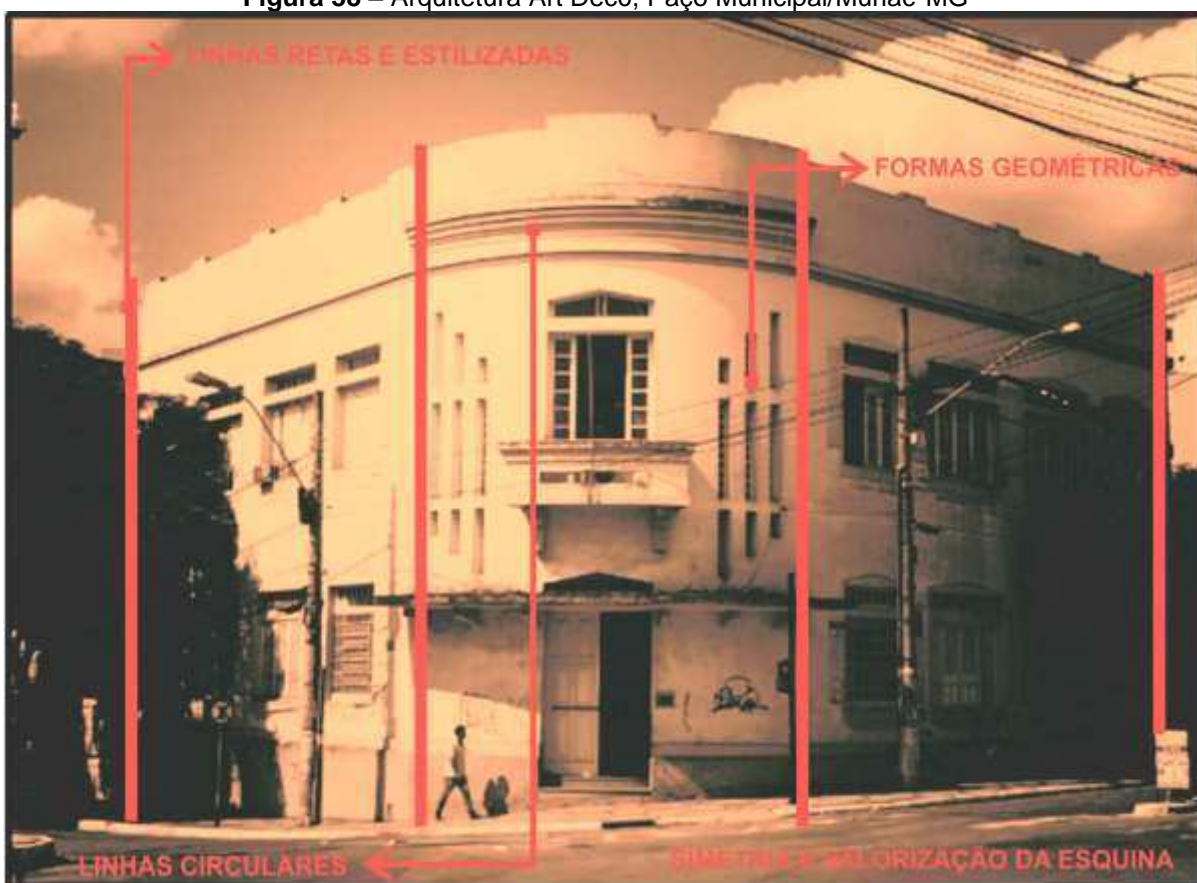


Fonte: Acervo da Autora, 2017.

Outra tipologia presente nos bens arquitetônicos tombados na ZPH é o Art Decó. É um movimento artístico que surgiu na Europa na década de 1920, com caráter decorativo, influenciando na arquitetura, design de interiores, desenho industrial, artes visuais, moda, pintura, artes gráficas e até mesmo no cinema.

As principais características deste estilo são as linhas circulares ou retas estilizadas, o uso de formas geométricas, design abstrato, janelas em madeira ou ferro, simétrica, com acesso centralizado ou valorizando a esquina (CORREIA, 2008). Alguns desses elementos estão ilustrados na Figura 38.

Figura 38 – Arquitetura Art Decó, Paço Municipal/Muriaé-MG



Fonte: Acervo da Autora, 2017.

A partir das análises dos estilos arquitetônicos presentes nas edificações protegidas por tombamento na ZPH de Muriaé, foi possível estabelecer um comparativo da evolução cronológica das tipologias edificadas (Figura 39).

É possível também, pontuar as semelhanças e disparidades da evolução tipológica ao longo do tempo. No primeiro quadrante, o estilo renascentista representado pelo Grande Hotel Muriahé traz a predominância da horizontalidade, a simetria e a proporção.

No segundo quadrante, o neoclássico representado pela residência 118, traz a composição marcada por pilastras, platibandas, janelas e portas que se destacam enquadradas em pedra aparelhada e arrematadas em arco pleno.

O terceiro quadrante traz o estilo eclético através do edifício do Paço Municipal, base, corpo e coroamento bem marcados, presença de simetria e proporção, o surgimento dos porões e utilização de elementos arquitetônicos como, platibanda, arco, bandeira e pináculos também se fazem presentes na edificação.

E por fim, no quarto quadrante, o Art Decó representado pelo antigo prédio do Fórum, estilo este que mais se diverge dos apresentados anteriormente. A edificação apresenta linhas circulares e linhas retas estilizadas, formas geométricas, simetria, acesso centralizado valorizando a esquina em que se insere.

O caráter simétrico se mantém em todos os estilos. Cada estilo relaciona-se com o período econômico e cultural em que a cidade esteve inserida e, através da análise de cada estilo mencionado foi possível estabelecer as tipologias presentes nos bens arquitetônicos tombados da ZPH de Muriaé.

Figura 39 – Evolução das Tipologias Arquitetônicas na ZPH /Muriaé-MG



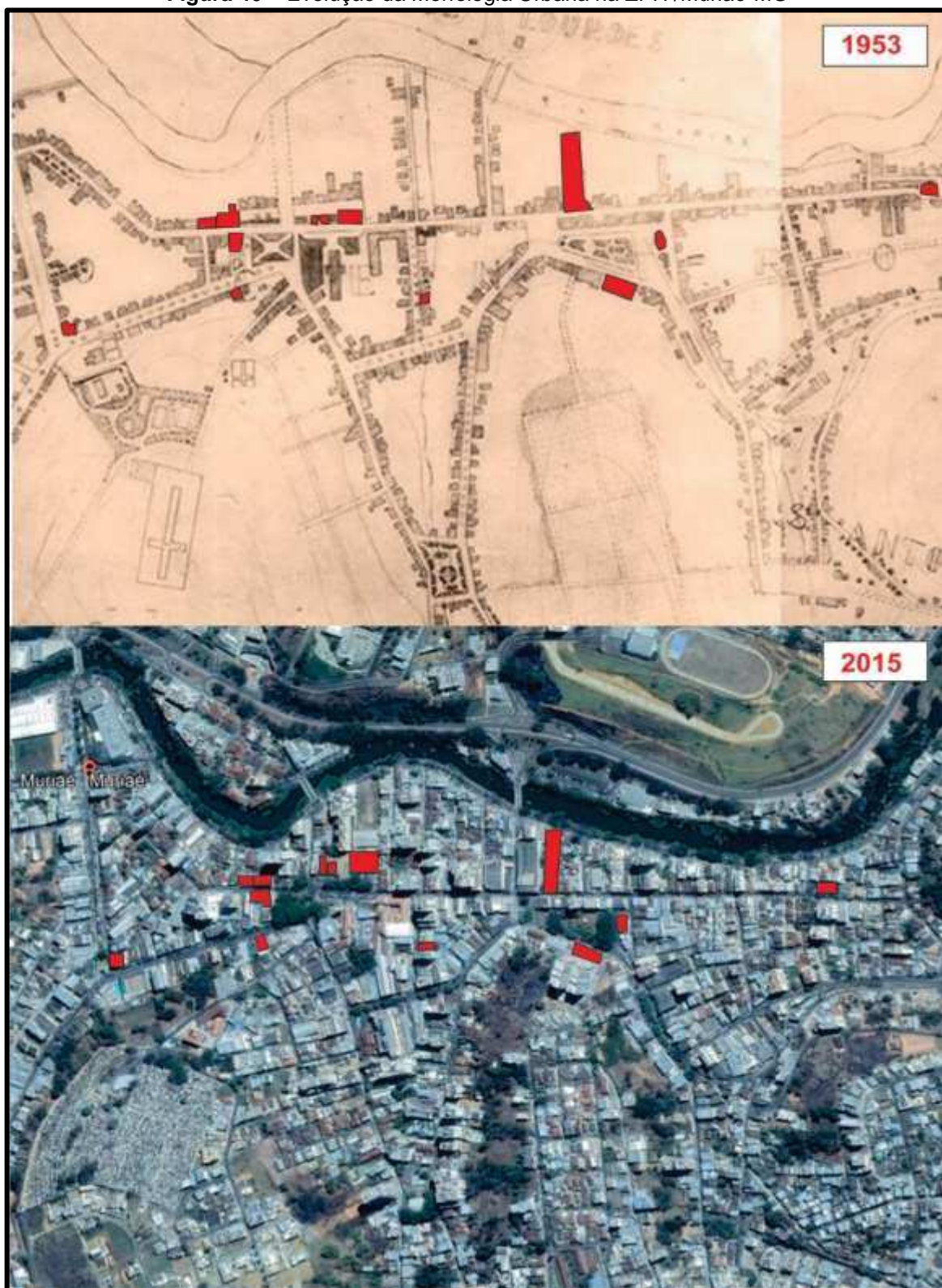
Fonte: Acervo da Autora, 2017.

Paralela à análise da tipologia das edificações tombadas na Zona de Preservação Histórica, faz-se também aqui a análise da inserção dessas edificações no tecido urbano ao longo do tempo.

A Figura 40 traz um comparativo do mesmo fragmento urbano (ZPH) em períodos distintos, o primeiro, ano de 1953, corresponde ao primeiro registro cartográfico e documental da área em estudo. Nele é possível observar a predominância de vazio em detrimento dos cheios, onde as edificações preservavam os fundos de seus lotes.

A segunda imagem corresponde ao ano de 2015, onde todo o território em estudo já se mostra bastante adensado, os fundos dos lotes foram ocupados por outras edificações em períodos distintos. É importante ressaltar os bens arquitetônicos inseridos em vermelho nos mapas representados pela Figura 40.

Figura 40 – Evolução da Morfologia Urbana na ZPH /Muriaé-MG



Fonte: Acervo desenvolvido pela Autora.

4.4. Leis de Ordenamento do Solo Urbano em Muriaé/MG – Teorias, Práticas e Análises

As características de cidade média fizeram com que a cidade se expandisse de forma rápida e não planejada; o adensamento territorial e o inchaço visível no centro urbano não foram acompanhados por leis efetivas e ou revisadas. Dessa forma, encontra-se a seguir, uma análise das principais leis vigentes no município, suas características teóricas, a aplicação das mesmas no território urbano, falhas e defasagens.

4.4.1. Lei de Uso e Ocupação do Solo de Muriaé/MG

A Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade de Muriaé foi aprovada no ano 1987¹⁶. No capítulo III, destinado ao Zoneamento territorial, encontram-se dispostos 6 zoneamentos distintos: Zona Residencial (ZR), Zona Comercial (ZC), Zona Industrial (ZI), Setores Especiais (SE), Zona de Expansão Urbana (ZEU) e Zona Rural (ZR); cada zoneamento mencionado possui outras subdivisões mais específicas.

Muriaé se expandiu territorialmente e evoluiu consideravelmente desde a implantação da primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo. Desde sua aprovação, sofreu 37 alterações com adição de artigos, modificações em zoneamentos e limites de gabaritos (volumetrias) dentre outras¹⁷.

Nele foram previstas, em seu artigo 51, a aprovação e a atualização da lei de uso e ocupação do solo. Embora a própria equipe de profissionais da UFMG tenha elaborado uma revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo com data de aprovação estimada para o ano de 2007, a mesma não foi aprovada.

As diretrizes para o uso e ocupação do solo em Muriaé voltam a ser reguladas pela Lei nº 5.441/2017, já que, desde 1988, quando a antiga lei foi revogada, não se normatizava esta ação no município. Este projeto aprovado na Câmara no dia 20 de

¹⁶ Constituída de normas de uso e ocupação no município dispõe de zoneamento, disciplina do parcelamento do solo, fixação das categorias do uso do solo urbano, tipos de edificação, delimitação de áreas especiais reservadas ao sistema viário estrutural da cidade e as áreas destinadas à execução de projetos especiais.

¹⁷ Em 2005, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) firmou convênio com a Prefeitura Municipal de Muriaé para a elaboração do Plano Diretor Municipal (LEI Nº 3.377 / 2006).

junho de 2017 e tem como objetivo primordial fixar critérios técnicos, sociais e democráticos para o uso e ocupação do solo do meio urbano, buscando o desenvolvimento autossustentado de forma a adequar a ocupação de espaços, levando em consideração a saúde e segurança da população, além dos aspectos referentes ao patrimônio ambiental e ao acervo cultural do município. Ele pretende ainda promover a conservação e promoção do patrimônio cultural edificado, evitando a concentração e dispersão excessiva da ocupação dos espaços, garantindo o desenvolvimento de uma política urbana eficiente e social em Muriaé.

4.4.2. Plano Diretor de Muriaé/MG

Ciente do prazo estipulado pela Carta Constitucional, a administração municipal da época, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, elaborou um diagnóstico de leitura da realidade municipal de Muriaé. A partir do diagnóstico, formulou-se uma minuta de anteprojeto de lei. Nesse documento são anexados todas as pesquisas, dados e entrevistas coletados ao longo do período de estudo por parte da universidade.

O prazo seria contado a partir do início da vigência do Estatuto da Cidade, período que se encerrou em 10 de outubro de 2006. Foi exatamente nesse ano, 2006, que o Plano Diretor Municipal de Muriaé, a Lei nº 3.377/2006, foi aprovado.

O Plano Diretor Participativo de Muriaé é o instrumento que respalda o Sistema Municipal de Planejamento e Desenvolvimento do município. Tem por finalidade estabelecer as diretrizes, ações e instrumentos de intervenção, planejamento e gestão urbana para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade; vincular as ações e políticas do poder público municipal, bem como, toda e qualquer intervenção pública ou privada no município.

Porém não foi colocado em prática desde então. Fato esse que pode ser ilustrado nos artigos 22 e 23 do capítulo III da Lei que dispõe sobre o Macrozoneamento Urbano e que se refere especificamente à região central, região esta que corresponde ao fragmento de estudo em questão.

Art. 22 – O Macrozoneamento delimita e institui as regras gerais para o ordenamento do território urbano, tendo como referência as características dos ambientes natural e construído.

Art. 23 – São diretrizes para o zoneamento urbano:

I. controlar o adensamento e a verticalização da região central, obedecidas às condições técnicas possíveis de cada local;

II. priorizar o adensamento em área de infraestrutura urbana consolidada;

III. definir critérios de uso e ocupação do solo para a preservação dos corredores de vento.

Parágrafo Único – Os perímetros urbanos da sede municipal, dos distritos e dos povoados do município de Muriaé serão definidos em lei específica.

Embora tenha artigos concisos, propostas bem elaboradas e objetivos claros, a Lei do Plano Diretor de Muriaé foi e ainda é pouco aplicada. A realidade é que, a mesma foi aprovada apenas para cumprir as exigências legais, fato comprovado pela não revisão do mesmo no prazo de 10 anos, estipulado pelo próprio Plano Diretor.

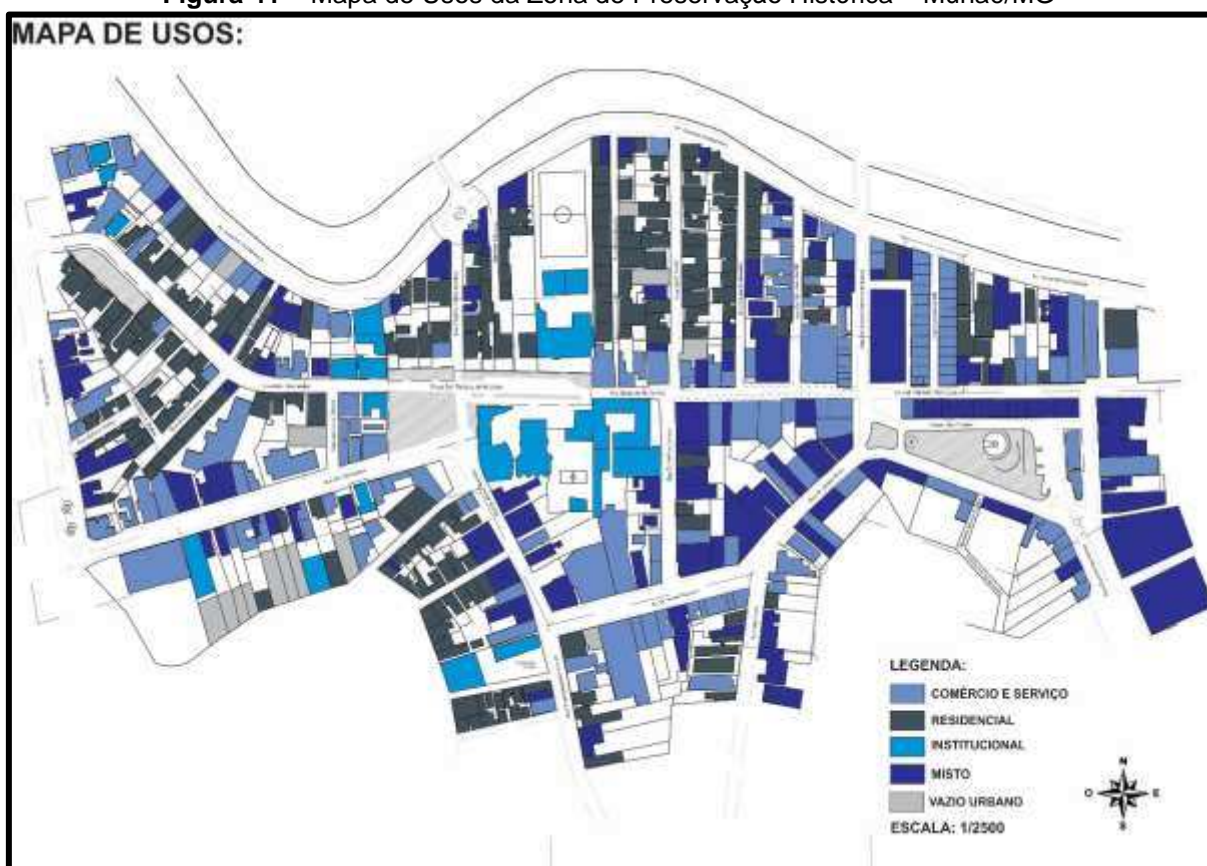
4.5. Aplicação das Leis: Zona de Preservação Histórica de Muriaé/MG

Neste tópico analisa-se a aplicação das leis municipais no recorte do objeto de estudo, ZPH de Muriaé/MG, estabelecida pelo macrozoneamento urbano. As leis em questão são: a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 1.231/1987) e o Plano Diretor (Lei nº 3.377/2006).

A ZPH corresponde ao centro histórico também é o centro comercial, institucional, legislativo e administrativo. Nele se encontram a sede da prefeitura, a maior concentração de comércio, o fórum, escolas, cinema, teatro, praças, centros culturais, supermercados, consultórios médicos e odontológicos, dentre outros, além de ser uma área com uma ocupação residencial considerável. É uma região adensada com usos múltiplos, por isso as leis se tornam muito mais complexas no que diz respeito à sua execução e aplicação.

A seguir, Figura 41, um mapa do recorte em estudo, onde se ilustra a diversidade de usos deste fragmento.

Figura 41 – Mapa de Usos da Zona de Preservação Histórica – Muriaé/MG

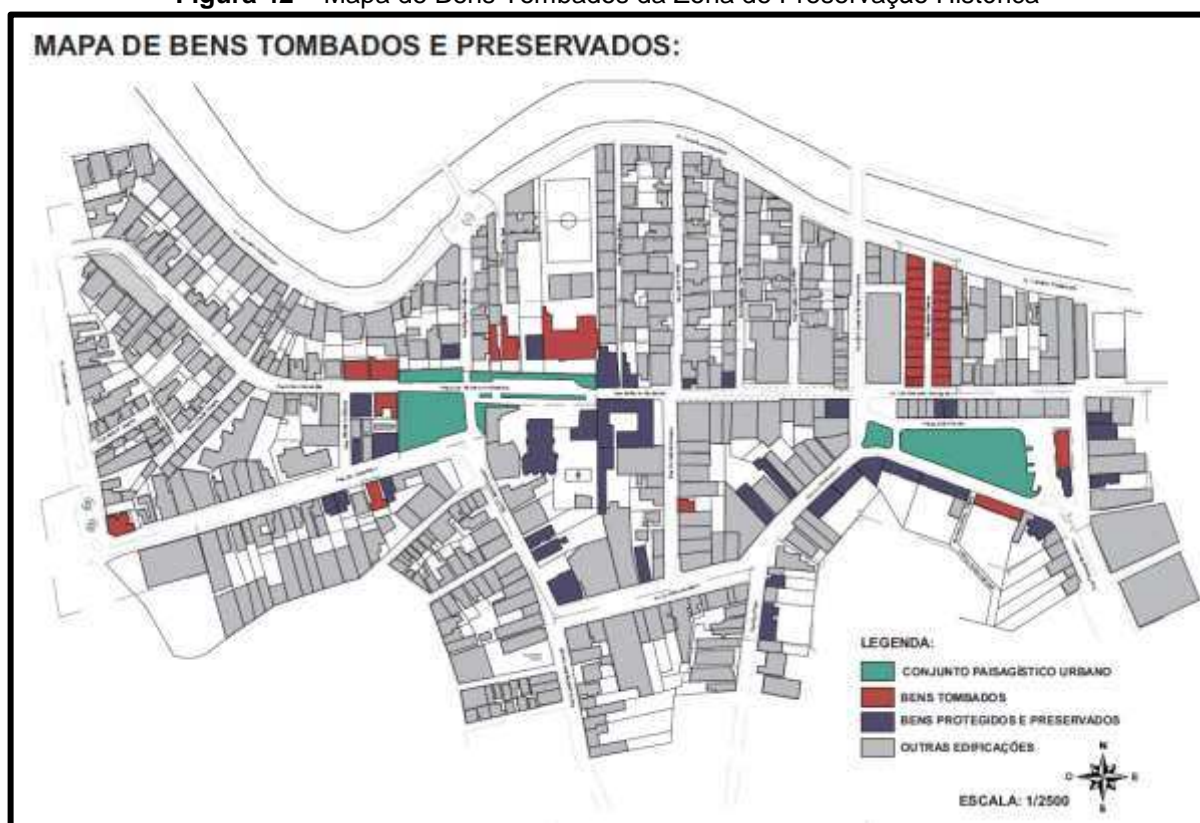


Fonte: Acervo da Autora, 2014.

Os Centros Históricos devem ser apreendidos não apenas como a síntese de processos sociais e culturais, de traços remanescentes de um passado compartilhado pelo agrupamento social; devem ser considerados, também, como símbolo revelador de práticas cotidianas, do conagraçamento popular e entrelaçamento de vivências coletivas, festas, rituais e outros mecanismos de reposição de uma memória e de uma identidade em permanente processo de transformação.

A importância histórica da área estudada se dá não só pelo fato de o espaço corresponder aos primórdios de ocupação municipal, mas também por atualmente apresentar a maior concentração de bens culturais da cidade: praças, bustos, edificações residenciais, biblioteca, centro cultural, escolas e igrejas, como representado pela Figura 42.

Figura 42 – Mapa de Bens Tombados da Zona de Preservação Histórica



Fonte: Acervo da Autora, 2014.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano - LUOSU, conta com 30 anos de aprovação. Muitos dos artigos dessa lei são específicos da época em que foi aprovada.

Alterações pontuais resolvem problemas imediatos, não o problema de adensamento desordenado da cidade como um todo. Tal fato pode ser ilustrado pelo artigo 21 dessa lei que, dispõe sobre as exigências que as edificações da cidade deverão atender ao serem edificadas. Tal artigo teve seus incisos alterados diversas vezes, como ilustrado abaixo, onde na Zona Comercial 4, permitir-se-iam construir até 15 pavimentos em qualquer tipo de edificação e na Zona Comercial 3, 10 pavimentos.

Art. 21 – As edificações em Muriaé deverão atender, ainda, às seguintes condições:

X – Na ZC-4 o número máximo de pavimentos permitido será de 15 (quinze), em qualquer edificação;

XI – Na ZC-3 o número máximo de pavimentos permitido será de 10 (dez), em qualquer edificação;

Em 2013, através da Lei Nº 4.614/2013, esses dois incisos foram suprimidos, sem uma justificativa ou sem a apresentação de uma nova proposta para a edificação nas Zonas Comerciais 3 e 4.

Art. 1 – Fica suprimido o inciso “X” e “XI” do artigo 21 da lei municipal Nº 1.231/1987, de 17 de dezembro de 1987.

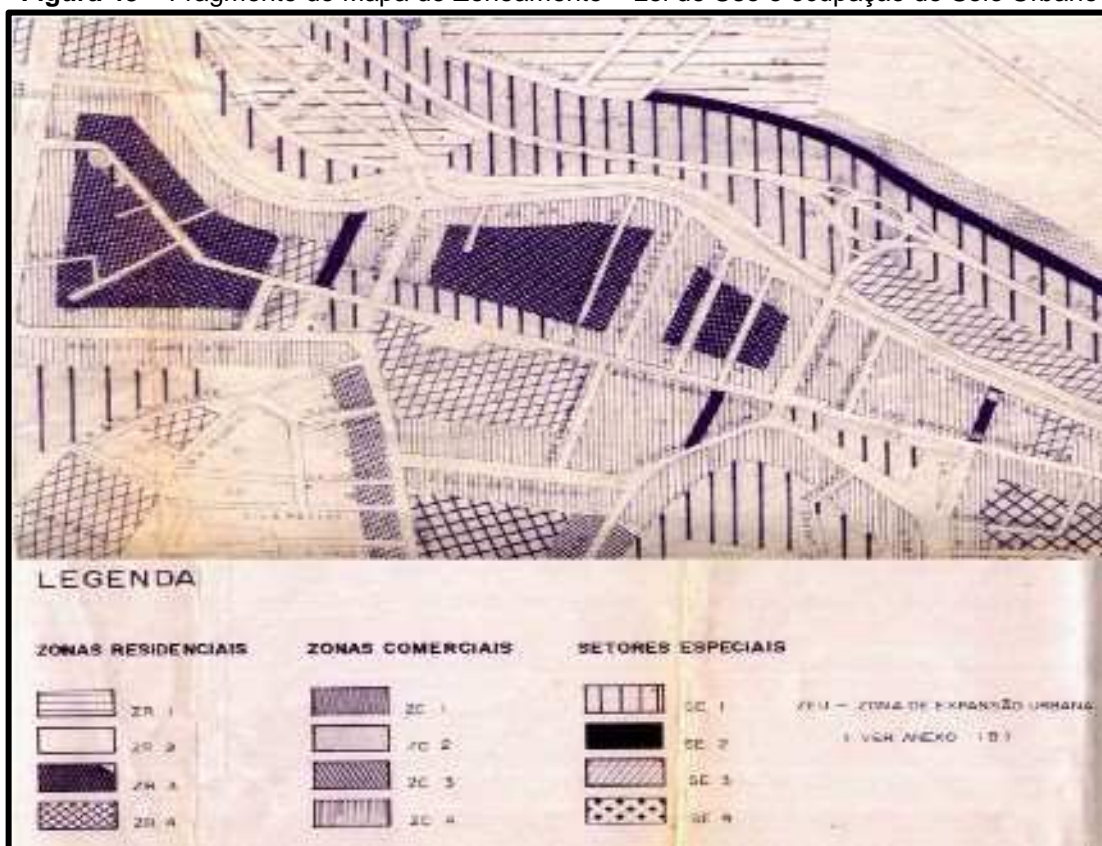
Essa alteração no inciso X e XI do artigo 21 da LUOSU estabelece o fim do número máximo de pavimentos permitidos nas edificações das Zonas Comerciais 3 e 4. Com essa nova lei, as grandes construtoras e os grandes empreendimentos imobiliários têm a liberdade de construir o número de pavimentos que desejarem e o que for mais rentável.

Dessa forma a cidade sofre uma verticalização excessiva, um adensamento desordenado e conseqüentemente um maior número de pessoas e de veículos transitando nas vias centrais.

Além de alterações pontuais em incisos da LUOSU que beneficiam o adensamento desordenado, existem também permissões por parte do setor público para que edificações sejam construídas em locais não destinados ao adensamento, fato esse ilustrado pela inserção de um edifício de 16 pavimentos no SE1 (Setor Especial 1) que se destina à preservação e/ou recuperação de espaços, edificações e instalações de importância quanto a recursos naturais, segurança pública, patrimônio histórico e cultural, meio-ambiente, paisagem e lazer. Ambas alterações mencionadas acima são ilustradas na Figura 43.

A primeira imagem corresponde ao fragmento do mapa de zoneamento da LUOSU. Na Figura 43, é possível constatar também, como o Zoneamento proposto pela LUOSU é fragmentado, fato que contribui para interpretações diversas e inúmeros problemas relacionados à aplicação da lei.

Figura 43 – Fragmento do Mapa de Zoneamento – Lei de Uso e ocupação do Solo Urbano



Fonte: Prefeitura Municipal de Muriaé

A edificação na Figura 44 está inserida no Setor Especial 1. Ela ocupa o lote posterior do grande ícone histórico do município, edificado em 1904, o Grande Hotel Muriahé, que é palco de eventos culturais, como saraus, e eventos sociais como casamentos, batizados e apresentações diversas em que sua bela fachada aparecia como pano fundo de fotos mais variadas. O edifício teve sua proteção por tombamento em abril de 1997, em instância municipal.

O prédio residencial em construção no lote posterior ao Grande Hotel Muriahé ilustra não só a construção irregular na SE1, mas também ilustra falhas no processo de tombamento do bem (Grande Hotel Muriahé), em que o perímetro de tombamento restringe-se apenas ao próprio lote e não em uma área de proteção de entorno (vide Figura 44).

Figura 44 – Fragmento do Mapa de Zoneamento da LEI Nº 1.231/1987 e edificação irregular.



Fonte: Prefeitura Municipal de Muriaé

Observa-se que, no Artigo 23, a prioridade é o controle do adensamento e da verticalização da região central.

- I. controlar o adensamento e a verticalização da região central, obedecidas às condições técnicas possíveis de cada local;
- II. priorizar o adensamento em área de infraestrutura urbana consolidada;
- III. definir critérios de uso e ocupação do solo para a preservação dos corredores de vento.

Parágrafo Único – Os perímetros urbanos da sede municipal, dos distritos e dos povoados do município de Muriaé serão definidos em lei específica.

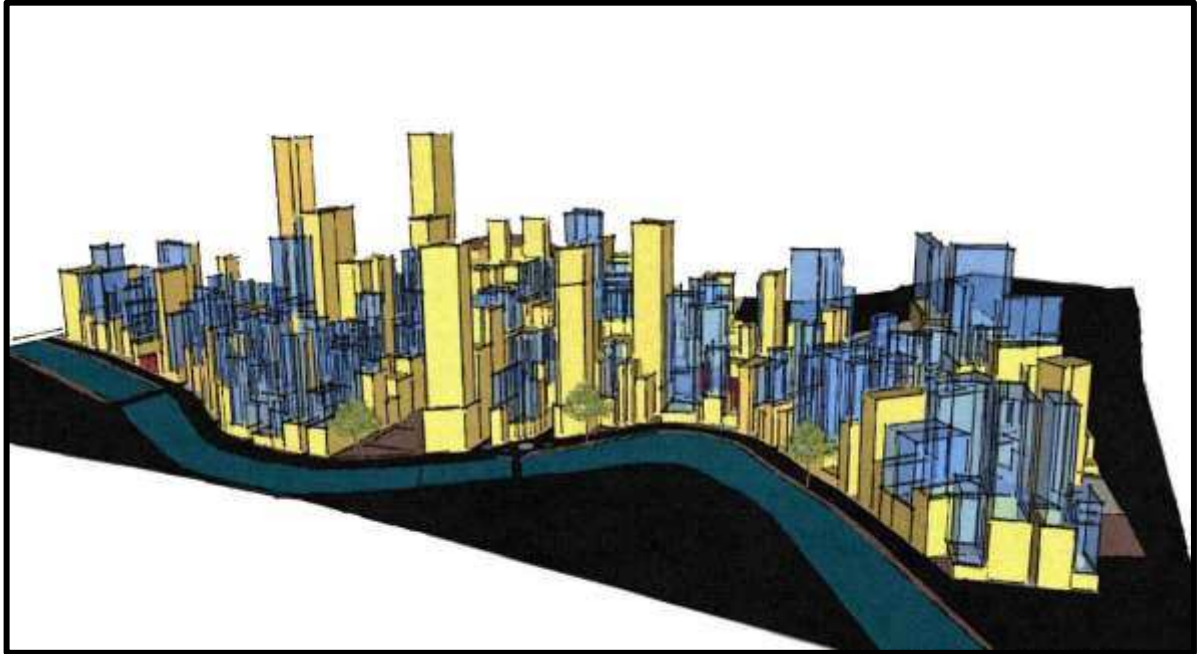
A verticalização na região central tem acontecido de maneira expressiva e sem um planejamento ou uma análise dos impactos causados no entorno. As vias centrais são, em sua maioria, estreitas e não comportam o número de veículos que as novas edificações demandam. Outros problemas são as grandes massas de edificações que vêm surgindo que irão afetar a região em aspectos como iluminação e ventilação naturais, conforto térmico e acústico, sem contar as questões relacionadas ao aumento dos problemas de trânsito e circulação de pessoas, à ampliação da demanda por infraestrutura de saneamento¹⁸ e aos impactos negativos na paisagem do entorno dos bens patrimoniais existentes.

Na Figura 45 faz-se uma simulação do que a atual legislação urbana permite com relação ao adensamento. Nota-se na imagem que já existem edifícios com uma

¹⁸ Nos aspectos de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo, e drenagem urbana em consequência da impermeabilização do solo.

verticalização expressiva, porém, com a lei defasada ainda em vigência, as chances de o adensamento central acontecer são muito expressivas.

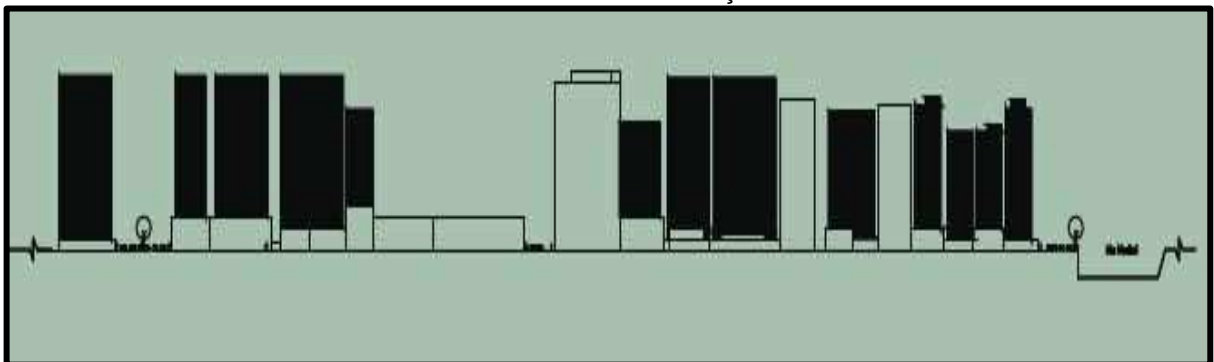
Figura 45 – Adensamento permitido pela LEI Nº 1.231/1987



Fonte: Acervo da Autora, 2014.

A Figura 46 também ilustra como a verticalização permitida pela atual lei de Uso e Ocupação do Solo pode ser danosa para a cidade. Em linhas vazadas o que já é consolidado na região central, ZPH de Muriaé/MG, e em negrito o que pode vir a ser construído segundo as normas da LUOSU.

Figura 46 – Verticalização atual e verticalização permitida (em negrito) pela LEI Nº 1.231/1987 na Zona de Preservação Histórica



Fonte: Acervo da Autora, 2014.

Através de análises e de estudos sobre a formação de Muriaé, desde os seus primórdios até os dias atuais, da análise da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e

da Lei do Plano Diretor Municipal, conclui-se que a falta de revisão e a não aplicação das leis de ordenamento urbano vêm contribuindo de forma danosa para a conformação espacial.

Os interesses econômicos de grandes empreendedores do ramo da construção civil são o principal fator que impede que as leis sejam aplicadas. Embora arquitetos, engenheiros, geógrafos dentre outros estudiosos do planejamento urbano tenham alertado para a necessidade de revisão das leis obsoletas e, principalmente, para a aplicação dessas leis no solo urbano de Muriaé, os gestores públicos não têm tomado nenhuma decisão eficaz.

As análises das leis atuais comprovaram a urgência de se considerar que tanto a LUOSU quanto o Plano Diretor precisam ser revisadas e aprovadas pela câmara Municipal. É necessário também que seja formada uma equipe de profissionais qualificados para gerenciar e fiscalizar todos os novos projetos aprovados.

É necessário que o caos urbano que se prenuncia seja reordenado e que outros vetores de expansão urbana sejam bem definidos e priorizados pelos novos empreendimentos imobiliários para que o centro de Muriaé não sofra com o inchaço e o desordenamento urbano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muriaé é uma cidade média, com grande influência regional especialmente nos serviços de atendimento à saúde e educação. Por outro lado, o processo que a consolidou como polo regional aconteceu de forma não planejada, fato que desencadeou vários problemas urbanos.

A cidade, de origem no início do século XIX, passou por inúmeras transformações ao longo dos anos, porém, algumas características se mantiveram, como a concentração da ocupação no centro urbano ou Zona de Preservação Histórica. Muriaé mantém durante anos a tradição de se ocupar a região central e nesta ter concentração de moradias, comércios, serviços e instituições. Embora tenham surgido novas centralidades, o centro original ainda se mantém vivo e oferece um atrativo considerável para sua ocupação permanente.

Nesta dissertação foi possível pontuar como a cidade evoluiu morfológicamente. Tal análise foi realizada com base na metodologia da “visão tripartite” utilizada por Conzen (1981), o precursor da Escola de Morfologia Urbana Inglesa. Assim como Conzen (1981), realizou-se aqui, através de análises de mapas e fotografias antigas, o estudo do plano urbano, do tecido urbano e por último o estudo do padrão de uso e ocupação do solo em Muriaé.

Por outro lado, o estudo pautado na Escola de Morfologia Urbana Italiana foi a base de análise metodológica utilizada como ferramenta principal para o reconhecimento dos períodos históricos e para a caracterização dos tecidos urbanos muriaeenses. Assim como Del Rio (1990), a análise metodológica relacionada a Morfologia Urbana foi feita através do estudo do tecido urbano da cidade e de seus elementos construídos que se formaram através de evoluções, transformações, inter-relações e processos sociais ao longo do tempo. Da análise morfológica foi possível identificar os principais norteadores da expansão urbana do município.

Posterior à análise de expansão morfológica de Muriaé, identificou-se como se comportam os bens arquitetônicos municipais no traçado urbano da cidade e, para a realização de tal análise embasou-se na metodologia desenvolvida pelas principais

Cartas Patrimoniais relacionadas ao tema. Dentre as Cartas destaca-se a Carta de Xi'an por ressaltar a importância da conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural.

A partir do embasamento teórico relacionado aos bens arquitetônicos, identificaram-se e mapearam-se os bens arquitetônicos na Zona de Preservação Histórica de Muriaé, suas conjunções temporais e espaciais na estruturação do tecido urbano da cidade, e a partir de daí, foi possível também observar como a cidade evoluiu ao longo do tempo e como seus bens arquitetônicos se comportaram como agentes norteadores dessa evolução.

Relacionaram-se e analisaram-se os instrumentos de proteção aos bens arquitetônicos tombados e de incentivo à execução e a à fiscalização das leis que regem o município e a partir de então. Foram constatadas muitas falhas e, na maioria das vezes a não aplicação destas leis.

Mediante estes fatos, conclui-se que a aplicabilidade e a revisão constante de leis de ordenamento territorial e das leis de proteção patrimonial são de suma importância para que Muriaé tenha seu desenvolvimento minimamente organizado. Tais leis têm por obrigatoriedade atender as necessidades da cidade e de toda uma população e não apenas, interesses de uma minoria elitista.

Da análise da legislação urbanística foi possível identificar as falhas e brechas que permitem o adensamento intenso na Zona de Preservação Histórica. Conclui-se que a falta de revisão e a não aplicação dessas vêm contribuindo de forma danosa para a conformação da ZPH. Destaca-se que os interesses econômicos de grandes empreendedores do ramo da construção civil e o fato destes estarem intimamente ligados à política e ao setor público são os principais fatores que impedem que as leis sejam aplicadas. Dessa forma, o centro urbano continua em processo de adensamento desordenado. Arquitetos, engenheiros, geógrafos dentre outros estudiosos do planejamento urbano têm alertado para a necessidade de revisão das leis obsoletas e principalmente, para a aplicação dessas leis, mas os gestores públicos não têm tomado atitudes eficazes.

Da análise tipo-morfológica na Zona de Preservação Histórica de Muriaé, foi possível pontuar as principais tipologias arquitetônicas presentes nos bens tombados e sua evolução ao longo do tempo. No que se refere ao patrimônio arquitetônico de um modo geral, o perímetro de tombamento é restrito ao lote e sua preservação é colocada com menor prioridade.

A análise das leis atuais comprovou a urgência de se considerar que tanto a LUOSU quanto o Plano Diretor precisam ser revisadas e aprovadas pela Câmara Municipal. É necessário também que, na estrutura administrativa municipal, seja formada uma equipe de profissionais qualificados para analisar, aprovar e fiscalizar todos novos projetos. É necessário que o caos urbano já presente no espaço seja reordenado e que outras Zonas de Expansão Urbana sejam bem definidas e priorizadas nos novos empreendimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ. Muriaé 150 anos de História. **Revista comemorativa do sesquicentenário de muriaé 1855 – 2005**. Muriaé 2005 – 2008.

ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ. PLANO DIRETOR DE MURIAÉ, LEI N. 3.377 / 2006.

ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2005.

BAETA, Rodrigo. **Ouro Preto: cidade barroca**. Salvador, 2002.

BENEVOLO, Leonardo. **História de la arquitectura del renacimiento: la arquitectura clásica (del siglo XV al siglo XVIII)**. Versión castellana de Maria Teresa Weyler. Barcelona: Editora Gustavo Gilli, 1984, 2ª ed.

CONZEN, Michael. P. **A paisagem urbana: desenvolvimento histórico e gestão trabalhos**. Instituto de Geógrafos britânicos Especial Publicação, Academic Press, London, 1981.

CONZEN, Michael P. **The study of urban form in the United States**. Urban Morphology, v. 5, n. 1, p. 3-14, 2001.

CONZEN, Michael. R. G. **The Havel towns: townscapes of the Havel region, exemplified by Rathenow**. In: CONZEN, M. R. G. (Ed.). Thinking about urban form: papers on urban morphology, 1932-1998. Oxford: Peter Lang, 2004a. p. 83-100.

CONZEN, Michael. R. G. **Thinking about urban form: papers on urban morphology, 1932-1998**. Oxford: Peter Lang, 2004b.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1983.

CORREIA, Telma B. **Art déco e indústria – Brasil, décadas de 1930 e 1940**. An. mus. paul. [online]. 2008, vol.16, n.2, pp.47-104. ISSN 0101-4714. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142008000200003>

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. Editora Pini. São Paulo, 1990.

FABRIS, Annateresa. **Ecletismo na arquitetura brasileira**. Editora: Studio Nobel. São Paulo, 1987.

FUNDAÇÃO DE CULTURAL E ARTE DE MURIAÉ (FUNDARTE). **Dados patrimoniais e culturais de muriaé**. Disponível em: <http://www.fundarte.rs.gov.br/>

HASTENREITER, J. H. **Revista de historiografia muriaeense**. Muriaé: Muriaé: 2006.

HERMANO, V. M. **Morfologia urbana de Janaúba/MG**. Revista Cerrados – Montes Claros/MG, v.15, n. 2, p. 317-346, jul/dez-2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010**. Infográficos do município de Muriaé, IBGE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Região de Influência das Cidades – REGIC**. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

IPEA. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro, 2017.

IPHAN. **Plano de preservação sítio histórico urbano**. Brasília, 2005.

KÜHL, Beatriz M. **Notas sobre a carta de Veneza**. Publicações Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. Volume 18, Edição 2. Editora Museu Paulista, Universidade de São Paulo, 2010.

LIMA, Tauã, V. R. **A Declaração de Xi'an (2005): Sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural**. Jurid Publicações Eletrônicas, abril de 2016. Disponível em: <http://conteudojuridico.com.br/artigo,a-declaracao-de-xian-2005-sobre-a-conservacao-do-entorno-edificado-sitios-e-areas-do-patrimonio-cultural,55688.html>

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MALFROY, S. **Structure and Development Process of the city: The Morphogenetic Approach of Saverio Muratori, en Tomás Valena**. ed.(2011), Structuralism Reloaded. Rule – based in Architecture and Urbanism. Stuttgart/London: Edition Axel Menges.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. Planejamento Urbano no Brasil. A cidade do pensamento único. Rio de Janeiro, 1995.

MESENTIER, Leonardo M. **Plano de preservação: instrumento de mediação entre normas de preservação e os planos diretores**. Apresentação no Seminário: "Olhar sobre o que é nosso". Juiz de Fora, 2014.

MESENTIER, Leonardo M. **Relações entre modo de urbanização e preservação no Brasil, no final do século XX**. in: CORREIA, Rosa Maria (org) "Oficina de Estudos da Preservação: coletânea I", Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

MIRABENT, Isabel Coll. **Saber ver a arte clássica**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PEREIRA COSTA, Stael A. **A morfologia urbana das cidades sul-metropolitanas do ciclo do ouro**. Relatório de pesquisa. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Belo Horizonte, 2003.

PEREIRA COSTA, Stael. A. **A morfologia dos tecidos urbanos de influência inglesa da cidade de Nova Lima.** Paisagem e Ambiente, n. 25, p. 55-76, 2008.

PEREIRA COSTA, Stael. A.; NETTO, Maria M. G.; LIMA, Thiago Barbosa. **Bases conceituais da escola inglesa de morfologia urbana.** Belo Horizonte, 2014.

PEREIRACOSTA, Stael. A. **O estudo da forma urbana no Brasil.** Revista Vitruvius Número 087.05; Ano 08, ago. 2007 Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/220>.

PEREIRA COSTA, Stael. A. ; NETTO, Maria. M. G. **Fundamentos da morfologia urbana.** Editora c/ Arte. Belo Horizonte, 2012.

Prefeitura Municipal de Muriaé. **LEI MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, LEI N. 3.834 / 2009.** Muriaé: 2009.

Prefeitura Municipal de Muriaé. **LEI MUNICIPAL DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO, LEI nº 2.334/99.** Muriaé:1999.

QUATREMÈRE Quincy de. "Type". In: **Encyclopédie Methodique - Architecture.** Liège : chez Panckoucke, Tome III, 1825, p.543.

REGO, R. L.; MENEGUETTI, K. S. **O território e a paisagem: a formação da rede de cidades do norte do Paraná e a construção da forma urbana.** Paisagem e Ambiente, n. 25, 2008b.

REGO, R. L.; MENEGUETTI, K. S. **A respeito de morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade.** Acta Scientiarum. Maringá, v. 33 n. 2, p. 123-127, 2011.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROSSI, Aldo. **Para una Arquitectura de Tendencia**. Escritos: 1956-1972. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli S.A., 1977.

SÁ CARNEIRO, Ana R.. **A conservação da Paisagem na Perspectiva de um Sistema de Espaços Livres públicos do Recife**. Recife, 2009.

SALGADO, Marina. **Ouro Preto: Paisagem em transformação**. Belo Horizonte, 2010.

SAFE, Simone M. S.; PEREIRA COSTA, Stael A. **Paisagem e patrimônio: o papel da historicidade**. 3º Colóquio Ibero-Americano; Belo Horizonte 2014.

STEPHAN, Italo. I. C. **Entre a Obrigação e a Implantação de Planos: As Dificuldades de Planejar em Municípios da Zona da Mata Mineira**. Cidades, Territórios e Direitos. Organizado por: Wagner Batella e Diogo Sousa. Editora UFV. Viçosa, 2017.

STEPHAN, Italo. I. C., SOARES Josarlete M., RIBEIRO, Isadora M. F. **Guido Thomaz Marlière, o "semeador" de cidades na Zona de Mata Mineira**. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo n 16. Universidade de São Paulo/IAU USP. São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, M. C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. Editora Unesp. São Paulo, 2012.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica: formação e desenvolvimento-residências**. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1956.

VAZ, J. C. **Desenvolvimento Urbano: Legislação de Uso e Ocupação do Solo**. Instituto Polis. Banco Federativo/BNDS. (Publicado originalmente como dica nº 77 em 1996).

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. Editora Studio Nobel. São Paulo, 2012.

ZANIRATOI Sílvia H.; RIBEIRO Wagner C. **Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável.** Rev. Bras. Hist. vol.26 no.51 São Paulo Jan./June 2006.